



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UNICEUB)  
INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – ICPD  
MESTRADO ACADÊMICO EM ARQUITETURA E URBANISMO

YARA MACIEL CAMELO

**INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO  
POPULAR: ANÁLISE DO CASO DA PRAÇA HISTÓRICA CORONEL SALVIANO  
GUIMARÃES EM PLANALTINA – DF**

Área de concentração: Cidade e Habitação

Linha de pesquisa: Teoria, História e Projeto de Habitação.

**BRASÍLIA**  
**2021**

YARA MACIEL CAMELO

**INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO  
POPULAR: ANÁLISE DO CASO DA PRAÇA HISTÓRICA CORONEL SALVIANO  
GUIMARÃES EM PLANALTINA – DF**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Cidade e Habitação e na linha de pesquisa Teoria, História e Projeto de Habitação.

Orientador: Prof. Dr. Sávio Tadeu Guimarães

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Afonso Cavichioli Carmona

**BRASÍLIA  
2021**

YARA MACIEL CAMELO

**INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO  
POPULAR: ANÁLISE DO CASO DA PRAÇA HISTÓRICA CORONEL SALVIANO  
GUIMARÃES EM PLANALTINA – DF**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Cidade e Habitação e na linha de pesquisa Teoria, História e Projeto de Habitação.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Sávio Tadeu Guimarães**  
**Orientador e membro interno**

---

**Prof. Paulo Afonso Cavichioli Carmona**  
**Coorientador e membro interno**

---

**Prof. Fabiano José Arcadio Sobreira**  
**Membro interno**

---

**Profa. Vanda Alice Garcia Zanoni**  
**Membro externo**

## AGRADECIMENTOS

*Uma dissertação é uma tarefa complexa e exige horas de estudo e a privação da convivência de pessoas queridas, mas ao longo da jornada se torna mais leve com o desenvolvimento da pesquisa e a descoberta de novas possibilidades em relação ao objeto de estudo.*

*Inicialmente agradeço à Coordenadora do curso de pós-graduação stricto sensu em Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB, Professora Doutora Eliete de Pinho Araújo, pelas precisas considerações acerca da dissertação e do seu desenvolvimento ao longo do curso.*

*Agradeço especialmente ao Professor Doutor e meu orientador Sávio Tadeu Guimarães por ter acreditado em uma pesquisa com potencialidades e a ser redigida por uma aluna sem a graduação em Arquitetura e Urbanismo, e sim vinculada à graduação em Direito; agradeço imensamente a sua paciência, compreensão, serenidade e generosidade em partilhar seus vastos conhecimentos em Arquitetura e Urbanismo e na temática do patrimônio histórico e cultural. Foi uma honra tê-lo como orientador.*

*Especialmente agradeço ao meu coorientador Professor Doutor Paulo Afonso Cavichioli Carmona, referência nacional em Direito Urbanístico, pelos sábios conselhos e importantes colocações ao longo da pesquisa transdisciplinar entre os mundos da Arquitetura e Urbanismo e do Direito.*

*Aos Professores Doutores membros da banca de qualificação e defesa Fabiano José Arcadio Sobreira e Vanda Alice Garcia Zanoni, pelos preciosos conselhos em momentos tão propícios e que auxiliaram no melhor desenvolvimento da pesquisa.*

*Ao MPDFT pela possibilidade abrangente de ofício e profissão e especialmente aos Procuradores-Gerais de Justiça Leonardo Roscoe Bessa e Fabiana Costa Oliveira Barreto.*

*À amiga e colega de Ministério Público Cristina Rasia Montenegro, pela disponibilização de material auxiliar na pesquisa transdisciplinar e pelos bons incentivos.*

*Ao amigo e colega de Ministério Público Carlos Alberto Valera, por ter sido o primeiro a incentivar a pesquisa sobre o empoderamento da população.*

*Aos Professores Doutores Maria Eleusa Montenegro e Leonardo Pinto de Oliveira, pelas vertentes desvendadas no caminho da escrita da dissertação.*

*Aos colegas de mestrado do UniCEUB, pelo bom e alegre convívio e troca de preciosas experiências e ideias.*

*Agradeço, em especial, à amiga e colega de mestrado no UniCEUB Paloma de Cerqueira Lima Gastal Vasconcellos pelo auxílio e apoio nos estudos e organização e disciplina inspiradoras.*

*E às amigas, Professora Doutora Ana Paula Borba Gonçalves Barros, e colegas de mestrado no UniCEUB Mestras Eveline dos Santos Guimarães e Maria Eduarda Vasconcelos de Almeida, pelos sábios conselhos nos estudos e lembrança da necessária serenidade diante do campo desconhecido.*

*Aos meus pais Belmiro e Leczy, pelo exemplo, compreensão, apoio e amor incondicional, e aos meus irmãos, sobrinhos e amigos, pelo carinho e paciência.*

*Sobretudo, agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas oportunidades de aprendizado ao longo da caminhada.*

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo de caso a praça histórica Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF e como objetivo geral identificar os grupos de atores envolvidos no processo de intervenção urbana ocorrido na praça histórica Coronel Salviano Guimarães, em Planaltina-DF (2015-2018), fomentando a reflexão sobre as tensões de força existentes entre seus conhecimentos e interesses específicos e sobre as possibilidades de participação popular em intervenções urbanísticas a partir deste processo de intervenção urbana. A hipótese a ser verificada nesta pesquisa é a de que há forças e tensões por conta de vários grupos de atores e interesses envolvidos no processo de intervenção urbana local de caráter patrimonial. A pesquisa desenvolvida apresenta o direito à cidade considerando o espaço público, a preservação do patrimônio cultural e tais espaços como fator de diminuição da violência urbana e as possibilidades de participação popular na gestão da cidade em intervenções urbanísticas. São traçadas considerações sobre o valor histórico da praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina e as intervenções urbanísticas ocorridas visando a sua revitalização, com a identificação dos atores envolvidos e a análise do processo. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, analisando-se os dados com o objetivo de propiciar uma contribuição teórica e reflexiva dentro dos campos da Arquitetura e do Direito Urbanístico. Como resultado, foram identificados os atores e a complexidade na relação e diálogo entre eles, cada um com sua visão de mundo.

**Palavras-chave:** Arquitetura e Direito à Cidade. Espaço Público. Políticas Públicas Urbanísticas. Participação Popular. Preservação do Patrimônio Cultural.

## ABSTRACT

This dissertation has as object of case study in the historic square Coronel Salviano Guimarães in Planaltina-DF and as a general objective is to identify the groups of actors involved in the process of urban intervention occurred in the historical square Coronel Salviano Guimarães, in Planaltina-DF (2015-2018), fostering reflection on the tensions of force existing between their knowledge and specific interests and on the possibilities of popular participation in urban interventions from this process of urban intervention. The hypothesis to be verified in this research is that there are forces and tensions on behalf of various groups of actors and interests involved in the process of local urban intervention of a heritage character. The developed research presents the law in the city, considering the public space, the preservation of cultural heritage and public spaces as a factor of urban violence and the possibilities of popular participation in the management of the city in urban areas. Considerations are made about the historical value of the Coronel Salviano Guimarães square in Planning and how the urban changes that have taken place allow its revitalization with the identification of the actors involved and analysis of the process. Bibliographic and documentary research were carried out, analyzing the data in order to provide a theoretical and reflective contribution within the fields of architecture and urban law. As a result, the actors and the complexity in the relationship and dialog between them, each with their own worldview, were identified.

**Keywords:** Architecture and Law in the City. Public Place. Urban Public Policies. Popular Participation. Preservation of Cultural Heritage.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Região Administrativa de Planaltina destacada em vermelho.....	19
<b>Figura 2</b> - Cidade de Planaltina - DF.....	20
<b>Figura 3</b> - Setor Tradicional em Planaltina destacado em vermelho.....	20
<b>Figura 4</b> - Mapa do Setor Tradicional em Planaltina destacado em rosa .....	21
<b>Figura 5</b> -Praça Coronel Salviano Guimarães destacada com marcador em vermelho.....	21
<b>Figura 6</b> - Vista parcial da Estação Ecológica de Águas Emendadas .....	24
<b>Figura 7</b> - Vista parcial do Vale do Amanhecer .....	24
<b>Figura 8</b> - Inauguração da pedra fundamental em Planaltina em 7/9/1922.....	26
<b>Figura 9</b> - Brasília na época de sua inauguração em 1960 .....	26
<b>Figura 10</b> - Casarão na cidade de Planaltina-DF .....	28
<b>Figura 11</b> - Igreja de São Sebastião.....	28
<b>Figura 12</b> - Casarão de Dona Negrinha, antes e após a demolição .....	29
<b>Figura 13</b> - Museu Histórico e Artístico de Planaltina .....	29
<b>Figura 14</b> - Casa dos Idosos .....	29
<b>Figura 15</b> - Hotel O Casarão.....	30
<b>Figura 16</b> - Ágora de Atenas .....	31
<b>Figura 17</b> - Praça do Município. Largo do Pelourinho, Lisboa – 1832.....	31
<b>Figura 18</b> - Praça do Patriarca com destaque para Igreja Santo Antônio, São Paulo, anos 1920 .....	32
<b>Figura 19</b> - O casarão de Olivia e Salviano hoje abriga o Museu Histórico de Planaltina .....	35
<b>Figura 20</b> - Coronel Salviano Monteiro Guimarães .....	35
<b>Figura 21</b> - O Coronel Salviano e seus familiares.....	36
<b>Figura 22</b> - Juscelino Kubitschek em visita a Planaltina.....	37
<b>Figura 23</b> - Vista parcial da praça Coronel Salviano Guimarães .....	37
<b>Figura 24</b> - Vista parcial da praça Coronel Salviano Guimarães .....	38
<b>Figura 25</b> - Vista parcial da praça Coronel Salviano Guimarães .....	38
<b>Figura 26</b> - Praça Coronel Salviano em 1929.....	39
<b>Figura 27</b> - Comemoração do dia 7 de setembro na praça Coronel Salviano Guimarães, em 1954 .....	39
<b>Figura 28</b> - Museu Histórico e Artístico de Planaltina.....	41
<b>Figura 29</b> - Fachada do paço imperial no centro do Rio de Janeiro pichada em 2017, após manifestação política .....	49
<b>Figura 30</b> - Cidades contempladas pelo Programa Monumenta.....	54
<b>Figura 31</b> - Primeiro prédio em Porto Alegre/RS restaurado com o financiamento do Programa Monumenta, localizado na Rua Riachuelo .....	55

<b>Figura 32</b> - prédio histórico em Cachoeira/BA revitalizado com recursos do Programa Monumenta.....	56
<b>Figura 33</b> - Pracinha do museu em Planaltina .....	57
<b>Figura 34</b> - Villa del Socorro Comuna 2 em Medellín, antes e depois da intervenção ocorrida .....	62
<b>Figura 35</b> - Escadas rolantes públicas em Medellín .....	62
<b>Figura 36</b> - Teleférico de Medellín.....	63
<b>Figura 37</b> - Imagem de um espaço convidativo conforme a concepção e Whyte .....	66
<b>Figura 38</b> - Melhoria de acesso a pedestres na Union Square em Nova York com a iniciativa do <i>placemaking</i> .....	67
<b>Figura 39</b> - Iniciativa de <i>placemaking</i> em Cajamar - SP.....	68
<b>Figura 40</b> - Iniciativa de <i>placemaking</i> na escadaria do Jardim Helian em São Paulo.....	68
<b>Figura 41</b> - Qualidades fundamentais de um espaço público .....	69
<b>Figura 42</b> - Proposta da Administração Regional de Planaltina de poste de iluminação e banco de concreto para a praça Coronel Salviano Guimarães.....	76
<b>Figura 43</b> - Desenhos de poste e de banco em madeira com aspecto histórico, coreto e placas indicativas, conforme elaborado na oficina de <i>placemaking</i> .....	77
<b>Figura 44</b> - Convite dirigido à população de Planaltina para participação na oficina de <i>placemaking</i> .....	86
<b>Figura 45</b> - Uma das lousas colocadas em pontos estratégicos da cidade de Planaltina .....	87
<b>Figura 46</b> - Exemplo do que foi escrito nas lousas pelos moradores .....	88
<b>Figura 47</b> - Imagens da apresentação de dança e café da manhã no dia da oficina.....	88
<b>Figura 48</b> - Doze princípios de qualidade com respeito à paisagem do pedestre.....	89
<b>Figura 49</b> - Critérios de qualidade compilados na oficina.....	90
<b>Figura 50</b> - Votação dos moradores no quadro de referências .....	91
<b>Figura 51</b> - Imagens de referências mais votadas pelos moradores .....	91
<b>Figura 52</b> - Imagem de um grupo de trabalho na oficina .....	92
<b>Figura 53</b> - planta esquemática da praça Coronel Salviano com algumas diretrizes .....	93
<b>Figura 54</b> - Diretrizes conforme as escolhas dos participantes da oficina de <i>placemaking</i> ....	94
<b>Figura 55</b> - Diretrizes conforme as escolhas dos participantes da oficina de <i>placemaking</i> ....	95
<b>Figura 56</b> - Croqui de paisagismo .....	97
<b>Figura 57</b> - Mureta danificada .....	98
<b>Figura 58</b> - Canteiro danificado.....	98
<b>Figura 59</b> - Constatação da falta de travessia acessível no entorno da praça .....	99
<b>Figura 60</b> - Praça Horácio Sabino .....	104
<b>Figura 61</b> - Praça Villaboim .....	105
<b>Figura 62</b> - Praça Vila Buarque .....	105
<b>Figura 63</b> - Praça Jaú .....	105



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Propostas funcionais das praças brasileiras .....	34
<b>Quadro 2</b> - Parâmetros de Qualidade de Vida.....	43

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
art.	Artigo
CF	Constituição Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LINDB	Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MOB	Coletivo Movimento e Ocupe o seu Bairro
PRODEMA	Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural
TAC	Termo de Ajuste de Conduta

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Breve contexto da cidade de Planaltina – DF .....	22
1.2 A praça Coronel Salviano Guimarães.....	30
1.3 O direito à cidade e a participação popular.....	41
1.4 Reflexões sobre o capítulo .....	48
<b>CAPÍTULO 2- A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA PRAÇA CORONEL SALVIANO GUIMARÃES (2015-2018) .....</b>	<b>49</b>
2.1 A revitalização como proposta de preservação do patrimônio histórico e cultural .....	49
2.3 A utilização da metodologia do <i>placemaking</i> como forma de participação popular .....	64
2.4 A atuação do Ministério Público na judicialização da política pública do patrimônio histórico e cultural e a defesa da participação popular .....	73
2.4.1 <i>Resumo e análise dos principais fatos e decisões na ação civil pública ajuizada pela 2ª PRODEMA</i> .....	75
2.5 Reflexões sobre o capítulo .....	80
<b>CAPÍTULO 3 - VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE DE PESQUISA .....</b>	<b>82</b>
3.1 As limitações da pesquisa .....	82
3.2 Peculiaridades da participação dos atores identificados na intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF .....	84
3.2.1 <i>Identificação dos atores</i> .....	84
3.2.2 <i>A oficina de placemaking na pracinha do museu em Planaltina</i> .....	85
3.2.3. <i>O projeto executado pela Administração Regional de Planaltina na praça Coronel Salviano Guimarães</i> .....	96
3.2.4 <i>O poder simbólico na intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães</i> .....	100
3.3 Movimentos urbanos de participação popular – a revitalização de praças no município de São Paulo.....	103
3.4 Reflexões sobre o capítulo .....	106
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

A história da cidade de Planaltina, no Distrito Federal, em consonância com a história de Brasília, teve início a partir da Comissão Cruls, que tinha como principal objetivo o estudo da região central do país para assegurar a implantação da nova capital do Brasil, então localizada na cidade do Rio de Janeiro. Assim que, em 1922, foi erigida a Pedra Fundamental de Brasília, marcando o início da história de Planaltina no Distrito Federal e também da cidade de Brasília.

O arraial de Mestre D'Armas, hoje a cidade de Planaltina, se configura como o núcleo urbano mais antigo do Distrito Federal; a cidade ainda conserva, em algumas de suas ruas, antigos casarões históricos, e a região conta também com reservas ambientais, inclusive reconhecidas internacionalmente, além de ser palco de inúmeras festividades tradicionais, como a Festa do Divino Espírito Santo e a encenação da paixão de Cristo, no Morro da Capelinha.

A cidade histórica de Planaltina tem preservado um núcleo urbano: a praça Coronel Salviano Guimarães, localizada no Setor Tradicional, que deve seu nome a importante fazendeiro e comerciante da região e é conhecida pelos moradores como Praça do Museu, Praça Histórica do Museu, Pracinha do Museu ou Praça Histórica de Planaltina, a qual foi objeto, ao longo do tempo, de projetos de intervenção e revitalização. Tais incursões no espaço urbano nem sempre foram objeto de consulta à população.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo fomentar a discussão acerca da participação popular, considerando os estudos sobre patrimônio histórico e cultural, e de que modo é possível viabilizar e fortalecer a preservação e a promoção deste patrimônio de maneira a garantir os direitos de cidadania. Para isso, foi escolhida como objeto de estudo a Praça Coronel Salviano Guimarães.

A Praça Coronel Salviano Guimarães reafirma sua importância como ponto de ancoragem da memória e da identidade social, uma vez que é o local que abrange, desde a sua construção, diversos eventos cívicos, políticos e populares. Além dessa característica, a praça tem como um de seus atributos ser um local de convívio para os moradores da cidade de Planaltina.

O referido espaço público faz parte da área de tutela do tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (Decreto n. 6.939/1982), com significativo valor histórico para o patrimônio cultural do Distrito Federal. Porém, no final do século XX e início do século XXI, muitos dos antigos casarões no entorno da praça, que contavam com uma

arquitetura mais simples e austera e tinham como principal característica suas plantas estreitas e alongadas, a ocupar quase toda a área do terreno, foram pouco a pouco sendo substituídos por construções mais modernas, a maioria delas em alvenaria e concreto e, então, o espaço vem sofrendo uma descaracterização de seu aspecto histórico e de sua autenticidade,<sup>1</sup> e, por vezes, de sua utilização pelo público em geral devido ao abandono e à percepção de insegurança.

A noção de patrimônio histórico e cultural é muitas vezes movente e vive em constante estado de transformação e ressignificação. O debate sobre a questão requer cuidado e permanente reflexão por tratar-se de elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.

Por ser reconhecida como parte da história da comunidade de Planaltina, a Praça Coronel Salviano Guimarães detém um aspecto da memória coletiva,<sup>2</sup> em que se afigura como possível a participação popular em sua revitalização. Este reconhecimento do local pode criar uma identificação quanto ao patrimônio histórico e cultural de Planaltina e, por meio desse reconhecimento, o patrimônio histórico e cultural passa a ser uma ferramenta de reafirmação da cultura e da construção de identidade dos indivíduos.

A praça em questão também conta com função urbanística que pode auxiliar na diminuição das tensões sociais: o lazer. Ou seja, por ser uma área destinada ao lazer e à recreação, a praça funciona como um poderoso aliado contra a violência urbana. Desse modo, é possível considerar a participação popular no plano de gestão do bem cultural nos processos que envolvem sua preservação como espaço social.

O direito à participação popular nas políticas públicas urbanísticas é previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) e no Estatuto da Metrópole (Lei n. 13.089/2015). Além dos instrumentos legais nacionais, essa possibilidade está assegurada na legislação local, a saber: na Lei Orgânica do Distrito Federal, no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Lei Complementar Distrital n. 803/09) e na Lei de Uso e

<sup>1</sup> “A autenticidade se constitui como um princípio basilar e estruturante da ética que sustenta e alinha critérios, conceitos e justificativas pertinentes ao universo da preservação. Como todo processo de construção cultural, a autenticidade não pode ser compreendida ou definida em termos absolutos e preestabelecidos, e seu reconhecimento está intrinsecamente ligado ao contexto a que se refere – a um determinado momento e a um determinado lugar”. (GONÇALVES, Cristiane Souza. Verbete: Autenticidade. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dicionário do patrimônio cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/88/autenticidade>. Acesso em: 22 jul. 2020.)

<sup>2</sup> “As memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica e incluem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio da mesma”. (OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. Memória Individual e Memória Coletiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 2, 1. ed., v. 13, p. 339-348, jan. 2017.)

Ocupação do Solo (Lei Complementar n. 948/2019), além da existência de leis distritais que fomentam a participação popular em espaços públicos, como a Lei n. 4.920/2012, que dispõe sobre o acesso dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal ao patrimônio artístico, cultural, histórico e natural do Distrito Federal, como estratégia de educação patrimonial e ambiental.

Todavia, a mera previsão legal não é suficiente para assegurar esse direito, uma vez que as políticas públicas podem vir a negar a sua prática. No Brasil há casos de sucesso na participação popular, e esta vem se confirmando como uma prática democrática frutífera, sendo exemplos os planos diretores participativos e a representação da sociedade civil nos conselhos municipais de políticas públicas.

No campo do Direito Urbanístico, há uma latência crescente diante da questão sobre como efetivar a participação popular. O principal questionamento é se a existência da participação popular é capaz de influenciar as políticas públicas urbanísticas e de que modo. Os estudos sobre como deve se dar e como é possível se garantir essa participação popular ainda são escassos.

Com auxílio da metodologia da participação popular, é possível identificar as principais demandas da comunidade em relação, por exemplo, a um equipamento social ou comunitário. Desse modo, as intervenções urbanísticas nos espaços públicos servem como objeto e ferramenta de estudo capazes de ampliar o conhecimento sobre a participação popular.

Essa pesquisa tem como eixo principal a análise da intervenção urbanística realizada na Praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF (2015-2018). A intervenção em questão teve seu acompanhamento pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que instaurou Procedimento Administrativo em 5 de maio de 2015, tendo como principal traço norteador o processo de revitalização da Praça Coronel Salviano Guimarães e da Praça São Sebastião, ambas reconhecidas como patrimônio histórico e cultural e localizadas no Setor Tradicional em Planaltina – DF.

A mencionada intervenção na Praça Coronel Salviano Guimarães ocorreu com o intuito de realizar melhorias em relação à acessibilidade, à segurança, ao mobiliário e à iluminação, haja vista que a praça, na ocasião, apresentava falhas no que concerne a tais questões. Desse modo, também se pretendia dar visibilidade ao conjunto arquitetônico da área da praça e à sua preservação como patrimônio histórico e cultural de Planaltina.

Sendo assim, no ano de 2016, a praça foi escolhida como espaço para abrigar uma oficina de revitalização que, por sua vez, contou com a metodologia de participação popular denominada *placemaking*. Como o *placemaking*, objeto desta pesquisa e razão pela qual maiores dados sobre o método serão trazidos, hoje existem vários métodos de participação da população que visam impulsionar a interação social e a efetiva transformação de espaços públicos.

Desse modo, pretende-se explicar e analisar de que modo essa ação pode ter garantido e fomentado a participação da população local e de que maneira a promoção e o estudo do patrimônio histórico e cultural podem ser vistos como garantidores de direitos dos cidadãos.

## **PROBLEMA**

O problema nesta pesquisa diz respeito ao exame da intervenção urbanística realizada na Praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF (2015-2018) no sentido das especificidades da participação popular: como ocorreu esta participação no processo de intervenção, com as variáveis de análise quanto à oportunidade de participação dada à população; quais os interesses demonstrados pela população; quais seriam as contribuições trazidas pela população; qual teria sido a atenção dada à população por outros atores vinculados ao processo e demais desdobramentos desse processo de intervenção.

## **OBJETIVO GERAL**

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os grupos de atores envolvidos no processo de intervenção urbana ocorrido na praça histórica Coronel Salviano Guimarães, em Planaltina-DF (2015-2018), fomentando a reflexão sobre as tensões de força existentes entre seus conhecimentos e interesses específicos e sobre as possibilidades de participação popular em intervenções urbanísticas a partir deste processo de intervenção urbana.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

A pesquisa tem como objetivos específicos: 1) detalhar as peculiaridades da participação da população no caso objeto da pesquisa em termos de oportunidades, interesses, contribuições e desdobramentos; 2) identificar outros grupos de atores vinculados ao processo

de intervenção estudado; 3) levantar as formas e possibilidades de participação popular em projetos de intervenção urbana.

## JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa possui relevância no âmbito social, jurídico e arquitetônico, contribuindo para a reflexão sobre a revitalização de espaços públicos reconhecidos como patrimônio histórico e cultural e sobre metodologias de participação popular na gestão urbana, a partir de um estudo de caso em que houve a identificação e a análise da participação dos atores no processo de intervenção urbana e a existência ou ausência de diálogos entre eles durante este processo.

Uma construção entre diversos atores exige diálogos colaborativos, a fim de que se alcance um resultado adequado em que os diversos interesses possam ser equalizados e pautados em uma participação ativa dos vários atores, envolvidos no processo de intervenção urbanística.

A pesquisa ainda pode auxiliar na reflexão sobre a percepção da violência em espaços públicos degradados e a possibilidade da participação popular em intervenções destinadas à revitalização de tais espaços públicos, entendendo-se que os espaços públicos de alta qualidade<sup>3</sup> poderiam, em certa medida, contribuir para a própria regeneração social e até mesmo para a diminuição da violência urbana.

Nesta pesquisa ainda se reflete sobre as metodologias de participação colaborativa, como o *placemaking* – cujo objetivo é valorizar os anseios da população quanto à utilização de um espaço público –, as quais podem ser instrumentos a fim para se obter melhores resultados que atendam vários interesses, direitos e normativas locais, o que se coaduna com o direito à cidade e sua gestão democrática, previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade.

## HIPÓTESE

Tendo como objeto de estudo, vista a partir de um procedimento de intervenção específico ocorrido de 2015 a 2018, a praça histórica Coronel Salviano Guimarães em

---

<sup>3</sup> “Outro fator muito importante é a qualidade física do espaço urbano. Planejamento e projetos podem ser usados para influenciar o alcance e o caráter de nossas atividades ao ar livre. Convites para uma atividade ao ar livre que vá além de uma simples caminhada incluem proteção, segurança, um espaço razoável, mobiliário e qualidade visual”. (GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 21.)



Planaltina-DF, a hipótese a ser verificada nesta pesquisa é a de que há forças e tensões por conta de vários grupos de atores e interesses envolvidos no processo de intervenção urbana local de caráter patrimonial.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa também dialoga com metodologias de participação em espaços públicos urbanos, como a metodologia do *placemaking*, que traz a ideia de que as pessoas, em conjunção com o espaço, se tornam agentes ativos capazes de definir suas necessidades e desejos, o que, por sua vez, possui relevância no âmbito social, jurídico e arquitetônico e contribui para a identificação de vetores tanto de apropriação quanto de abandono dos espaços públicos.

O método utilizado na pesquisa será o qualitativo, por meio de levantamento documental e pesquisa de opinião (*survey*) para exame circunstanciado dos fatos, tendo como estudo de caso a praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina – DF (2015-2018).

Para o desenvolvimento inicial do tema de pesquisa, são trazidas as seguintes obras: “Direito à cidade”, de autoria de Henri Lefebvre, que diz respeito ao acesso à vida urbana pela população, com uma crítica em relação à participação capaz de influenciar gestores; “Morte e vida de grandes cidades”, de Jane Jacobs, que expõe a sensação de pertencimento e cuidado com o espaço e, ao mencionar “os olhos da rua”, explica sobre o cuidado com o outro em uma cidade; “Cidades para pessoas”, de Jan Gehl, que menciona a possibilidade de o espaço público ser um local agradável para a convivência; “Elemental”, de Alejandro Aravena, arquiteto e urbanista premiado, que expõe a importância e a valorização que dever ser dada às pessoas no sentido de que possam intervir posteriormente em relação a projetos arquitetônicos; e “Violência x Cidade: o papel do Direito Urbanístico na violência urbana”, de Paulo Afonso Cavichioli Carmona, que traz o exemplo da cidade de Medellín, na Colômbia, quanto à participação popular em intervenção em espaço público e como isso diminuiu a violência urbana na localidade.

O procedimento para a coleta de dados que acompanhará essa pesquisa seguirá:

- a) pesquisa bibliográfica por meio da seleção de leituras que constam nas referências desta pesquisa;
- b) pesquisa de levantamento (*survey*) por meio de registro, análise de documentação e questionários destinados aos atores dos blocos gerenciados, como propositores, gestores e comunidade;

c) pesquisa descritiva por meio da observação da ação dos agentes públicos e coletivos na intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF, com a coleta em jornais, periódicos, internet e consideração da análise documental.

A legislação, a doutrina jurídica e a jurisprudência serão levadas em consideração, já que esta pesquisadora tem sua base de recursos calcada nos artefatos, métodos, conhecimentos e estudos da área jurídica, tendo a pesquisa caráter transdisciplinar.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por uma opção de abordagem, serão apresentados, simultaneamente nos capítulos, o embasamento teórico e os dados específicos do caso, no intuito de gerar uma maior integração entre os dados e a compreensão do objeto de estudo. A dissertação será desenvolvida em três capítulos. No primeiro capítulo, será apresentada a cidade de Planaltina – DF e a praça Coronel Salviano Guimarães ali localizada, sendo analisados o direito à cidade e a possibilidade de participação popular na gestão democrática das cidades.

No segundo capítulo, será apresentado o caso da intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina (2015-2018), com considerações sobre: a preservação do patrimônio histórico e cultural; a possibilidade de diminuição da violência urbana com a revitalização de espaços públicos de lazer como as praças; novas metodologias de participação popular, como o *placemaking*, e o papel do Ministério Público na judicialização de política pública relativa ao patrimônio histórico e cultural com o viés da participação popular.

No terceiro capítulo será verificada a hipótese, identificando-se as forças e tensões por conta dos grupos de atores e interesses envolvidos e sua força simbólica na intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF, objeto de oficina de *placemaking* (movimento colaborativo semelhante aos movimentos urbanos de participação popular para revitalização de praças em São Paulo), e seus desdobramentos.

Por fim, será apresentada a conclusão deste trabalho acadêmico transdisciplinar dentro dos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Direito, visando contribuir para a compreensão do objeto da pesquisa referente à participação da população em projetos de intervenção urbana e na gestão democrática das cidades.

## **CAPÍTULO 1 - O DIREITO À CIDADE E À PARTICIPAÇÃO POPULAR – A PRAÇA CORONEL SALVIANO GUIMARÃES NA CIDADE DE PLANALTINA, NO DISTRITO FEDERAL**

Para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa, é necessário apresentar a cidade de Planaltina, incorporada ao quadrilátero do Distrito Federal, que abrigaria a nova capital do país: Brasília.<sup>4</sup> No Setor Tradicional da cidade de Planaltina se localiza a Praça Coronel Salviano Guimarães, tombada pelo seu valor histórico e cultural e objeto de intervenções e da atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, para defesa do patrimônio histórico e cultural da cidade de Planaltina em sua atuação judicial pela percepção da possível ausência de participação popular na intervenção urbanística levada a efeito pela administração regional da cidade de Planaltina na mencionada praça histórica (2015-2018).

**Figura 1** - Região Administrativa de Planaltina destacada em vermelho



Fonte: Google Earth. Acesso em: 17 jan. 2021.

---

<sup>4</sup> “A construção de Brasília é um empreendimento estatal vitorioso: desafoga outras cidades já problemáticas na época pela incapacidade de gerar empregos para uma demanda exponencial, não exige rupturas mais radicais com a estrutura de posse de terra agrícola, insere-se num padrão tradicional das cidades administrativas sem concorrer com centros industriais ainda em fase de consolidação. Além do mais, trata-se de um componente do projeto juscelinista da maior envergadura simbólica, na medida em que traz a sensação do novo plausível, redefinindo o próprio conceito de nação”. (NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 37.)

**Figura 2** - Cidade de Planaltina - DF



Fonte: Google Maps. Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 3** - Setor Tradicional em Planaltina destacado em vermelho



Fonte: Google Maps. Acesso em: 18 jan. 2021.





## 1.1 Breve contexto da cidade de Planaltina – DF

As origens da cidade de Planaltina, localizada no Estado de Goiás, remontam ao auge do período minerário no Brasil no século XVIII, propulsor da economia à época<sup>5</sup> e, antes da chegada dos bandeirantes, que adentravam o interior do país em busca de riquezas minerais, a área de cerrado era habitada por povos indígenas, dentre eles a grande nação dos índios Goiá, que ocupava Minas e Goiás no século XVII e que foi exterminada pelos índios Caiapó<sup>6</sup>

Com o declínio da mineração, nas cercanias do Arraial de São Sebastião de Mestre d'Armas,<sup>7</sup> um antigo nome de Planaltina, segundo a tradição oral, um ferreiro habilidoso, considerado como mestre no manejo e conserto de armas, ali teria se fixado no final do século XVIII à beira de um riacho, passando toda a região a ser conhecida como Mestre D'Armas,<sup>8</sup> e o curso d'água como ribeirão Mestre D'Armas:

O ribeirão Mestre d'Armas situa-se a noroeste de Planaltina. Devia a sesmaria de Canabarro estender-se pelas atuais fazendas de lagoa Bonita, parte de Serandi e parte de Sálvia, ao longo e à esquerda da Estrada Real (como citado nos registros paroquiais de 1857), que despejava-se da chapada do Pipiripau até às portas de Planaltina, seguindo aproximadamente o trajeto das rodovias DF-15 (GO-130), DF-205 Leste e GO-230. No registro paroquial, pertenciam essas terras aos Gomes Rabello “por posse de muitos anos” e ao famoso dono do Plano Piloto, Pedro José de Alcântara, “por compra e por posse”.<sup>9</sup>

<sup>5</sup> “Em 1737, Goiás foi elevada a província e doze anos depois tornou-se uma Capitania. Nessa ocasião, a prosperidade era tão grande que os mineradores mandavam importar seda do exterior. A descoberta e exploração dessas minas valorizou a região, resultando na abertura de estradas para Goiás, por onde transitava o gado e era feito o transporte de mercadorias”. (PRIETO, Carlos. **A mineração e o novo mundo**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 84.)

<sup>6</sup> BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011. p. 26.

<sup>7</sup> “Sobre o surgimento do Arraial de São Sebastião de Mestre d' Armas conta-se que em 1811 a população dessa Região, sofrendo de uma epidemia e sentindo a gravidade da situação, fez uma promessa para São Sebastião, prometendo-lhe que seria doado um pedaço de terra para a construção de uma capela caso a comunidade fosse livrada daquele mal. Após o milagre ser alcançado, as famílias Gomes Rabello e Carlos Alarcão realizaram a entrega solene das terras ao vigário de Santa Luzia em agradecimento, sendo celebrada uma missa no dia 20 de janeiro de 1811”. OLIVEIRA, Ederson Gomes. **Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF): memória e identidade social**. Goiânia: PUCGO, 2013. p. 21.

<sup>8</sup> BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011. p. 189.

<sup>9</sup> BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011. p. 157.

A família Gomes Rabello teria sido a fundadora da cidade de Planaltina,<sup>10</sup> sendo o povoado antigo ponto de acesso à estrada real e de escoamento do ouro no auge do período de sua extração. Todavia, a economia que predominou na cidade se baseava em atividades diversas, como a agricultura e a pecuária. Com o tempo e o desenvolvimento da localidade em termos sociais e econômicos, foi fundada oficialmente a cidade de Planaltina no dia 19 de agosto de 1859.<sup>11</sup>

A região também é conhecida por suas reservas ambientais, como a Estação Ecológica de Águas Emendadas<sup>12</sup> – em que integrada à paisagem a Lagoa Bonita ou Mestre D’Armas, a única lagoa natural no Distrito Federal – e pelas festividades religiosas tradicionais, como a festa do Divino Espírito Santo, a folia de Reis, a folia de São Sebastião e a encenação da Via Sacra, além de abrigar o Vale do Amanhecer, reconhecido o seu templo como patrimônio cultural imaterial.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> “Outros explicaram que Planaltina teve suas origens em José Gomes Rabello, fazendeiro que se transferiu da Capital da Província de Goiás para a Lagoa Bonita, estendendo posteriormente suas posses até à morada do ‘Mestre D’armas’. Construíram uma capela de taipa, em pagamento de voto feito a São Sebastião, para se livrarem de uma epidemia que atacou a localidade na época”. (COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. Brasília: UnB, 2011. p. 105.)

<sup>11</sup> PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. **Historiae**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 360-382, 2015. p. 362.

<sup>12</sup> “Especificamente, em 20 de outubro de 2018, a Estação Ecológica de Águas Emendadas se tornou o sexto lugar do mundo (após Magere Brug, Stille Sluis, BPTH, Porto de Antuérpia e Barragem de Shimen.) e o primeiro lugar da América Latina a receber o “Escudo de Água e Patrimônio” (Water and Heritage Shield) do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)”. CAMELO, Yara Maciel; VASCONCELOS, Paulo Fernando Lisboa; GUIMARÃES, Sávio Tadeu. Nosso direito a cidades sustentáveis: a preservação, o acesso e o consumo da água em Brasília. In: ENANPUR – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 27 a 31 de maio de 2019, Natal – RN. **Anais** [...]. p. 13. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=814>. Acesso em: 17 fev. 2020.

<sup>13</sup> DISTRITO FEDERAL. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Vale do Amanhecer**: inventário nacional de referências culturais. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2010. p. 29. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/vale\\_do\\_amanhecer\\_\\_inventario.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/vale_do_amanhecer__inventario.pdf) Acesso em: 29 dez. 2020.

**Figura 6** - Vista parcial da Estação Ecológica de Águas Emendadas



Fonte: <http://sema.df.gov.br/aguas-emendadas-e-reconhecida-internacionalmente-por-fazer-conexao-entre-agua-cultura-e-patrimonio/> Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 7** - Vista parcial do Vale do Amanhecer



Fonte: <https://visitebrasil.com.br/vale-do-amanhecer/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

No início do século XX, a cidade de Planaltina teve um incremento em sua infraestrutura, sendo um dos grandes colaboradores para tal fim o Coronel Salviano Monteiro Guimarães.<sup>14</sup> No país, no campo político, havia a necessidade de concretização da integração nacional com o ambicioso projeto de construção da nova capital.<sup>15</sup> Assim, a história da cidade

<sup>14</sup> “Entre 1921 e 1931, a cidade vivenciou benfeitorias, tais como a abertura de ruas para o trânsito de automóveis, o lançamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal em 1922, a inauguração do Serviço Postal, a Fundação da Banda de música, a criação da Escola Rural do Torto, a inauguração do Grupo Escolar Brasil Caiado, as construções da Praça Salviano Monteiro, do Fórum, do Paço Municipal e da Cadeia Pública (1931). Esta última, inaugurada juntamente com o prédio da Prefeitura e, no ano seguinte, em 1932, a fundação da Escola Paroquial de São Sebastião”. OLIVEIRA, Ederson Gomes. **Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF): memória e identidade social**. Goiânia: PUCGO, 2013. p. 26.

<sup>15</sup> “A idéia de transferir a capital para o interior nasceu com o cientista e estadista José Bonifácio, em 1821, mas só foi oficializada em 1957 pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nascido em Diamantina e governador de Minas Gerais, durante quatro anos, antes de se tornar presidente do país. (PRIETO, Carlos. **A mineração e o novo mundo**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 90.)



de Planaltina passaria a se unir à história da cidade de Brasília<sup>16</sup> e a integrar, com a inauguração de Brasília, a geografia e o complexo administrativo da nova capital,<sup>17</sup> passando da categoria de município do Estado de Goiás para a de cidade satélite do Distrito Federal.<sup>18</sup>

Como um marco na busca da referida integração, em período anterior à construção da capital, foi instituída a denominada Comissão Cruls,<sup>19</sup> destinada à realização de estudos sobre a região que abrigaria a nova capital,<sup>20</sup> e, em 7 de setembro de 1922, foi erigida a Pedra Fundamental de Brasília,<sup>21</sup> marcando o início da história de Planaltina no quadrilátero do Distrito Federal e também da cidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960 com traçados de forte influência do movimento arquitetônico em voga à época: o modernismo,<sup>22</sup> tendo sido a cidade, em 1987, declarada pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade, o primeiro bem contemporâneo a receber esta distinção.<sup>23</sup>

<sup>16</sup> “Brasília tem esta marca de berço, e a força do vínculo entre a proposta urbanística e o momento histórico que a gerou é de tal ordem que a capital permanece – e permanecerá – o símbolo vivo do gesto de fé e vontade, do resultado da união de todos os cidadãos, da nação voltada para o seu horizonte maior”. (COSTA, Lucio. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 326.)

<sup>17</sup> “A Lei n. 3.751, de 13 de abril de 1960 foi o primeiro diploma legal a dispor sobre a organização Administrativa do Distrito Federal. Ela é considerada precursora da Regionalização Administrativa. Em seu Artigo 4º estabelecia que o Distrito Federal, no desempenho de sua missão de promover o bem comum, tinha como incumbência ‘velar pela cidade de Brasília, pelas cidades satélites e comunidades que envolvem o Distrito Federal’. Em 1961, o Decreto n. 43, de 28 de março, alterou a organização administrativa da então Prefeitura do Distrito Federal, criando em sua estrutura básica o Departamento das Subprefeituras e, subordinadas a ele, as Subprefeituras de Planaltina, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Paranoá, Brazlândia e Núcleo Bandeirante”. DISTRITO FEDERAL. **Guia do arquivo público do Distrito Federal**. Brasília: O Arquivo, 2018. p. 18. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Guia-de-Fundos-do-Arquivo-P%C3%BABlico-2018.pdf> Acesso em: 2 jan. 2021.

<sup>18</sup> “Os satélites representam uma formação derivativa (como a própria Brasília), no sentido de que foram criadas pelo Estado, seja por ordem do Executivo, seja por ato legislativo”. HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 270.

<sup>19</sup> “Há um século, o Dr. Luís Cruls, ao considerar para fins de localização da nova Capital do país, o que seria o planalto brasileiro, deparou a bem dizer com um país inteiro planaltino, todo ele ondulado em sucessivas vagas de altitude, formando de tanto em tanto patamares alongados e planos. E o mais central deles era o que mais águas vertesse em benefício do país: o Distrito Federal hoje consagrado”. BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011. p. 3.

<sup>20</sup> CRULS, Luiz. **Relatório Cruls**: comissão exploradora do planalto central do Brasil. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/574202> Acesso em: 17 dez. 2020.

<sup>21</sup> “Teve o julgado de Couros a duração das rosas do poeta, no dizer desse notável polígrafo que foi Antônio Americano do Brasil, sobrinho de Henrique Silva e autor do projeto de lei que fez erigir próximo a Planaltina, no morro do Catingueiro ou do Centenário, a Pedra Fundamental de Brasília, em 1922, numa região de majestática beleza, que teria feito de Brasília a mais linda Capital do Planeta”. BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011. p. 146.

<sup>22</sup> “Brasília e Ouro Preto corporificam a especificidade do modernismo brasileiro: Lucio Costa e Oscar Niemeyer projetaram a capital do futuro, ao mesmo tempo que remodelaram a face da capital simbólica de nosso passado colonial”. CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 15.

<sup>23</sup> UNESCO. (1987). **O Plano Piloto de Brasília**. Distrito Federal. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445> Acesso em: 2 ago. 2020.

**Figura 8 - Inauguração da pedra fundamental em Planaltina em 7/9/1922**



Fonte: <http://cerratense.com.br/historiadodistritofederal.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 9 - Brasília na época de sua inauguração em 1960**



Fonte: <https://jornal.usp.br/cultura/aos-60-anos-brasilia-transcende-a-imaginacao-de-lucio-costa/>. Acesso em: 18 jan. 2021

Assim, a cidade de Planaltina, configurada como o núcleo urbano mais antigo e a maior região administrativa do Distrito Federal,<sup>24</sup> distante quase 50km do centro do Plano Piloto,<sup>25</sup> passa, a partir dos anos 1980, a incorporar grande contingente populacional, oriundo de ocupações irregulares que foram erradicadas e removidas para a região, persistindo os mesmos problemas socioeconômicos.<sup>26</sup> Conta, atualmente, com uma população de 177.492 habitantes.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. Brasília: UnB, 2011. p. 102.

<sup>25</sup> UNESCO. (1987). **O Plano Piloto de Brasília**. Distrito Federal. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445> Acesso em: 2 ago. 2020.

<sup>26</sup> PAVIANI, Aldo. **Brasília: a metrópole em crise – ensaios sobre urbanização**. Brasília: UnB, 1989. p. 49.

<sup>27</sup> DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios PDAD 2018 - Planaltina**. p. 10. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Planaltina.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

As mencionadas ocupações ocasionaram alterações urbanísticas; foram criados novos loteamentos e expansões de bairros da cidade histórica de Planaltina e novas identidades culturais, algumas com o estigma da violência,<sup>28</sup> destacando-se que o aumento da população da região administrativa pode não ter sido acompanhado por investimentos em infraestrutura, o que pode ocasionar o aumento da violência urbana. A busca de um retorno às tradições culturais pode ter sido retomada em decorrência das alterações urbanas, consoante explica Graciete Costa:

A perda da identidade cultural criou, com o passar do tempo, a necessidade de retomada das tradições, por parte dos antigos moradores, em busca da verdadeira vocação rural, religiosa e turística de Planaltina.<sup>29</sup>

Atualmente a cidade de Planaltina, especificamente no núcleo urbano preexistente denominado Setor Tradicional,<sup>30</sup> apresenta contraste entre antigos casarões e monumentos,<sup>31</sup> de que se busca a preservação, e as construções modernas, que destoam do aspecto histórico ali predominante.<sup>32</sup>

<sup>28</sup> MOREIRA, Camila Spíndula. **Composições da violência**: periferia, cidadania, política e identidade no *rap*. Planaltina, DF – 1980 a 2013. Brasília: UnB, 2013. p. 24.

<sup>29</sup> COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. Brasília: UnB, 2011. p. 108.

<sup>30</sup> “A área do Setor Tradicional de Planaltina compreende o espaço urbano e as edificações adjacentes à Praça São Sebastião de Mestre D’Armas, a Praça Coronel Salviano Monteiro Guimarães e a Praça Antônio Marcigaglia, passando pela Avenida Goiás até a Avenida Independência”. (COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. Brasília: UnB, 2011. p. 320.)

<sup>31</sup> “O sentido original do termo é do latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória. A natureza afectiva do destino é essencial: não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva. Neste primeiro sentido chamar-se-á monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória”. (CHOAY, Françoise. **Alegoria do património**. Tradução Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 17.)

<sup>32</sup> “As práticas construtivas modernas e a estética modernista e, mais recentemente, pós-moderna têm cada vez mais se feito presença no centro histórico de Planaltina. No Setor Tradicional, não se encontram hoje testemunhos de um domínio operativo das técnicas tradicionais, em que pese a persistência de alguns aspectos da tipologia residencial tradicional”. (BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. p. 10. Disponível em: <https://issuu.com/abacoarq/docs/planaltina-inventario>. Acesso em: 14 dez. 2020.)

**Figura 10** - Casarão na cidade de Planaltina-DF



Fonte: <https://www.diadanoticia.com.br/destaque/planaltina-comemora-aniversario-virtualmente/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Na área do Setor Tradicional em Planaltina se destacam duas praças reconhecidas como patrimônio histórico e cultural: a Praça São Sebastião de Mestre d'Armas,<sup>33</sup> que abriga a igrejinha de São Sebastião e abrigava, em seu entorno, o casarão de Dona Negrinha, recentemente demolido,<sup>34</sup> e a Praça Coronel Salviano Guimarães, objeto desta pesquisa, a qual abriga, em seu entorno, o Museu Histórico e Artístico, a Casa dos Idosos e o Hotel O Casarão.

**Figura 11** - Igreja de São Sebastião



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-78021619/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

<sup>33</sup> “Desde seu surgimento, a Praça São Sebastião afirmou-se como um importante espaço, religioso. Atualmente ainda preserva a igrejinha, mas ganhando contornos impactados pela construção de Brasília, apresenta seu antagonismo paisagístico quando vistos ao centro, a Igreja de São Sebastião, cercada por concreto e asfalto, mantendo uma paisagem no mínimo estranha, sem a possibilidade de uma conexão mesmo que remota com o passado”. OLIVEIRA, Ederson Gomes. **Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF): memória e identidade social**. Goiânia: PUCGO, 2013. p. 32.

<sup>34</sup> ORTIZ, Brenda. Após demolição da 'Casa da dona Negrinha', GDF promete levantamento do patrimônio histórico. **G1 DF**, 01 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/01/apos-demolicao-da-casa-da-dona-negrinha-gdf-promete-levantamento-do-patrimonio-historico.ghtml> Acesso em: 20 nov. 2020.



**Figura 12** - Casarão de Dona Negrinha, antes e após a demolição



Fonte: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/01/apos-demolicao-da-casa-da-dona-negrinha-gdf-promete-levantamento-do-patrimonio-historico.ghtml> Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 13** - Museu Histórico e Artístico de Planaltina



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu\\_Hist%C3%B3rico\\_e\\_Art%C3%ADstico\\_de\\_Planaltina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_de_Planaltina). Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 14** - Casa dos Idosos



Fonte: <https://www.metropoles.com/pelas-cidades/planaltina/sarau-em-planaltina-pretende-resgatar-cultura-popular-no-df?amp>. Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 15 - Hotel O Casarão**



Fonte: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/19/interna\\_cidad esdf,713763/decisao-judicial-garante-funcionamento-do-museu-historico-de-planaltin.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/19/interna_cidad esdf,713763/decisao-judicial-garante-funcionamento-do-museu-historico-de-planaltin.shtml). Acesso em: 18 jan. 2021.

Será analisada a seguir, em breve contexto, a praça Coronel Salviano Guimarães como elemento urbano e de convívio social no que tange ao seu aspecto de patrimônio histórico e cultural e à memória coletiva ínsita a ela.

## **1.2 A praça Coronel Salviano Guimarães**

As praças têm sua origem na *ágora* da Grécia Antiga, uma grande praça central da cidade, constituída de espaços em que os cidadãos poderiam realizar atividades comerciais, culturais e ainda discutir sobre a vida política.<sup>35</sup> De igual modo, o *forum magnum* ou fórum romano era local destinado às atividades políticas e comerciais, assim como os principais espaços públicos nas cidades medievais (praça do mercado e praça da igreja).<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 31.

<sup>36</sup> MORRIS, Anthony E.J. **Historia de la forma urbana**: desde sus orígenes hasta la revolución industrial. Barcelona: Gustavo Gili, 1992. p. 60 e 108.

**Figura 16 - Ágora de Atenas**



Reconstrução da Ágora de Atenas baseada em vestígios arqueológicos

Fonte: <http://mitologiaecivilizgrega.blogspot.com/2009/12/conheca-agora-de-atenas.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Em uma perspectiva histórica, e com a influência portuguesa em seus traçados,<sup>37</sup> as praças<sup>38</sup> se desenvolveram no Brasil como referências espaciais da paisagem colonial,<sup>39</sup> organizando, em certa medida, as primeiras cidades brasileiras implantadas em núcleos urbanos tradicionais,<sup>40</sup> com a tendência de concentrar prédios históricos e possivelmente referenciais de tempos passados.

**Figura 17 - Praça do Município. Largo do Pelourinho, Lisboa – 1832**



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/316026098849576644/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

<sup>37</sup> PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – suas faces durante o século XX (1933/1999)**. Salvador: UFBA, 2003. p. 79.

<sup>38</sup> “*Logradouro público urbano, geralmente de forma retangular ou quadrada, delimitado por vias ou, algumas vezes, por edificações. É um espaço de lazer ou recreação, podendo conter ou não vegetação e edificação de caráter institucional. Tradicionalmente, a praça é um local de reunião importante nas cidades, e o planejador deve saber tirar partido dessa sua função comunitarizante. Trata-se de um bem público de domínio público, portanto inalienável*”. (FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004. p. 293.)

<sup>39</sup> HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 115.

<sup>40</sup> ECKER, Vivian Dall’Igna. **A praça como locus da sociabilidade: estudo de caso da Praça da Cidadania, no Campus da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2016. p. 53.



As praças eram locais de referência geográfica no tecido urbano e de intensa sociabilidade nas cidades, haja vista que concentravam, por exemplo, os centros político (sede da prefeitura), religioso (igreja matriz) e comercial (mercado municipal), demonstrando a importância do espaço da praça para a sociedade da época.<sup>41</sup>

**Figura 18** - Praça do Patriarca com destaque para Igreja Santo Antônio, São Paulo, anos 1920



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/36591815699883171/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Sobre o uso das praças públicas, o modo como foram sendo apropriadas no decorrer do tempo, em uma perspectiva moderna, Renata Pinto, baseada em Spiro Kostof, explica que elas podem ser classificadas como praça do mercado; praça cívica; praça das armas; praça dos jogos; praça de tráfego e praças residenciais,<sup>42</sup> e ainda acrescenta a praça lúdica; a zona de passagem e a zona temporal, assim aduzindo sobre as praças públicas em um mundo eivado de uma cultura consumista.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – suas faces durante o século XX (1933/1999)**. Salvador: UFBA, 2003. p. 36.

<sup>42</sup> PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – suas faces durante o século XX (1933/1999)**. Salvador: UFBA, 2003. p. 27-28.

<sup>43</sup> “A cultura consumista é marcada por uma pressão constante para que sejamos alguém mais. Os mercados de consumo se concentram na desvalorização imediata de suas antigas ofertas, a fim de limpar a área da demanda pública para que novas ofertas a preencham. Engendram a insatisfação com a identidade adquirida e o conjunto de necessidades pelo qual se define essa identidade. Mudar de identidade, descartar o passado e procurar novos começos, lutando para renascer - tudo isso é estimulado por essa cultura como um dever disfarçado de privilégio”. BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 128.



As praças públicas de hoje, de acordo com Kostof (1992), ainda continuam sendo utilizadas, mas a concentração é notadamente diversa. A depender do uso previsto para a praça, é necessário um programa de revitalização, um programa de incentivo para que a população sinta-se atraída pelo local, fato ocorrido pela disseminação dos *shoppings centers*, com seus inúmeros atrativos e suas praças internas.<sup>44</sup>

Dessa forma, a revitalização de uma praça pode, em certa medida, incentivar que a população a utilize e pratique, por exemplo, atividades culturais e sociais.

Sobre as praças como centralidade urbana, Sandra Pesavento comenta sobre a necessidade de três componentes fundamentais, em dimensões entrelaçadas no espaço e no tempo:

- primeiramente, os elementos, por assim dizer, estruturais que presidiram o traçado e organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade;
- a seguir, a apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade;
- por último, a dotação de uma carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades.<sup>45</sup>

Nesse viés a praça, como elemento urbano de centralidade em uma cidade, pode ser definida como um local de encontro e convívio e, nesse sentido, pode ser vista como espaço propiciador de trocas sociais e observação do cotidiano, se transformando em espaços-síntese da memória urbana, como explica Junia Caldeira:

Diante da diversidade de configurações urbanas existentes, observa-se que a praça se apresenta como um *locus* privilegiado da cidade, sobretudo pelo seu caráter de espaço multifuncional. Atualmente, as praças desfrutam de um enorme prestígio, sobretudo a partir da voga pela “qualidade de vida”, presente nos projetos de revitalização urbana. Constituem, também, tema central dos debates que envolvem a cena urbana contemporânea. Essa importância pode ser constatada nas políticas de intervenção, nas quais a praça aparece como elemento fundamental. Busca-se resgatar valores históricos, evidenciando certa nostalgia de significados perdidos tanto na escala arquitetônica quanto na escala urbana.<sup>46</sup>

<sup>44</sup> PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – suas faces durante o século XX (1933/1999)**. Salvador: UFBA, 2003. p. 29.

<sup>45</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008. p. 5.

<sup>46</sup> CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 4.

Além do significado que produzem na memória coletiva, conforme destacam Robba e Macedo, as praças no Brasil, situadas no período arquitetônico em voga em sua época de construção, teriam as mais diversas propostas funcionais, possibilitando aos habitantes das cidades diversas apropriações:

**Quadro 1** - Propostas funcionais das praças brasileiras

COLONIAL	ECLÉTICO	MODERNO	CONTEMPORÂNEO
Convívio social	Contemplação	Contemplação	Contemplação
Uso religioso	Passeio	Recreação	Recreação
Uso militar	Convívio social	Lazer esportivo	Lazer esportivo
Comércio e feiras	Cenário	Lazer cultural	Lazer cultural
Circulação		Convívio social	Convívio social
Recreação		Cenário	Comércio
			Serviços
			Circulação de pedestres
			Cenário

Fonte: ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EdUSP, 2003. p. 79.

O objeto de estudo desta pesquisa, a praça Coronel Salviano Guimarães no Setor Tradicional em Planaltina, possui a centralidade urbana mencionada, sendo também conhecida pelos moradores da cidade como praça histórica de Planaltina e pracinha do museu. No entorno da praça, se localiza atualmente o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, que, nos primeiros anos do século XX, era a residência do Coronel Salviano Monteiro Guimarães e sua família.<sup>47</sup> Nascido na cidade de Formosa-GO, em 1866, o Coronel Salviano,<sup>48</sup> foi um

<sup>47</sup> “Os primeiros moradores da Casa foram Salviano Monteiro Guimarães, sua esposa Olívia e seus oito filhos – Gabriel, Francisco, Hosannah, Sebastião, Maria América, Gabriela, Salviano e Dulce. No tempo do Coronel Salviano, a Casa era uma das residências mais confortáveis da cidade, com água encanada, luz e telefone. Tornou-se o símbolo da influência de Salviano na região e ponto de referência para a recepção e hospedagem de autoridades, o trato de negócios, comemorações e festividades diversas”. (BRASÍLIA. **Museu Histórico e Artístico de Planaltina**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/brasilia-museu-historico-e-artistico-de-planaltina/#!/map=38329&loc=-15.621190000000006,-47.661567999999995,17>. Acesso em: 27 dez. 2020.)

<sup>48</sup> “Em 1893, após ser nomeado pelo Presidente Prudente de Moraes para a Guarda Nacional Brasileira, do estado de Goiás, na Comarca da Lagoa Formosa, Salviano Monteiro Guimarães inicia sua carreira militar. Em 1900 chegou a Planaltina e daqui nunca mais saiu. Sete anos depois, com a visão que tinha, trouxe touros indianos para o Centro-Oeste. Também lutou para que a luz elétrica chegasse à cidade. Em 1920 foi a vez do telefone, que ele também fez virar realidade no Planalto Central brasileiro. O Cel. Salviano Monteiro Guimarães morreu no ano de 1926.” DISTRITO FEDERAL. **Academia Planaltinense de Letras, Artes e Ciências**. Disponível em: <https://apladf.com.br/1035-2/> Acesso em: 22 nov. 2020.

grande fazendeiro, político e comerciante da região de Mestre D'Armas no início do século XX e, conforme as lembranças de antiga moradora da cidade, “foi a fortaleza da vivência de Planaltina”<sup>49</sup> e contribuiu para o progresso da região, haja vista que incentivou o comércio e melhorias na cidade.

**Figura 19** - O casarão de Olivia e Salviano hoje abriga o Museu Histórico de Planaltina



Fonte: <http://historiadafamiliaguimaraes.blogspot.com/p/blog-page.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 20** - Coronel Salviano Monteiro Guimarães



Fonte: <https://jornalconversainformal.blogspot.com/2013/08/historia-de-salviano-monteiro-guimaraes.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

---

<sup>49</sup> MATA, Wylcler Cruzeiro da. **A produção do espaço urbano no Distrito Federal: da construção de Brasília à expansão urbana de Planaltina/DF – o viés histórico-social**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. p. 66.

**Figura 21** - O Coronel Salviano e seus familiares



Fonte: <http://historiadafamiliaguimaraes.blogspot.com/p/coronel-salviano-monteiro-guimar.html>.  
Acesso em: 18 jan. 2021.

Nessa linha, consoante as propostas funcionais apresentadas, a praça histórica Coronel Salviano Guimarães em Planaltina pode ser considerada uma praça cívica – haja vista que abriga importante prédio histórico (o Museu Histórico e Artístico de Planaltina) e foi também palco de importantes encontros políticos –<sup>50</sup> e uma praça lúdica, sendo destinada ao lazer, diversão e cultura<sup>51</sup> da população.

<sup>50</sup> “Esses relatos nos levam, mais uma vez, a reafirmar a importância da Praça Salviano Monteiro como ponto de ancoragem de memória e identidade social. Entre os grandes acontecimentos políticos ocorridos na década de 1960 destaca-se a visita do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e comitiva a Planaltina”. OLIVEIRA, Ederson Gomes. **Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF):** memória e identidade social. Goiânia: PUCGO, 2013. p. 36.

<sup>51</sup> PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade:** o caso da Praça da Sé – suas faces durante o século XX (1933/1999). Salvador: UFBA, 2003. p. 29.

**Figura 22** - Juscelino Kubitschek em visita a Planaltina



*À esquerda: Stella dos Querubins, Francisco Mundim Guimarães, Manoel Maria, Dr. João Correia, Israel Pinheiro, Gastão Pereira Salgado e Dr. Hozanah.*

Fonte: OLIVEIRA, Ederson Gomes. **Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF): memória e identidade social**. Goiânia: PUCGO, 2013. p. 37.

A praça também se insere, em um primeiro momento, no período eclético (meados do século XIX e início do século XX, quando residente no local o Coronel Salviano Guimarães, benfeitor da cidade), bem como no período contemporâneo (a partir da década de 80/90 do século XX, quando tombado, no ano de 1982, o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, antiga residência do Coronel Salviano Guimarães e seus familiares) e, com as propostas funcionais para uma praça, conforme mencionado, foram criadas, ao longo do tempo, interações entre as pessoas da comunidade, construindo-se a memória social.

**Figura 23** - Vista parcial da praça Coronel Salviano Guimarães



Fonte: <https://newsblack.com.br/distrito-federal/brasil/primeiro-nucleo-urbano-do-df-planaltina-faz-160-anos/>. Acesso em: 18 jan. 2021.



**Figura 24** - Vista parcial da praça Coronel Salviano Guimarães



Fonte: [http://eduardodamacenadasilva.blogspot.com/2015/03/blog-post\\_24.html](http://eduardodamacenadasilva.blogspot.com/2015/03/blog-post_24.html). Acesso em: 18 jan. 2021

**Figura 25** - Vista parcial da praça Coronel Salviano Guimarães



Fonte: <http://cerratense.com.br/index.html>. Acesso em: 18 jan. 2021

Diante dessa perspectiva, a praça Coronel Salviano Guimarães apresenta um contexto de experiências geracionais de comunidade no sentido de que a memória coletiva se concretiza no simbolismo da praça para os habitantes da cidade de Planaltina, que reconhecem a si mesmos na própria evocação da praça, conforme ressalta Eckert:

As imagens de uma memória intrageracional nas cidades evocadas nos jogos de memória de seus habitantes são por nós contemplados na perspectiva das ditas ‘hermenêuticas instauradoras (DURAND, 1988). Ou seja, são espaços de vida onde o fenômeno da ipseidade, integrando suas narrativas a partir de um deslocamento essencial, permite que os habitantes se reconheçam no tempo no qual vibra a memória.<sup>52</sup>

<sup>52</sup> ECKERT, Cornelia. Memória coletiva e identidade narrativa. In: FERREIRA, Maria Letícia Marzzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **Memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2010. p. 165-196. p. 183.

**Figura 26** - Praça Coronel Salviano em 1929



Fonte: Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_). p. 7. Acesso em: 22 dez. 2020.

**Figura 27** - Comemoração do dia 7 de setembro na praça Coronel Salviano Guimarães, em 1954



Fonte: OLIVEIRA, Ederson Gomes. **Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF): memória e identidade social**. Goiânia: PUCGO, 2013. p. 34.

A importância histórica de um espaço urbano e a presença na memória coletiva podem assegurar a sua preservação por meio do processo de tombamento.<sup>53</sup> Nessa linha, o processo de tombamento se destina a assegurar a preservação de um bem de valor cultural ou natural, protegendo os documentos, obras e locais de valor histórico, estético, paisagístico, afetivo e arqueológico, em consonância com o art. 216, §1º, da Constituição Federal.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=Art.,-10.&text=O%20tombamento%20dos%20bens%2C%20a,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=Art.,-10.&text=O%20tombamento%20dos%20bens%2C%20a,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico). Acesso em: 28 set. 2020.

<sup>54</sup> CF. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

Todavia, o processo de tombamento e as restrições administrativas sobre a propriedade são, por vezes, vistos pelos proprietários como uma imposição pouco benéfica:

A imposição do tombamento não pressupõe compensação por parte do Poder Público ao proprietário da coisa tombada. Com raras exceções, os proprietários vêem o tombamento e demais medidas restritivas de proteção ao patrimônio cultural como um gravame indesejável sobre seus imóveis. Sua reação, às vezes, é passiva mas, em outras, assume forma bastante agressiva. São comuns os atos de demolição criminosa dos bens tombados, com o fito de obter liberação do encargo do tombamento e, posteriormente, uma utilização econômica mais lucrativa<sup>55</sup>.

Assim ocorreu com a “Casa de Dona Negrinha”, localizada no Setor Tradicional em Planaltina. Apesar de não ser um bem tombado individualmente, era um imóvel de interesse histórico<sup>56</sup> e fazia parte do conjunto urbanístico preservado por meio de tombamento da praça São Sebastião, mas veio a ser demolida pelo atual proprietário do bem. Tal atitude não é incomum em relação ao instituto do tombamento, que não consegue resistir à pressão política e jurídica dos proprietários afetados, que se consideram lesados com o gravame imposto ao bem.<sup>57</sup>

Por sua vez, reconhecida a importância da preservação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina – que abrigou a residência do Coronel Salviano Guimarães e seus familiares no início do século XX, estando a memória do Coronel Salviano presente como benfeitor da cidade –, em 1973 se realizou o processo de tombamento n. 320.644/73 GDF relativo ao Museu Histórico e Artístico de Planaltina e seu entorno, incluída a praça Coronel Salviano Guimarães, com inscrição no Livro de Tombo: GDF – Livro II Edifícios e Monumentos

---

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

<sup>55</sup> BAPTISTA, Maurício Nogueira. O planejamento urbano como instrumento de preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, p. 33-39, 1984. p. 38.

<sup>56</sup> BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. p. 238. Disponível em: <https://issuu.com/abacoarq/docs/planaltina-inventario>. Acesso em: 14 dez. 2020.

<sup>57</sup> FERNANDES, Edésio. Tombamento ou demolição? **Direito Urbanístico**, Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.



Isolados DePHA GDF, folha 001, inscrição n. 004, tendo sido publicado o Decreto de Tombamento n. 6.939, em 19/08/1982, data do aniversário da cidade.<sup>58</sup>

**Figura 28** - Museu Histórico e Artístico de Planaltina



Fonte: <http://raioxdf.com.br/?p=4181>. Acesso em: 18 jan. 2021.

A praça Coronel Salviano Guimarães, tombada e presente na memória coletiva dos habitantes da cidade de Planaltina, foi objeto de diversas intervenções ao longo do tempo, realizadas consulta à população, que nem sempre era convidada a participar associar-se ou tinha oportunizado o acesso a informações técnicas relativas aos projetos de revitalização, o que pode, em certa medida, afetar o direito à cidade, tendo em vista que a política urbana está voltada para o bem-estar de seus habitantes, consoante preceitua o art. 182 da CF, e nesse sentido o contexto urbano a ser considerado em cada cidade deveria observar os pleitos da população e suas alterações cotidianas.<sup>59</sup>

### 1.3 O direito à cidade e a participação popular

Em nosso país, o direito à cidade tem sua definição legal inscrita nos incisos I e II do art. 2º do Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001),<sup>60</sup> que regulamentou os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e constitui diploma legal que representa um marco na gestão urbana após

<sup>58</sup> BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. p. 83. Disponível em: <https://issuu.com/abacoarq/docs/planaltina-inventario>. Acesso em: 14 dez. 2020.

<sup>59</sup> LIBÓRIO, Daniela Campos. Estatuto da Cidade: 15 Anos da Lei n. 10.257/01. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 37, n. 131, p. 67-78, jul./dez. 2016. p. 72.

<sup>60</sup> “Com o Estatuto da Cidade ocorre um profundo impacto no direito à cidade, que deixa de ser um direito reconhecido somente no campo político ou internacional e passa a ser um direito reconhecido no campo jurídico”. (CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Curso de direito urbanístico**. Salvador, JusPODIVM, 2015. p. 137.)

a redemocratização do país, consolidando a ordem constitucional quanto ao controle jurídico do desenvolvimento urbano e reorientando as ações do Poder Público e da própria sociedade com inovações urbanísticas, sociais e ambientais, como, por exemplo, a definição da competência em matéria urbana com a preponderância da atuação do município. O Estatuto da Cidade também consolidou o princípio da função social da propriedade,<sup>61</sup> a gestão participativa e a preocupação com a sustentabilidade composta por um modelo de gestão sustentável e comunitária.<sup>62</sup>

Nessa linha, o direito a cidades sustentáveis<sup>63</sup> pode ser configurado no sentido de ser propiciada aos cidadãos a necessária qualidade de vida como fato existencial e como uma boa infraestrutura urbana,<sup>64</sup> sem olvidar “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, conforme preceituado no mencionado art. 2º, e com a necessária participação da população, no conceito de gestão democrática das cidades, nos termos dispostos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Dentro dessa perspectiva sobre o direito à cidade, o espaço urbano pode ser visto como um espaço que condiciona as relações sociais<sup>65</sup> e, consoante definição de Marcelo Lopes Souza, é possível perceber pontos dinâmicos que possibilitam a definição dos parâmetros da qualidade de vida na cidade:

<sup>61</sup> “Para tanto a CF/88 inova, fixando o conteúdo da função social da propriedade (§ 2º, artigo 182), nos exatos termos ‘a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação das cidades expressas no *plano diretor*’, regra esta reiterada no artigo 39, *caput*, do Estatuto da Cidade”. CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Curso de direito urbanístico**. Salvador, JusPODIVM, 2015. p. 72.

<sup>62</sup> VALERA, Carlos Alberto. **Avaliação do novo Código florestal**: as áreas de preservação permanente – APPs e a conservação da qualidade da água superficial. Jaboticabal: UNESP, 2017. p. 2.

<sup>63</sup> “A sustentabilidade é um conceito complexo, que envolve as dimensões ambiental, social, econômica e temporal dos processos urbanos. Não pode ser usada de forma reducionista e esta parece ser a concepção adotada pelo Estatuto da Cidade – compreende uma dimensão ambiental mas não se reduz a ela – até porque estamos falando de cidades (...)”. (ALFONSIN, Betânia. **O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas**. *Paper* apresentado no 2º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, 2001, Canela/RS.)

<sup>64</sup> MILARÉ, Édis. Um ordenamento jurídico para a qualidade de vida urbana. In: SILVA, Bruno Campos; AGRELLI, Vanusa Murta (coord.). **Direito urbanístico e ambiental**: estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 37-69. p. 61.

<sup>65</sup> “O papel específico do espaço como estrutura da sociedade vem, entre outras razões, do fato de que as formas geográficas são duráveis e, por isso mesmo, pelas técnicas que elas encarnam e às quais dão corpo, isto é, pela sua própria existência, elas se vestem de uma finalidade que é originariamente ligada, em regra, ao modo de produção precedente ou a um de seus momentos. Assim mesmo, o espaço como forma não tem, de modo algum, um papel fantasmagórico, pois os objetos espaciais são periodicamente revivificados pelo movimento social”. (SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012. p. 186.)

**Quadro 2** - Parâmetros de Qualidade de Vida

Necessidades	Aspectos Particulares	Possíveis consequências da não satisfação
1.Regeneração	Insolação, luz do dia, aeração, proteção contra barulho, espaços para atividades corporais, locais para a prática de esportes e brincadeiras	Esgotamento físico e psíquico, vulnerabilidade face a doenças, insônia, estresse, depressão
2.Privacidade 3.Segurança	Proteção da esfera privada, proteção contra roubos e assaltos	Raiva, medo, estresse, agressão, isolamento, atritos com vizinhos, fraca topofilia
4.Funcionalidade 5.Ordem	Necessidade de espaço, conforto, senso de orientação	Raiva, desperdício de tempo e dinheiro, desorientação, insatisfação com a moradia e a vida, fraca topofilia
6.Comunicação 7.Apropriação 8.Participação	Conversas, ajuda dos vizinhos, participação e engajamento	Preconceitos e conflitos sociais, insatisfação com a moradia, vandalismo, segregação
9.Estética 10.Criatividade	Aspectos dos prédios e fachadas, arruamento, presença de praças e parques	Fraca topofilia, insatisfação com a moradia, mudança de local, vandalismo

Fonte: SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 78.

Para Henri Lefebvre, o “direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”.<sup>66</sup> Essa definição de Lefebvre vai ao encontro dos parâmetros de qualidade de vida apontados, bem como do Objetivo 11 da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável de “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”,<sup>67</sup> como afirma Nelson Saule Jr.:

<sup>66</sup> LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. p. 117-118.

<sup>67</sup> “Goal 11. Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable”. Tradução livre. UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 Agenda for sustainable development. Resolution adopted by the General Assembly. 2015b. p. 21-22. Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RE\\_S\\_70\\_1\\_E.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RE_S_70_1_E.pdf). Acesso em: 22 ago. 2020.

O direito à cidade é um novo paradigma que fornece uma estrutura alternativa de repensar as cidades e a urbanização, com base nos princípios da justiça social, da equidade, do efetivo cumprimento de todos os direitos humanos, da responsabilidade para com a natureza e as futuras gerações, e da democracia local. O direito à cidade como um direito humano coletivo emergente cumpre esse papel de ser o coração da nova agenda urbana constituída por princípios, ações, metas, indicadores e formas de monitoramento destinados ao modelo de cidades inclusivas, justas, democráticas e sustentáveis<sup>68</sup>.

Uma cidade pode ser virtuosa no sentido de garantir e preservar a vida de todos, trazendo conforto, funcionalidade, segurança e permeabilidade aberta aos outros cidadãos como se percebe em uma sociedade pluralista,<sup>69</sup> podendo se tornar uma cidade inclusiva e sustentável.

Cabe ressaltar que o século XXI caminha sob a égide de uma sociedade civil interativa e conectada pelo meio virtual (com a pandemia de Covid-19, que assolou o mundo no ano de 2020, o meio virtual é uma alternativa de comunicação diante do isolamento social), onde o paradigma tradicional de participação da população como sinônimo exclusivo de sufrágio já foi superado.<sup>70</sup>

As profundas mudanças estruturais do capitalismo e das funções estatais, sobretudo no contexto da construção do estado de bem-estar social levaram o Direito (entendido como Ordenamento) a um patamar de realização de objetivos públicos concretos.<sup>71</sup>

Nesse sentido, se percebe que uma análise funcionalista do Direito nas políticas públicas<sup>72</sup> pode não apenas identificar ou determinar as funções estruturadoras e reguladoras do Direito, mas também tentar “compreender *como* os mecanismos e as representações jurídicas organizam e regulam as relações empíricas dos indivíduos, grupos específicos e classes dentro de sociedades históricas”.<sup>73</sup>

<sup>68</sup> SAULE JÚNIOR, Nelson. O Direito à cidade como centro da nova agenda urbana. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU)**, n. 15, p. 73-76, jul./dez. 2016.

<sup>69</sup> YÁZIGI, Eduardo. **Reencantamento da cidade**: miudezas geográficas e devaneio. São Paulo: Scortecci, 2013. p. 179.

<sup>70</sup> TRIGUEIRO, André. **Cidades e soluções**: como construir uma sociedade sustentável. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p. 280.

<sup>71</sup> BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função**: novos estudos de teoria do direito. São Paulo: Manole, 2007. p. 94.

<sup>72</sup> “Uma política pública é formada, inicialmente, por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância ‘visível’ da política. Esta substância pode ser constituída de recursos: financeiros (os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisão), materiais”. MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 14.

<sup>73</sup> GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 30.

Assim, há uma latência crescente em como efetivar a participação popular, especialmente no que diz respeito à ordem urbanística<sup>74</sup> no sentido de gestão das cidades, na forma em que deveria ser garantida a participação popular, incluindo-se, por exemplo, o acesso, de maneira compreensível, às informações técnicas, bem como sobre o desenvolvimento da política pública a ser implementada. Acerca do tema da participação popular nas cidades, Ledrut adverte:

A pequena participação dos habitantes na vida pública e a mediocridade da integração coletiva não são expressão de indiferença essencial, mas sim de um defeito grave de relacionamento entre a população e os agentes responsáveis. As estruturas de integração coletiva são insuficientes e inadequadas. Os canais de comunicação não se adaptam mais às novas condições de vida coletiva.<sup>75</sup>

Entretanto, alguns autores entendem que a participação da população em um processo relativo ao desenvolvimento de uma política pública urbanística, como, por exemplo, a revitalização de um espaço público de lazer, não seria adequada, tendo em vista, por exemplo, a incapacidade técnica da população de uma maneira geral e os interesses particulares envolvidos, o que acabaria por macular o processo de intervenção conduzido pelo Poder Público<sup>76</sup>, podendo inclusive vir a comprometer o valor<sup>77</sup> do espaço público em termos de preservação do patrimônio histórico e cultural. Os obstáculos que se apresentariam quanto à participação popular não seriam de fácil solução, presente, inclusive, o viés da desigualdade, que dificulta a participação voluntária da população mais carente, na medida em que, muitas vezes, necessários, por exemplo, recursos para locomoção ao local de uma audiência pública.<sup>78</sup>

<sup>74</sup> “A existência de uma ordem urbanística tem sua afirmação nos seguintes princípios, em uma visão ampla: função social da propriedade, função social da cidade, obrigatoriedade do planejamento participativo, justa distribuição do ônus decorrente do processo de urbanização, coesão dinâmica e cooperação entre os setores público e privado”. CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Curso de direito urbanístico**. Salvador, JusPODIVM, 2015. p. 66.

<sup>75</sup> LEDRUT, Raymond. **Sociologia urbana**. Rio de Janeiro: Forense, 1971. p. 90.

<sup>76</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 329.

<sup>77</sup> “Penso nos seguintes principais componentes do valor cultural: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Preliminarmente, porém, vale acentuar que tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos”. (MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, **Anais** [...], Ouro Preto, 2009. v. 1. p. 25-39. p. 35.)

<sup>78</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 387.

No entanto, a participação da população na gestão das cidades, sendo realmente efetiva, poderá produzir uma rede de diálogos entre o Poder Público e a comunidade de forma mais direta, sendo exercitada a cidadania, e uma provável consequência será uma boa qualidade de vida nas cidades,<sup>79</sup> assim que:

Uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobijados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.<sup>80</sup>

A participação popular tem a dimensão pedagógica de propiciar o exercício da cidadania, além da função política de intervir na tomada de decisões, podendo ser considerada uma luta política, não havendo necessidade de conhecimento técnico para participação. Por sua vez, a participação social seria uma parceria entre o Estado e a sociedade civil, com a atuação da sociedade civil em espaços institucionais como os conselhos municipais de políticas públicas<sup>81</sup> ou conselhos gestores de políticas públicas, que são espaços institucionais de participação e negociação compartilhados, nos quais são deliberadas diretrizes de ação e controle social em determinado domínio público, como, por exemplo, saúde, educação, assistência social, infância e juventude, cultura e meio ambiente.

Um instrumento na gestão dos municípios, previsto no Estatuto da Cidade, em que também se insere a dimensão da participação popular, é o plano diretor, que se mostra como fundamental para a consecução da política pública de ordenação das cidades, tornando efetiva a função social da propriedade.<sup>82</sup> O plano diretor se baseia em um planejamento integral e que envolve aspectos econômicos, sociais, culturais e físicos referentes à realidade da cidade a ser objeto de planejamento.<sup>83</sup>

Na tentativa de propiciar a participação da população na gestão das cidades, um instrumento utilizado é a audiência pública, que se afigura como uma maneira de viabilizar o

<sup>79</sup> “De acordo com a doutrina, a expressão ‘qualidade de vida’ encerra duas questões fundamentais: a) necessidades dos indivíduos estão intimamente relacionadas ao contexto social, político e cultural em que vivem; b) qualidade de vida não é medida apenas em função da existência dos bens e serviços, mas também de sua acessibilidade e facilidade de utilização”. (CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. Qualidade de vida e princípios do direito urbanístico. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli (coord.). **Urbanismo e saúde ambiental**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2015. p. 1-14, p. 5.)

<sup>80</sup> SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 28.

<sup>81</sup> MILANI, Carlos Roberto Sanchez. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008. p. 560.

<sup>82</sup> MATTOS, Liana Portilho. **A efetividade da função social da propriedade urbana à luz do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 2003. p. 171.

<sup>83</sup> LEAL, Rogério Gesta. **Direito urbanístico: condições e possibilidades da constituição do espaço urbano**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 159.

plano diretor, garantindo, em certa medida, a transparência do processo,<sup>84</sup> estando detalhado na Resolução n. 25/2005, do Conselho das Cidades, como deve ser o processo de elaboração, implementação e execução do plano diretor.<sup>85</sup>

Contudo, é perceptível que o instrumento da audiência pública<sup>86</sup> não deve ser o único no sentido de viabilizar a participação da população na gestão democrática das cidades, afigurando-se como necessários instrumentos outros que se mostrem viáveis, eficientes e eficazes para garantir tal direito, aí incluído o acesso, ainda que em meio virtual, a informações técnicas sobre projetos, com os devidos esclarecimentos à população interessada, os quais sejam suficientes e elaborados com a possibilidade de avaliação, de alternativas, para somente depois ser realizada a devida intervenção dentro do conceito de cidade ecológica,<sup>87</sup> como aponta Daniel Menezes:

Neste sentido, os Ferrarezi e Oliveira (2012) acabaram comprovando, ou ao menos reforçando, a hipótese levantada por Nuria Grau (apud FERRAREZI e OLIVEIRA, 2012), no sentido de que o modo burocrático de organização das instâncias participativas impediria a participação popular e, “em função da racionalidade instrumental inerente, limitaria as condições para o crescimento da deliberação pública e da efetiva solução dos problemas” (p. 9).<sup>88</sup>

Nessa linha, a participação popular na revitalização de um espaço público, como exemplo uma praça com a função urbanística do lazer, pode ser um meio de construção coletiva e, nesse sentido, a revitalização pode ser mais bem aceita pela população.

---

<sup>84</sup> VANIN, Fábio Scopel. **A política pública de intervenção urbanística e o regime jurídico dos grandes projetos urbanos**: os limites e as possibilidades de inovação no exercício da competência municipal. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2020. p. 295.

<sup>85</sup> BRASIL. Ministério das Cidades Conselho das Cidades. **Resolução n. 25, de 18 de março de 2005**, DOU Seção 1, Edição n. 60, p. 102, de 30/03/2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/Arquivos/Cidades/ArquivosPDF/Publicacoes/UmExerciciodeGestaoDemocratica.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021, p. 37-40.

<sup>86</sup> “As pesquisas empíricas apresentam indícios de que as audiências públicas, ainda que sejam importantes, são insuficientes para servir habilmente à verificação das opiniões de uma sociedade plural de interessados. Há estudos que demonstram a baixa efetividade das audiências públicas, seja para a atividade legislativa, administrativa ou jurisdicional”. (VITORELLI, Edilson. **Processo civil estrutural**: teoria e prática. Salvador: JusPODIVM, 2020. p. 225.)

<sup>87</sup> GAFFRON, Philine; HUISMANS, Gé; SKALA, Franz (ed.). **Ecocity - Book I**: a better place to live. Vienna: Facultas Verlags-und Buchhandels AG, 2005. p. 38. Disponível em: [https://www.oekostadt.at/root/img/pool/files/book\\_1.pdf](https://www.oekostadt.at/root/img/pool/files/book_1.pdf) Acesso em: 27 dez. 2020.

<sup>88</sup> MENEZES, Daniel Telles de. **Modelo federativo e participação social em políticas públicas**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2016. p. 35.

No capítulo seguinte, serão objeto de análise elementos relativos ao patrimônio histórico cultural, à participação popular e à violência urbana no contexto da intervenção urbanística realizada na praça histórica Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF (2015-2018) e em uma percepção democrática.

#### **1.4 Reflexões sobre o capítulo**

O capítulo se propôs a situar o contexto histórico da cidade de Planaltina no Distrito Federal, bem como da praça histórica, objeto de tombamento, Coronel Salviano Guimarães, localizada no Setor Tradicional da cidade, tendo sido apresentado um breve resumo, a fim de explicitar a importância histórica da referida praça e seu espaço de memória coletiva dos habitantes da cidade. Foram apresentadas considerações sobre o direito à cidade e a participação popular na gestão democrática, tendo como um dos instrumentos a audiência pública, e ainda a necessidade de preservação da qualidade de vida urbana.

O capítulo seguinte pretende desenvolver uma reflexão acerca da intervenção na praça Coronel Salviano Guimarães (2015-2018), com a apresentação de elementos relativos à preservação do patrimônio histórico e cultural; à revitalização de espaços públicos como forma de contribuição na diminuição da violência urbana; à utilização de novos instrumentos de participação da população em intervenções urbanísticas, como o *placemaking*, e o papel do Ministério Público na judicialização de políticas públicas na proteção do patrimônio histórico e cultural com o viés da participação popular.



## CAPÍTULO 2- A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA PRAÇA CORONEL SALVIANO GUIMARÃES (2015-2018)

O objeto desta pesquisa tem como eixo norteador a intervenção urbanística ocorrida na praça Coronel Salviano Guimarães com o recorte temporal de 2015 a 2018, contando com elementos relativos à preservação do patrimônio histórico e cultural, à violência em espaços públicos degradados e posteriormente revitalizados, à participação da população em intervenções urbanas e à judicialização da política pública, cujo principal legitimado é o Ministério Público.

### 2.1 A revitalização como proposta de preservação do patrimônio histórico e cultural

Os espaços públicos históricos e culturais preservados por meio de tombamento podem vir a sofrer degradação pela própria ação do tempo ou por atos de vandalismo nas cidades, o que pode demonstrar a ausência de valor atribuído a um determinado bem cultural.<sup>89</sup> Tendo em vista a degradação do bem, necessária se mostra a intervenção no local em que situado, visando a sua conservação ou manutenção.

**Figura 29** - Fachada do paço imperial no centro do Rio de Janeiro pichada em 2017, após manifestação política



Fonte: <https://biblio.info/paco-imperial-depredado/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

<sup>89</sup> “Para além da atuação do Estado neste campo, a pesquisa sobre estes atos considerados ‘vandalismo’ pode instigar interpretações sobre as maneiras divergentes como a sociedade se relaciona como os bens patrimonializados, enunciando práticas e representações conflitantes”. (MACHADO, Diego Finder. Pensar sobre o vandalismo: os ataques contra o patrimônio cultural e as possibilidades de investigação no campo da História. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – LUGARES DOS HISTORIADORES: velhos e novos desafios, *Anais* [...], 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis/SC. p. 14.)

No planejamento urbano contemporâneo, a revitalização de um espaço reconhecido como patrimônio histórico e cultural<sup>90</sup> pode ser percebida como instrumento capaz de organizar os espaços urbanos promovendo a inclusão social nas cidades, como ressaltam Moura, Seixas e Freitas:

Assim, a revitalização urbana obriga a intervir na melhoria da qualidade do ambiente urbano, das condições socio-econômicas ou no quadro de vida de um determinado território ('território de revitalização urbana'), baseando-se numa visão global, actuando de forma integrada e concertando um grande número de domínios e dimensões de intervenção. A sua actuação não é rígida, mas adapta-se às realidades territoriais, nas quais intervém pretendendo coordenar e adaptar os recursos existentes e potenciais, públicos e privados, apelando à população e às entidades que as representam para serem coautoras do processo de revitalização.<sup>91</sup>

Ademais, a revitalização de um espaço, testemunha de um momento do modo de produção pela memória do espaço construído,<sup>92</sup> reconhecido como patrimônio histórico e cultural, como, por exemplo, a praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF, implicaria a observação da memória coletiva em termos de relacionamento entre espaço físico e memória, sendo pertinente considerar que:

Duas suposições estão no cerne desses processos. A primeira suposição é que cada sociedade precisa desenvolver seu patrimônio cultural como parte do cultivo da esfera pública. Nesse aspecto, o patrimônio cultural é visto não só como memória estática, mas também como forma de participação cívica, que fortalece a sociedade civil como um todo. A segunda suposição afirma que o patrimônio cultural está vinculado firmemente com o espaço físico. Em outras palavras, há um vínculo coesivo, cultivado pela maioria das sociedades do mundo, entre espaço físico e memória. No entanto, esse vínculo entre fisicalidade e patrimônio, que foi amplamente defendido nas últimas décadas, é, atualmente, contestado por muitos que acreditam que essa inter-relação estimula a gentrificação e reforça o consumismo, o turismo e a manipulação política cínica por indivíduos e grupos.<sup>93</sup>

<sup>90</sup> A conceituação de patrimônio cultural no Brasil foi “criada, em 1959, pelo então ministro de Estado e da Cultura André Mauraux, após uma primeira utilização do termo “patrimônio” em fins do século XVIII, no contexto pós- Revolução Francesa (CHOAY, 2001), ampliou, junto à criação de sucessivos órgãos e procedimentos ligados a tal termo, a relevância da esfera cultural e, de certa maneira, conforme também enfatizou Françoise Choay, promoveu um exponenciamento do vínculo entre cultura e desenvolvimento econômico ao vincular mais fortemente tais esferas por meio de uma política de “animação cultural”, essencialmente ligada aos aspectos de fruição do lazer”. (GUIMARÃES, Sávio Tadeu. **O Singular das Gerais?:** entre roteiros e derivas pelas esferas relacionais da cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. p. 35.)

<sup>91</sup> MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Comunidades e Territórios**, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006. p. 26.

<sup>92</sup> SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012. p. 173.

<sup>93</sup> HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades?. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; Köhl, Beatriz M. **Patrimônio cultural:** memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume, 2017. p. 47-59. p. 48.

Assim, há uma corrente que defende a revitalização de um espaço urbano, reconhecido como patrimônio histórico e cultural, como maneira de inclusão social e sustentabilidade, e há quem defenda que a revitalização poderia reforçar a degradação do bem ou do espaço público, haja vista a possibilidade de estimular o consumismo e o turismo predatório sem um maior cuidado com a conservação, podendo contribuir, ainda, para a exclusão social.

Nas cidades, seus edifícios, como as ruas, residências e praças, são construções materiais eivadas de simbolismo para a sociedade local, expressando suas coerências e contradições. São denominados “lugares antropológicos” e possuem três características comuns: são identitários, relacionais e históricos.<sup>94</sup>

Esses espaços físicos são identitários no sentido de que interagem nas relações afetivas da história de vida de uma pessoa da localidade, encontrando significação em sinais de paisagem e linguagem, assim como na partilha ocorrida no espaço social. São espaços relacionais, na medida em que as dinâmicas relacionais se configuram no cotidiano do espaço, produzidas e reproduzidas historicamente, e são espaços históricos, visto que, na conjugação da identidade e da relação, se torna o espaço presente na memória social.

Nesse viés, o planejamento para a revitalização de um espaço urbano, presente na memória social, poderia observar o significado simbólico do espaço, bem como as consequências das intervenções no espaço urbano e em um processo de escuta da população em consonância com os ditames constitucionais que se referem ao direito à cidade, de maneira que possam os anseios da população ser contemplados ou, se não contemplados, possa a população ter o acesso às motivações técnicas e plausíveis do não acolhimento de seus anseios e não simplesmente ter desconsiderados seus anseios por contrariedade aos objetivos impositivos do Poder Público.

---

<sup>94</sup> GUIMARÃES, Sávio; ALMEIDA, Rachel de Castro; PEREIRA, Patrícia. Cultura versus natureza: a tragédia da cidade de Mariana à luz de categorias como espaço, memória e identidade. *In*: SIMPÓSIOS TEMÁTICOS A HISTÓRIA E O CAMPO DO PATRIMÔNIO: desafios e perspectivas no 1º Seminário Nacional de Patrimônio e Cultura, **Anais** [...], 3 a 7 de outubro de 2016, Porto Alegre/RS.

Nesse sentido, pertinente a advertência:

Es muy común todavía una visión autoritaria en la que la mirada técnica ignora o desconsidera los significados locales y las formas de apropiación social de estos significados. Los conjuntos urbanos reconocidos como centros históricos no son sólo el resultado de una suma de edificios, calles y espacios públicos, escenarios de una urbanización pretérita, sino que constituyen un patrimonio cuyo significado es fundamental para comprender la formación territorial y social brasileña. Lo que los torna patrimonio es, principalmente, una rica y dinámica vida social, permeada por memorias que se mantienen y se reproducen y por formas de apropiación y uso social del espacio que revelan una vida y un cotidiano urbano que se transforma y al mismo tiempo permanece.<sup>95</sup>

O desenvolvimento das cidades de maneira sustentável pressupõe o repensar da relação entre espaço físico a ser revitalizado e memória, compreendendo-se o planejamento urbano em um contexto participativo com os atores locais, detentores da memória social, e, assim, permeando-se o tecido social com a implicação da qualidade de vida e da preservação do reconhecido patrimônio histórico e cultural. Nessa perspectiva, alertava Pedro Bandeira sobre a falta desta participação e o fracasso das políticas públicas propostas, problema ainda atual:

A falta de participação da comunidade é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. Segundo essa avaliação, a ausência de uma interação suficiente com os segmentos relevantes da sociedade tende a fazer que muitas das ações públicas sejam mal calibradas, tornando-se incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos. Além disso, quando tratada apenas como objeto, e não como um dos sujeitos do processo de concepção e implementação dessas iniciativas, a comunidade tende a não se identificar com elas, reduzindo sua sustentação política e aumentando o risco de que se tornem efêmeras.<sup>96</sup>

No entanto, há limitações quanto à participação popular em processos de intervenção urbana que podem macular o processo participativo, como, por exemplo, a possibilidade da

---

<sup>95</sup> Ainda é muito comum uma visão autoritária em que o olhar técnico ignora ou desconsidera os significados locais e as formas de apropriação social desses significados. Os conjuntos urbanos reconhecidos como centros históricos não são apenas o resultado de uma soma de prédios, ruas e espaços públicos, cenários de uma urbanização passada, mas constituem um patrimônio cujo significado é fundamental para a compreensão da formação territorial e social brasileira. O que os torna patrimônios é, principalmente, uma vida social rica e dinâmica, permeada por memórias que se mantêm e se reproduzem e por formas de apropriação e uso social do espaço que revelam uma vida e um cotidiano urbano que se transforma e ao mesmo tempo permanece”. NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Preservación del patrimonio cultural y participación social: las experiencias en Iguape y Registro (San Pablo, Brasil). *Revista America Patrimonio*, São Paulo, n. 7, p. 12-136, 2015. p. 130. Disponível em: [http://www.revistaamericapatrimonio.org/numero\\_actual.html](http://www.revistaamericapatrimonio.org/numero_actual.html). Acesso em: 18 nov. 2020. Tradução livre.

<sup>96</sup> BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão n. 630, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1999. p. 11. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td\\_0630.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td_0630.pdf). Acesso em: 11 nov. 2020.

presença de atores da comunidade que agem com o viés da personalidade e da tentativa de condução do processo de maneira impositiva, ou mesmo a ausência de capacitação dos atores da comunidade ou de suas lideranças em identificar soluções adequadas para os problemas apresentados. No que concerne à última limitação, esta pode ser suprida com a disponibilização, pelos agentes públicos envolvidos no processo de intervenção, das informações técnicas necessárias e em uma cooperação dialógica,<sup>97</sup> possibilitando a participação da comunidade no processo de criação da cidade.

Recomendável certa calibragem para que a participação seja na justa medida e de maneira democrática, atendendo as políticas públicas aos anseios populares, sendo necessários mecanismos de monitoramento e avaliação. A visão de mundo que poderia predominar poderia ser a visão daquele técnico conectado com os problemas sociais, mas a sua visão pode ser resultado da sua própria experiência e dos compromissos com as representações sociais.

O desenvolvimento de uma cultura cidadã e participativa pode contribuir para o melhoramento da própria cidade e da qualidade de vida, na medida em que podem ser superados modelos burocráticos e autoritários de planejamento e revitalização de um bem reconhecido como patrimônio histórico e cultural.<sup>98</sup>

Dentro desse modelo, no Brasil, há iniciativas de sucesso no tocante à possibilidade de participação popular em processos de revitalização, como o Programa Monumenta,<sup>99</sup> que tem como objetivo estimular ações compartilhadas entre Poder Público, comunidade e iniciativa privada, demonstrando ser possível a cultura cidadã no sentido de incentivar a busca pelos anseios comunitários em consonância com a preservação de um bem reconhecido como patrimônio histórico e cultural.

---

<sup>97</sup> BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão n. 630, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1999. p. 31-32. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td\\_0630.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td_0630.pdf). Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>98</sup> ARAÚJO, Andréa Alves. **Participação da sociedade na decisão urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. p. 53.

<sup>99</sup> BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg\\_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

**Figura 30 - Cidades contempladas pelo Programa Monumenta**



Fonte: <https://pt.slideshare.net/PatrimonioBogota/monumenta>.  
Acesso em: 20 jan. 2021.

Para a sustentabilidade do referido programa, foi criado, em alguns municípios, o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, com vistas ao financiamento de ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Programa Monumenta, podendo inclusive receber dotações orçamentárias do município, bem como contrapartidas de convênios, aluguéis e arrendamentos dos imóveis e doações.

Diversas cidades do país foram contempladas com os recursos do Programa Monumenta, revelando a possibilidade de interação entre o espaço físico e a memória social no conjunto de relações vivenciadas na cidade, assim que:

A participação da sociedade civil (moradores, usuários, proprietários, empreendedores) no Programa Monumenta dar-se-ia, e efetivamente se deu, por meio do apoio a projetos de capacitação e promoção de atividades econômicas e da recuperação dos imóveis privados localizados nas áreas de intervenção. A melhoria das condições de uso e, principalmente, de moradia das edificações localizadas nos centros históricos deveria ser realizada pelos próprios moradores e usuários, que teriam a possibilidade de contrair um financiamento em condições bastante acessíveis para a reforma dos imóveis. Essa recuperação permitiria que as funções originais dos edifícios, eventualmente acrescidas de novas, fossem retomadas em condições adequadas.<sup>100</sup>

<sup>100</sup> DIOGO, Érica. O papel do financiamento para a recuperação de imóveis privados no Programa Monumenta. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta**. p. 17-28. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg\\_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

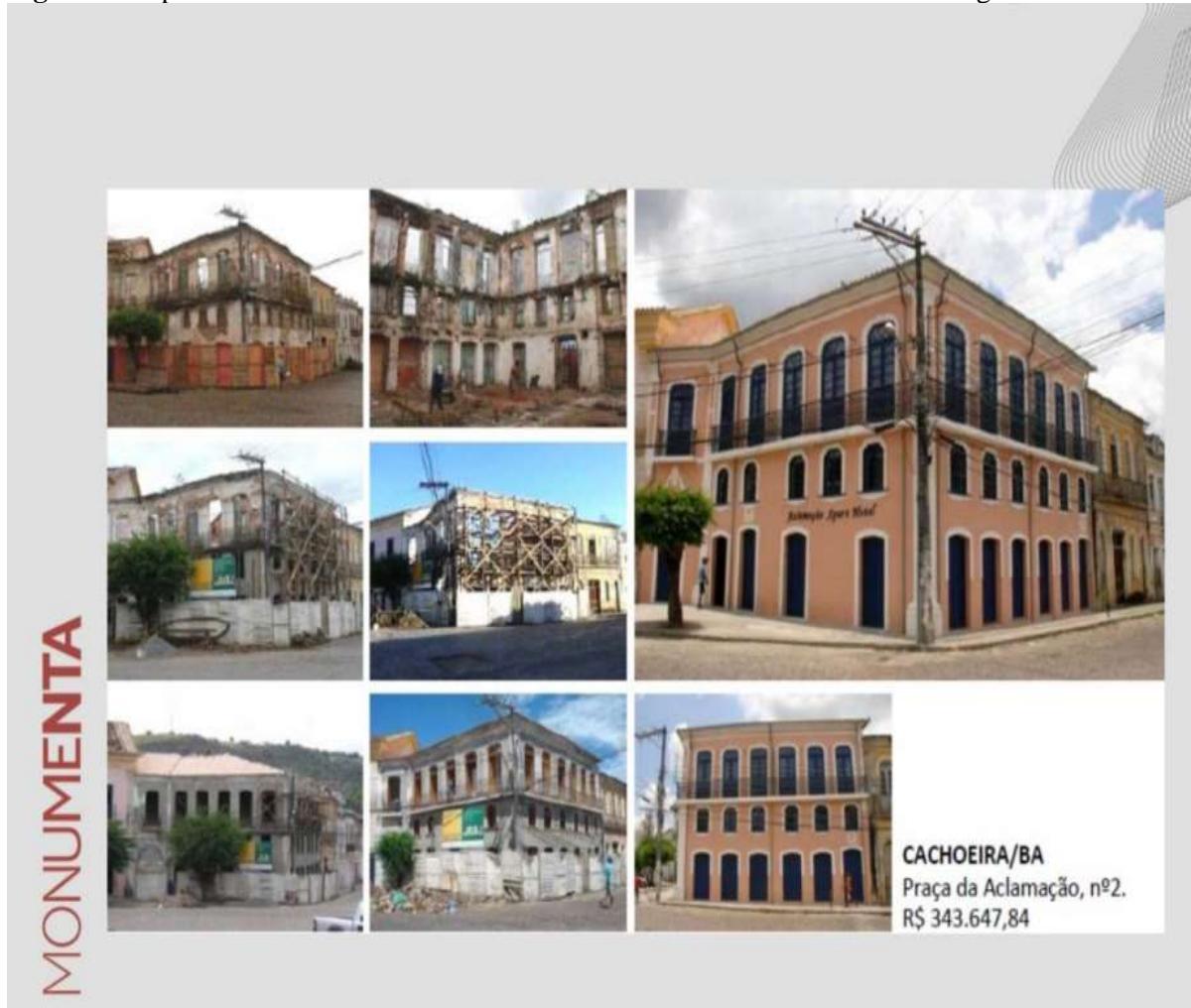
**Figura 31** - Primeiro prédio em Porto Alegre/RS restaurado com o financiamento do Programa



Fonte: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/08/fundo-que-financia-revitalizacao-de-predios-historicos-em-porto-alegre-corre-o-risco-de-acabar/>. Acesso em: 18 jan. 2021



**Figura 32** - prédio histórico em Cachoeira/BA revitalizado com recursos do Programa Monumenta



Fonte: <https://pt.slideshare.net/PatrimonioBogota/monumenta>. Acesso em: 20 jan. 2021.

No caso da intervenção urbana objeto desta pesquisa, ocorrida na praça histórica Coronel Salviano Guimarães em Planaltina, com vistas à sua revitalização, foi utilizada a metodologia colaborativa do *placemaking*<sup>101</sup> como forma de participação de parte da população da cidade, em oficina realizada no ano de 2016, tendo sido obtidas sugestões da população para o mobiliário e o entorno da praça, as quais foram traduzidas em sugestão de projeto para a sua revitalização.

À época, o espaço da praça localizado no Setor Tradicional da cidade, e reconhecido como patrimônio histórico e cultural da cidade, necessitava de intervenções para a sua

<sup>101</sup> “De acordo com Tavares (2014), o *placemaking* é um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos que existe como forma de encorajar uma maior interação dentro das comunidades. O mesmo age revitalizando espaços públicos, os transformando em ambientes mais agradáveis sujeitos a maior utilização pela sociedade”. SOUSA, Humara Carla Araújo de. *Placemaking*, produção, gestão e usos dos espaços livres públicos. In: **VI Semana de Arquitetura e Urbanismo**. Macapá: UNIFAP, 2018. p. 56-60. p. 57. Disponível em: <https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/SOUSA-C-A-HUMARA-A.-2.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

conservação, conforme apurado em procedimento administrativo instaurado pelo MPDFT por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, o que veio a ensejar a realização da mencionada oficina como maneira de ouvir os anseios da população local.

**Figura 33** - Pracinha do museu em Planaltina



Fonte: <https://emicles.blogspot.com/2016/01/regiao-norte-do-df-comunidade-sera.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Uma praça com vocação para o convívio social e inserida na função urbanística do lazer em uma cidade, como a praça objeto desta pesquisa, pode se tornar uma oportunidade para o surgimento da violência devido à ausência de manutenção ou revitalização e também para o abandono ou degradação do espaço, tendo em vista que pode gerar a sua não utilização pela população, pela possível percepção de insegurança pela ausência de movimento.<sup>102</sup>

## **2.2 A possibilidade de diminuição da violência urbana em um espaço público revitalizado**

Na maioria dos países ocidentais, a insegurança em espaços públicos é um fenômeno urbano em sua essência, haja vista que, desde meados do século XX, o planeta se urbaniza de maneira bastante rápida e caótica, sem a infraestrutura adequada capaz de atender a população que habita as cidades, o que se percebe de forma contundente nos países em desenvolvimento, conforme explica David Harvey:

---

<sup>102</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. p. 35.

A urbanização assumiu as raias de uma hiperurbanização, especialmente a partir da década de 1950, tendo o ritmo de urbanização sofrido uma aceleração que originou uma grande revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial. A proporção da população global em crescimento que vive nas cidades duplicou em trinta anos, e observamos atualmente maciças concentrações espaciais de pessoas numa escala até agora julgada inconcebível. Vêm se formando cidades e sistemas urbanos mundiais (como os que surgem, por exemplo, em toda a Europa) que têm tido rápidos efeitos de transformação no funcionamento da economia política global.<sup>103</sup>

No Brasil, o fenômeno da intensa urbanização ocorreu a partir dos anos 1950 com a migração dos moradores do campo em direção às cidades, observando-se que o desenvolvimento da infraestrutura urbana e social não acompanhou o rápido crescimento populacional, levando à periferia o caos fundiário, a ausência ou deficiência de saneamento básico e planejamento urbano e a precariedade dos serviços públicos de transporte, saúde e educação, em clara violação ao direito à cidade, na medida em que esta população não tem atendidas suas necessidades básicas vinculadas às funções urbanísticas da cidade,<sup>104</sup> o que pode levar à violência urbana, uma vez que:

Cidade mal organizada e mal planejada pode ser fonte ou lente de aumento da violência e da criminalidade. O congestionamento do trânsito (função urbanística da circulação), a inexistência de áreas adequadas ao lazer (função urbanística da recreação), a intranquilidade do repouso dos seus moradores (função urbanística da residência), a inexistência de espaços de trabalho dignos para todos os cidadãos (função urbanística do trabalho), todas essas disfunções são formas de desrespeito às funções urbanísticas que possuem conseqüências nos índices de violência daquele local.<sup>105</sup>

Uma cidade é como um organismo vivo com constantes interações entre seus habitantes e alterações em suas dinâmicas e, dessa maneira, tensões podem se desencadear diante das diferenças inerentes nos indivíduos.<sup>106</sup> Há diferenças culturais, éticas, econômicas, científicas e técnicas, causando mobilizações internas e sociais. Sobre esse aspecto, os atos violentos podem se manifestar contra o “diferente”, contra aquele que não enxerga o mundo

<sup>103</sup> HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 93.

<sup>104</sup> “O urbanismo restou caracterizado como responsável por quatro funções básicas para o cidadão e a sociedade, quais sejam: a *habitação*, o *trabalho*, a *circulação* no espaço urbano e a *recreação* do corpo e do espírito, sob a inspiração dos trabalhos do arquiteto suíço Le Corbusier (1887-1965), mas também incorpora propostas dos arquitetos William Morris, Tony Garnier, Ebenezer Howard, entre outros”. (CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Curso de direito urbanístico**. Salvador, JusPODIVM, 2015. p. 88.)

<sup>105</sup> FARIAS, Paulo José Leite. Ordem urbanística e a prevenção da criminalidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 42, n. 168, p. 167-183, out./dez. 2015. p. 171.

<sup>106</sup> “A cidade é o lugar da praça e do encontro. É o espaço inventado, pelo homem, para a conversa, para o diálogo. Nele, os homens se encontram e se reconhecem. Contraditoriamente, entretanto, é no lugar do encontro, do diálogo, da criação de identidades que se desenvolve o espaço de estranhamento. A cidade, é também, portanto, o lugar da alteridade: onde se é *outro*, onde o estranhamento se evidencia a condição daquele que não se reconhece no objeto que cria”. HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 81-92. p. 89.

do mesmo ponto de vista (o mito de Narciso no sentido da não aceitação de perspectivas diversas), ou podem ocorrer por indiferença ou alienação, o deixar-se conduzir (o mito de Eco em consonância com o tema “banalidade do mal”, expressão cunhada por Hannah Arendt, em que a superficialidade e ausência de empatia podem ensejar a prática de atos violentos contra o próximo).<sup>107</sup>

Diante desse quadro, as cidades se apresentam de maneira complexa, revelando-se como necessário o refazimento das forças dos indivíduos após o trabalho, e o lazer ou recreação surge como forma de descanso, estando inclusive previsto no texto constitucional, em seus arts. 6º, 217, § 3º, e 227. O lazer ou recreação, para a sua fruição, demanda, na cidade no âmbito público, local apropriado, como jardins, parques, praças e áreas verdes.<sup>108</sup>

Assim, o lazer, para acontecer, necessita de um espaço privado ou público e, se este possuir alta qualidade, poderá se tornar atrativo e ensejar maior frequência,<sup>109</sup> assim como a diversidade de usos.<sup>110</sup> Em cidades carentes de infraestrutura urbana, o espaço público se torna o local ideal para atividades de lazer e um espaço destinado à convivência e interação social,<sup>111</sup> permitindo o conhecimento do “estrangeiro”<sup>112</sup> nas cidades e mesmo a vigilância sutil dos moradores em seus bairros, os “olhos da rua”, no sentido de que, ao conhecer o outro, poderia existir a percepção de segurança no espaço público na localidade.<sup>113</sup>

O medo do “estrangeiro” gera constante tensão e insegurança nas cidades – diante das diferenças existentes entre as pessoas e, por vezes, da incapacidade de aceitação de tais diferenças, sendo possível o surgimento da violência, como explica Yves Michaud:

<sup>107</sup> SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro de. **Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Coleção Clínica Psicanalítica). p. 69-102.

<sup>108</sup> CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x cidade: o papel do direito urbanístico na violência urbana**. São Paulo: Marcial Pons/FESMPDFT, 2014. p. 74.

<sup>109</sup> GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 118.

<sup>110</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. p. 179.

<sup>111</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. p. 498.

<sup>112</sup> “O impulso para uma ‘comunidade de semelhantes’ é um sinal de retirada, não somente da alteridade que existe lá fora, mas também do empenho na interação interna, que é viva, embora turbulenta, fortalecedora, embora incômoda. A atração que uma “comunidade de iguais” exerce é semelhante à de uma apólice de seguro contra riscos que caracterizam a vida cotidiana em um mundo “multivocal”. Não é capaz de diminuir os riscos e menos ainda evitá-los”. (BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 22-23.)

<sup>113</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. p. 35.

Também encontramos tal imprevisibilidade da violência na idéia de insegurança. O sentimento da insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência. Ela corresponde à crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não podemos mais ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos. Aqui, novamente, imprevisibilidade, caos e violência estão juntos.<sup>114</sup>

A violência urbana,<sup>115</sup> que não se confunde com a criminalidade,<sup>116</sup> é um fenômeno complexo próprio das grandes cidades, e a ausência de espaço pode ensejar a agressividade, tendo em vista que o ser humano precisa de espaços para sua expressão, devendo a cidade, nesse sentido, contar com uma boa estrutura física,<sup>117</sup> bem planejada, com equipamentos públicos e comunitários, no intuito de propiciar uma melhor qualidade de vida aos habitantes da cidade,<sup>118</sup> que, por vezes, têm o medo como sentimento cotidiano, tanto pelo objeto como um espaço público abandonado quanto em decorrência de uma questão interna, expressa, por exemplo, na sensação de insegurança ao se frequentar um espaço público degradado.<sup>119</sup>

Nesse sentido, os espaços públicos na cidade, onde possível o lazer ou recreação, podem se configurar como fator de diminuição da violência diante das tensões sociais cotidianas, principalmente em relação aos jovens das camadas populares. Estes jovens são as maiores vítimas e autores da violência consoante o Atlas da Violência 2020.<sup>120</sup> Estudos comprovam que a efetivação do direito ao lazer ou recreação aos jovens constitui efetivo instrumento de combate à violência urbana.<sup>121</sup> Dessa maneira, imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas que enfrentem o problema, consoante o magistério de Paulo Farias:

<sup>114</sup> MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989. p. 13.

<sup>115</sup> “A violência urbana não é um fenômeno isolado: a urbanização caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial leva a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana”. PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 23.

<sup>116</sup> “A *violência* e a *criminalidade* não são sinônimos. Enquanto a *violência* é constrangimento físico e moral, a *criminalidade* é a expressão dada pelo conjunto de infrações que se produzem em um tempo e lugar determinados, é o conjunto dos crimes”. (CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x cidade: o papel do direito urbanístico na violência urbana**. São Paulo: Marcial Pons/FESMPDFT. p. 84.)

<sup>117</sup> FERRAZ, Hermes. **A violência urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1994. p. 38.

<sup>118</sup> HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 50.

<sup>119</sup> TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 334.

<sup>120</sup> CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020. p. 24.

<sup>121</sup> CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x cidade: o papel do direito urbanístico na violência urbana**. São Paulo: Marcial Pons/FESMPDFT. p. 304.

Neste sentido, almeja-se discutir a relação entre a violência (sofrida e praticada por jovens) e a condição de desrespeito às funções urbanísticas do local em que os jovens se encontram. Esse desrespeito é oriundo da disponibilidade de recursos (materiais ou simbólicos) dos atores e do acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade civil; vincula-se, pois, a aspecto da política social do Estado.<sup>122</sup>

Nesse viés, a experiência colombiana em Medellín, considerada a cidade mais violenta do mundo nas décadas de 1980 e 1990, aponta ser possível que haja diminuição da violência urbana em espaços públicos que são revitalizados, com o auxílio da população por meio de projetos de inclusão<sup>123</sup> e investimentos em educação, segurança, mobilidade urbana e a ressignificação de espaços públicos de lazer, ampliando-se áreas de convivência e equipamentos culturais, que passaram a ser mais bem utilizados, construindo-se coletivamente uma cidade melhor:

A contribuição com novas materialidades, usos e apropriações socioculturais, mostra a transformação das condições de vida e do entorno em 158 hectares, 170 mil pessoas e 20 bairros. Os espaços de lixo, a terra de ninguém, as ruas, as quebradas e os atalhos, que durante décadas foram cenários de violência e terror (MARTIN, 2012, p. 477), converteram-se em espaços para o encontro social, dando vez ao uso livre da rua. Os novos espaços possibilitaram a organização e gestão comunitária em torno da proteção e do cuidado.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> FARIAS, Paulo José Leite. Ordem urbanística e a prevenção da criminalidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 42, n. 168, p. 167-183, out./dez. 2015. p. 180.

<sup>123</sup> “Desde então as transformações foram extraordinárias. O modelo adotado, denominado ‘Modelo Medellín de Desenvolvimento Social Integrado’, ou simplesmente ‘Modelo Medellín’, fixou seis áreas e quatro mecanismos de gestão e reúne um grande número de planos, programas, projetos, metas e equipes, com duas ferramentas fundamentais: planejamento e urbanismo social”. (CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x cidade: o papel do direito urbanístico na violência urbana**. São Paulo: Marcial Pons/FESMPDFT. p. 264.)

<sup>124</sup> ZUQUIM, Maria de Lourdes; MAZO, Liliana María Sánchez. A democracia na construção de cidade: participação social na política urbana brasileira e na colombiana. *In*: XIII SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO (RII), **Anais** [...], Salvador, 2014. p. 15.



**Figura 34** - Villa del Socorro Comuna 2 em Medellín, antes e depois da intervenção ocorrida



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/866885/130-lixoes-de-medellin-sao-transformados-em-jardins-publicos>. Acesso em: 18 jan. 2021

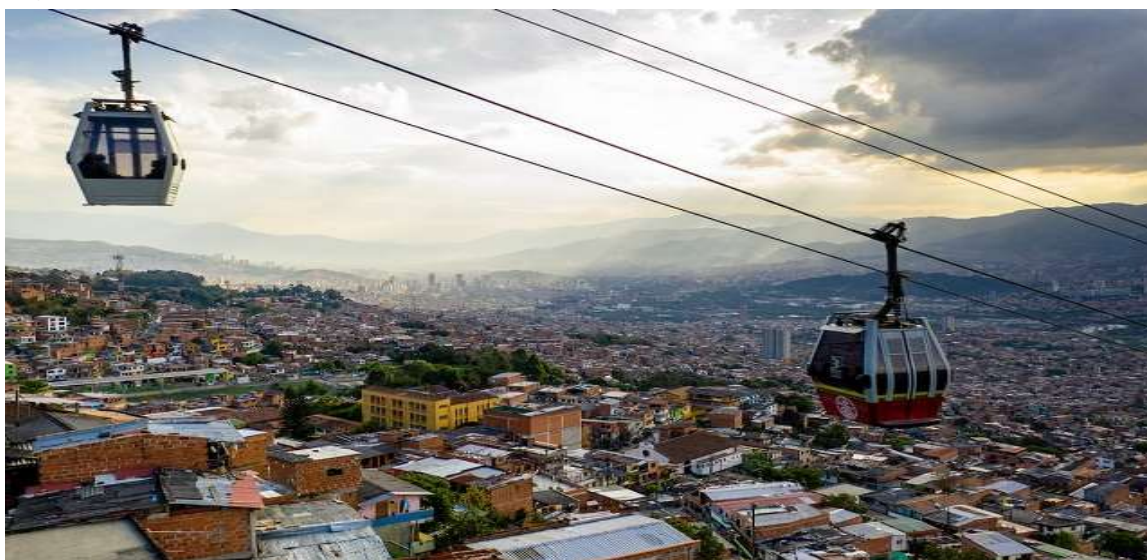
**Figura 35** - Escadas rolantes públicas em Medellín



Fonte: <https://saopaulosao.com.br/exemplos/1762-como-medell%C3%ADn-se-tornou-exemplo-mundial-de-urbanismo.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.



**Figura 36 - Teleférico de Medellín**



Fonte: <https://thecityfix.com/blog/urban-transformations-medellin-metrocable-connects-people-ways-one-madeleine-galvin-anne-maassen/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Dentro desse contexto, os espaços públicos destinados ao lazer nas cidades são locais propícios para que maiores interações sociais ocorram, para que haja o conhecimento e a interação com o “estrangeiro” e, assim, a possibilidade de diminuição de tensões que podem gerar agressividade e o cometimento da violência, principalmente entre os jovens de camadas sociais mais populares, a exigir políticas públicas propiciadoras de tal função urbanística, que apresenta inúmeros problemas, como má distribuição dos equipamentos públicos de lazer, por vezes insuficientes, deteriorados ou sem a devida manutenção.<sup>125</sup>

Existem inúmeras respostas capazes de auxiliar na redução da violência, e o bom uso dos equipamentos públicos de lazer, no sentido de sua revitalização ou manutenção, poderia contribuir para a diminuição da violência, uma vez que as atividades culturais realizadas poderiam possibilitar maior integração social ao dirigir suas vertentes ao conhecimento do outro, do “estrangeiro”, conforme explica Bauman:

Viver numa cidade significa viver junto – junto com estrangeiros. Jamais deixaremos de ser estrangeiros: permaneceremos assim, e não interessados em interagir, mas, justamente porque somos vizinhos uns dos outros, destinados a nos enriquecer reciprocamente.<sup>126</sup>

A praça Coronel Salviano Guimarães é tombada, reconhecida como patrimônio histórico e cultural da cidade de Planaltina, sendo local de convívio para os moradores. Em episódios ao longo do tempo, foram apresentados projetos para sua revitalização ou mesmo

<sup>125</sup> CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x cidade**: o papel do direito urbanístico na violência urbana. São Paulo: Marcial Pons/FESMPDFT. p. 307.

<sup>126</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 37.

pleitos de manutenção, para sua conservação. O seu eventual abandono, nesse sentido, poderia ensejar o aumento da violência na localidade, conforme doutrina acerca da degradação de espaços públicos de lazer e a sua não utilização pela população, o que pode levar à percepção de insegurança e à violência urbana.

Sem embargo de outras maneiras formais e informais de participação popular, a tentativa da revitalização da área da praça Coronel Salviano Guimarães, com a oficina de *placemaking* em 2016, foi uma maneira colaborativa em que parte da população pôde demonstrar o que desejava para aquele espaço público, concretizado, ao final da oficina, em um relatório em que constavam desenhos elaborados com base no que foi proposto pela população e ainda recomendações e diretrizes técnicas ao Poder Público a fim de que a praça Coronel Salviano Guimarães pudesse ser mais bem utilizada pela população.

Neste caso, foi ultrapassado o primeiro degrau do quadro de participação, que é o da mera informação,<sup>127</sup> e isso vai ao encontro dos parâmetros mais modernos de participação, com embasamento constitucional e ainda com resultados melhores que os processos impositivos. Como exemplo, o já mencionado caso da cidade de Medellín na Colômbia, em que a urbanização, com a participação da sociedade, ensejou a diminuição da violência urbana, bem como a revitalização de outros espaços públicos no Brasil e no mundo com a participação da população. Assim, observam-se o espaço, a sociedade e as adaptações conforme as necessidades dos habitantes da cidade.

### **2.3 A utilização da metodologia do *placemaking* como forma de participação popular**

No Brasil, estudos preliminares indicam que as intervenções em espaços públicos urbanos são realizadas sem a consulta à população ou sem que audiências públicas realizadas tenham efetividade devido à baixa participação ou mesmo à imposição de um projeto, cumprindo a audiência pública tão somente formalidades legais. Podem ocorrer obstáculos para a participação da população, que, no entanto, não são intransponíveis, como afirma Marcelo Lopes de Souza:

---

<sup>127</sup> Consoante o espectro de participação pública elaborado pela International Association for Public Participation (IAP2), “o nível mais básico de participação é a informação, cujo objetivo é auxiliar o público a entender o problema, suas alternativas, oportunidades e soluções.” (VITORELLI, Edilson. **Processo civil estrutural: teoria e prática**. Salvador: JusPODIVM, 2020. p. 266.)

Implementar processos participativos não é fácil. O administrador público e a força política que se dispuserem a contribuir para uma maior democratização do Estado, introduzindo mecanismos e instâncias de participação, esbarrarão em alguns obstáculos. Nenhum desses obstáculos é, no entanto, intransponível; em alguns locais eles (ou alguns deles) são mais fortes, e outros eles são mais fracos ou mais fáceis de serem vencidos.<sup>128</sup>

Por sua vez, nos Estados Unidos da América, nos anos 1970/1980, surgiu uma nova modalidade de participação popular e construção coletiva nas cidades, denominada *placemaking*, que pode ser traduzida da língua inglesa como “fazer um lugar”, onde são criadas conexões de atividades em um determinado espaço público previamente escolhido pela população.

O termo foi cunhado pela organização sem fins lucrativos, com sede em Nova York, denominada *Project for Public Space – PPS2*,<sup>129</sup> com inspiração na obra de William Whyte “The Social Life of Small Urban Spaces”, na qual o autor, em 1980, escreveu sobre a contribuição, para a qualidade de vida, das interações nos espaços públicos:

Os estudos de William Whyte (1917-1999), realizados em pequenos espaços públicos de Nova York na década de 1970, ajudam a entender a estrutura básica de praças, seus elementos, usuários e porque algumas áreas públicas funcionam, enquanto outras não (2004). A vida social nessas áreas contribui fundamentalmente para a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo. Whyte acreditava que temos uma responsabilidade moral para criar espaços físicos que facilitam o engajamento cívico e interação com a comunidade. Seus métodos de análise do comportamento podem ser subdivididos em observação direta ou indireta: os que registram o comportamento na hora das próprias ocorrências e aqueles que o fazem depois, identificando pistas das ocorrências (DEL RIO, 1990).<sup>130</sup>

<sup>128</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 386.

<sup>129</sup> PROJECT FOR PUBLIC SPACE. Disponível em: <https://www.pps.org/>. Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>130</sup> PIPPI, Luis Guilherme; LAUTERT, Alice Rodrigues. Praças como espaços públicos relevantes: aspectos pertinentes ao projeto. **Revista Projetar: projeto e percepção do ambiente**, v. 4, n. 1, p. 112-124, abr. 2019. p. 116.

**Figura 37** - Imagens de espaços convidativos na cidade de Nova York nos anos 1980, conforme a concepção de Whyte



Fonte: PIPPI, Luis Guilherme; LAUTERT, Alice Rodrigues. Praças como espaços públicos relevantes: aspectos pertinentes ao projeto. **Revista Projetar**: projeto e percepção do ambiente, v. 4, n. 1, abril de 2019, p. 112-124, p. 116.

A referida organização, por meio do *Placemaking Leadership Council*, pretende criar uma rede colaborativa mundial no intuito de produzir interações entre as pessoas e os lugares. Nessa perspectiva, a metodologia do *placemaking*, escolhida como objeto de estudo nesta pesquisa, tem a proposta de abranger o planejamento coletivo e promover melhorias no desenho urbano com a sugestão da gestão e da programação de atividades nos espaços públicos, possibilitando a criação de conexões nos campos cultural, econômico, social e ambiental,<sup>131</sup> tendo em vista a interação propiciada por meio da referida metodologia.

<sup>131</sup> BALEM, Tiago. Os usos temporários no planejamento urbano. In: XVIII ENANPUR, 2019 – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 27 a 31 de maio de 2019, Natal – RN. **Anais [...]**. p. 8. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=476>. Acesso em: 10 out. 2020.



**Figura 38** - Melhoria de acesso a pedestres na Union Square em Nova York com a iniciativa do *placemaking*



Fonte: <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021

No Brasil, o movimento se instituiu em 2014, com a criação do Conselho Brasileiro de Lideranças em *Placemaking*,<sup>132</sup> e, desde então, vem ganhando popularidade, principalmente entre profissionais e estudantes de Arquitetura e Urbanismo e entre participantes de coletivos envolvidos com a temática urbana. Em Brasília, um membro do Conselho Brasileiro de Lideranças em *Placemaking* é o Coletivo Movimento e Ocupe o seu Bairro (MOB), que promoveu em 2016 a oficina de *placemaking* na pracinha do museu, objeto desta pesquisa.

As imagens abaixo dizem respeito a duas iniciativas relativas à utilização da metodologia do *placemaking* e demonstram a possibilidade de ressignificação de um lugar que era eivado, em certa medida, do aspecto da violência. As duas cidades se localizam no estado de São Paulo e tiveram em seu cotidiano, e nos locais escolhidos para a utilização do *placemaking*, episódios de violência que marcaram parte da população.

<sup>132</sup> HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola Caiuby. **Guia do espaço público para inspirar e transformar**. p. 12. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

Assim, percebe-se que o envolvimento da população propiciado pelo uso da metodologia do *placemaking* pode ter trazido novas perspectivas quanto ao lugar, que ganhou novos significados para a população ali residente.

**Figura 39** - Iniciativa de placemaking em Cajamar - SP



Fonte: <https://medium.com/@placemakinglab/placemaking-in-cajamar-s%C3%A3o-paulo-brazil-855a29c7696f>. Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 40** - Iniciativa de placemaking na escadaria do Jardim Helian em São Paulo





Fonte: <https://medium.com/@placemakinglab/the-staircase-of-the-helian-garden-sao-paulo-placemaking-f1b3aafab16> Acesso em: 18 jan. 2021

Dentre outros instrumentos colaborativos de participação, o *placemaking* pode ser capaz, dentro da coletividade, de gerar respostas aos constantes problemas relacionados a esse ou outro assunto específico de planejamento urbano, visando transformar lugares que possam ser valorizados e respeitados pela comunidade, que, pouco a pouco, passa a compartilhar conexões.

Diante de várias iniciativas e após avaliar diversos espaços públicos no mundo, a organização *Project For Public Spaces* chegou à conclusão de que os espaços públicos bem sucedidos teriam quatro qualidades fundamentais: a) acessibilidade; b) diferentes atividades no local; c) sensação de conforto; e d) interações sociais,<sup>133</sup> em consonância com a explicação de Jan Gehl sobre a cidade como um lugar de encontro com espaços acessíveis, seguros e atividades sociais.<sup>134</sup>

**Figura 41 - Qualidades fundamentais de um espaço público**



Fonte: <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%ABlico1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021

<sup>133</sup> HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola Caiuby. **Guia do espaço público para inspirar e transformar**. p. 19. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%ABlico1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

<sup>134</sup> GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 22.



A acessibilidade é concebida como acesso a um espaço público de lazer, por exemplo, nas dimensões física, intelectual, cognitiva e atitudinal, implícita nos relacionamentos sociais e interpessoais, permitindo, assim, um melhor usufruto daquele espaço público.<sup>135</sup>

A existência de diferentes atividades no local, e o consequente movimento nas ruas com a utilização das calçadas, poderia propiciar aos usuários do espaço público a percepção de segurança.<sup>136</sup>

Por sua vez, um espaço confortável pode se tornar convidativo, o que pode fazer com que as pessoas queiram permanecer no local.<sup>137</sup>

As interações sociais em um espaço público podem, inclusive, ser fator de diminuição da violência urbana, pelo fato do conhecimento do “outro”, como esclarece Jan Gehl:

Se reforçarmos a vida na cidade de modo que mais pessoas caminhem e passem um tempo nos espaços comuns, em quase todas as situações, haverá um aumento da segurança, tanto da real quanto da percebida. A presença de ‘outros’ indica que um lugar é considerado bom e seguro. Há ‘olhos nas ruas’ e frequentemente, também ‘olhos sobre as ruas, porque seguir e acompanhar o que acontece nas ruas acabou se tornando algo significativo e interessante para usuários dos edifícios do entorno.<sup>138</sup>

A conjugação dos quatro fatores pode possibilitar que um espaço público, como os que cumprem a função urbanística do lazer, seja fator de estabelecimento de conexões sociais, na medida em que a comunidade passa a frequentar o espaço público de alta qualidade.

No entanto, em que pese a boa iniciativa do mencionado movimento colaborativo no Brasil, não há como se falar na metodologia do *placemaking* sem mencionar a consolidação da democracia norte-americana, a descentralização do processo decisório e o envolvimento das comunidades na busca de melhoramentos internos,<sup>139</sup> inclusive no campo social e jurídico, como na dogmática do processo estrutural em que inserido o caso *Brown x Board of Education*, julgado pela Suprema Corte norte-americana e que dizia respeito à segregação racial no âmbito das escolas americanas,<sup>140</sup> sendo algo a ser aperfeiçoado em nosso país, em

<sup>135</sup> SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais**: mediação e comunicação sensorial. São Paulo: FAPESP, 2015. p. 65.

<sup>136</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. p. 179.

<sup>137</sup> GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 141.

<sup>138</sup> GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 99.

<sup>139</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 197.

<sup>140</sup> CAMELO, Yara Maciel. **A judicialização de um conflito ambiental-urbanístico sob a perspectiva do processo estrutural**: um estudo de caso das ações civis públicas ajuizadas pelo MPDFT para tratar do licenciamento ambiental corretivo e da implantação de parques na cidade de Águas Claras-DF. 2020. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Brasília, 2020. p. 47.

que existentes comunidades ainda indiferentes à gestão das cidades e à participação em processos de intervenção. Sobre o tema, assim adverte Luiz Alberto Gouvêa:

A participação também imprime à forma urbana a marca cultural da população que irá se apropriar dos espaços, garantindo mais que o atendimento às necessidades funcionais, pois pode perpetuar e incluir, de maneira consciente e genuína, a cultura de uma comunidade e mesmo de todo um povo na organização das cidades.<sup>141</sup>

Contudo, a recente democracia brasileira, com suas limitações e deficiências no que tange, por exemplo, à implementação de políticas públicas pelos Poderes Legislativo e Executivo, o que permite a atuação do Poder Judiciário no campo das políticas públicas diante da omissão ou ineficiência dos demais Poderes constituídos, não deve impedir iniciativas de inserção da população na gestão democrática das cidades, com a adoção de metodologias aptas a possibilitar que a comunidade, detentora da memória social quanto a um espaço urbano, possa sugerir ao Poder Público o que seria melhor, adequado ou apreciado em um espaço público a ser revitalizado e que será utilizado por aquela comunidade em seu cotidiano.

O fato de um local a ser revitalizado ser reconhecido como patrimônio histórico e cultural não impediria, em certa medida, que a população pudesse sugerir elementos para a sua revitalização, e não somente ser acolhida alguma iniciativa, nesse sentido, se oriunda, por exemplo, dos conselhos municipais de cultura e preservação, em que o representante da sociedade civil nem sempre pode ser percebido como representante da população que utilizará o espaço a ser revitalizado.

A mencionada percepção sobre representação da sociedade civil em um conselho também depende da atuação dos atores sociais e características socioculturais de uma área que pode apresentar diferenças regionais, como nos ensina Pedro Bandeira, exemplificando sobre a efetividade dos conselhos regionais de desenvolvimento no estado do Rio Grande do Sul:

---

<sup>141</sup> GOUVÊA, Luiz Alberto. **Cidadevida**: curso de desenho ambiental urbano. São Paulo: Nobel, 2008. p.223.

Nessas regiões, onde consolidou-se, no início da colonização, uma forte cultura associativa, necessária para facilitar a sobrevivência em condições difíceis, os conselhos tendem a ter maior facilidade para congregar em torno de si os vários setores da sociedade local. Já no sul, cuja formação histórica está associada à escravidão, à pecuária e à grande propriedade, a tradição associativa é mais débil, e os conselhos têm, em geral, maior dificuldade para aglutinar os diferentes segmentos da sociedade.<sup>142</sup>

A metodologia do *placemaking*, da mesma maneira que outros métodos participativos existentes, pode permitir que a população da localidade em que haverá uma intervenção urbana possa sugerir elementos no espaço a ser revitalizado, ainda que reconhecido como bem preservado pela sua importância histórica e cultural, o que configura o pertencimento àquele espaço, conforme ressalta Viviane Sarraf:

Segundo Baitello Junior, a motivação da comunicação é a necessidade da ligação, isto é, o estabelecimento de vínculos entre indivíduos. A necessidade de ligação e estabelecimento de vínculos configura o ‘pertencimento’, a necessidade de fazer parte (de um grupo, de uma sociedade, de um ambiente, de uma cultura, de uma nação), de ser acolhido e poder estabelecer trocas nesses contextos.<sup>143</sup>

Assim, uma construção coletiva urbana, com o planejamento e as sugestões de conexões nos campos cultural, social, econômico e ambiental – como pode ocorrer com a utilização da metodologia do *placemaking* – e, diante da memória social do espaço a ser revitalizado, pode proporcionar o pertencimento em relação a este lugar e melhor aceitação do que um processo impositivo do Poder Público.

A oficina de *placemaking*, realizada no ano de 2016 na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF pelo coletivo MOB, em parceria com o MPDFT e a Associação dos Amigos do Centro Histórico, visando a sua revitalização, pode ter propiciado à população da localidade um momento, em certa medida, colaborativo com o Poder Público, ainda que a iniciativa não tenha logrado êxito em sua implementação no campo concreto.

O MPDFT, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, teve a iniciativa da condução do processo de revitalização da mencionada praça histórica (2015-2018), localizada no Setor Tradicional de Planaltina-DF, buscando, pelas vias extrajudicial e judicial, a participação da população, em conformidade com o disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade.

<sup>142</sup> BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão n. 630, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1999. p. 61. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td\\_0630.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td_0630.pdf). Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>143</sup> SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais**: mediação e comunicação sensorial. São Paulo: FAPESP, 2015. p. 27.

## 2.4 A atuação do Ministério Público na judicialização da política pública do patrimônio histórico e cultural e a defesa da participação popular

A Constituição Federal de 1988 promoveu avanços significativos em relação aos direitos fundamentais e sociais, que devem ser assegurados por meio de políticas públicas. Contudo, nem sempre as políticas públicas são condizentes ou mesmo desenvolvidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, surgindo a oportunidade para a judicialização da política pública, em que pesem as inúmeras críticas,<sup>144</sup> por meio de ações individuais ou coletivas, cabendo ao Poder Judiciário intervir para propiciar a efetividade dos direitos garantidos constitucionalmente sem permitir a ocorrência do denominado ativismo judicial,<sup>145</sup> contrário ao Estado Democrático de Direito,<sup>146</sup> tendo em vista as ações ou omissões dos demais Poderes constituídos no que concerne às políticas públicas.

Assim, em nossa atual sistemática processual civil, o Poder Judiciário pode se tornar um espaço dialógico com vistas à melhor decisão para o jurisdicionado e à resolução de problemas sociais apresentados em Juízo, recordando-se que o campo de políticas públicas envolve, por exemplo, o gerenciamento de recursos humanos e financeiros, o que extrapola o campo de atuação do Poder Judiciário, sendo imprescindível o diálogo com o Poder Público (Poderes Executivo e Legislativo), integrante de um dos polos de uma ação judicial, individual ou coletiva, que envolva políticas públicas.

Em nosso ordenamento jurídico, o Ministério Público afigura-se como o principal legitimado para o ajuizamento de uma ação coletiva,<sup>147</sup> como a ação civil pública, cujo

<sup>144</sup> QUINTAS, Fábio Lima. Juízes-administradores: a intervenção judicial na efetivação dos direitos sociais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 53, n. 209, p. 31-51, jan./mar. 2016. p. 42.

<sup>145</sup> O conceito de ativismo pode ser expresso como: “a ultrapassagem das linhas demarcatórias da função jurisdicional, em detrimento principalmente da função legislativa, mas, também, da função administrativa e, até mesmo, da função de governo. Não se trata do exercício desabrido da legiferação (ou de outra função não jurisdicional), que, aliás, em circunstâncias bem delimitadas, pode vir a ser deferido pela própria Constituição aos órgãos superiores do aparelho judiciário, e sim da descaracterização da função típica do Poder Judiciário, com incursão insidiosa sobre o núcleo essencial de funções constitucionalmente atribuídas a outros Poderes. RAMOS, Elival Silva. **Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 119.

<sup>146</sup> “Por **Estado Democrático** entende-se todo aquele em que há uma efetiva participação do povo (governados) no processo de formação da vontade pública (governo). Seu enunciado clássico assenta-se no princípio de que ‘todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido’. É, ainda, aquele que assegura efetiva participação de todos no processo político e nas decisões que os atingem na sociedade a que se integram. É o Estado o possibilitador da materialização dos direitos fundamentais. Por **Estado de Direito**, compreende-se todo aquele cujo **regime jurídico autolimita o poder dos governantes ao cumprimento das leis que a todos subordinam**. Seus fundamentos essenciais são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, e da livre iniciativa e o pluralismo político”. GONÇALVES, Edilson Santana. **O Ministério Público no estado democrático de direito**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 43-44.

<sup>147</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sumário executivo justiça pesquisa, direitos e garantias fundamentais** – ações coletivas no Brasil: temas, atores, desafios da tutela coletiva. Brasília: Conselho Nacional

processamento está previsto na Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), que trouxe avanços para a proteção dos interesses e direitos difusos, incluída a defesa do patrimônio histórico e cultural, o que foi corroborado pela promulgação da Constituição Federal em 1988, que, em seu art. 129, inciso III, confere ao Ministério Público a iniciativa “na defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.<sup>148</sup>

Conforme previsto na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, o Ministério Público poderá atuar, na via judicial, na busca da melhor solução para um conflito coletivo – ajuizando, por exemplo, uma ação civil pública para elaboração ou implementação de uma política pública na defesa do patrimônio histórico e cultural –, e, na via extrajudicial, podendo atuar, por exemplo, em reuniões setoriais e audiências públicas; expedir recomendações e elaborar termos de ajuste de conduta (TAC), que é um acordo de solução negociada destinado a assegurar efetividade aos direitos e interesses coletivos.<sup>149</sup>

No caso objeto desta pesquisa, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por intermédio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (PRODEMA), na defesa do patrimônio histórico e cultural relacionado à praça Coronel Salviano Guimarães na cidade de Planaltina-DF e para garantir a participação popular no processo de intervenção urbanística, ajuizou a Ação Civil Pública PJe n. 0708699-83.2018.8.07.0018 em desfavor do Distrito Federal perante a Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, em 4 de setembro de 2018, ajuizamento que configurou um caso típico de judicialização de política pública.

A referida intervenção urbanística, objeto da ação civil pública, vinha sendo acompanhada pela PRODEMA por meio do Procedimento Administrativo n. 08190.132146/15-59, instaurado em 5 de maio de 2015, e se destinava ao desenvolvimento dos melhores meios para possibilitar as possíveis intervenções a serem realizadas, com vistas à conservação das praças históricas São Sebastião e Coronel Salviano Guimarães, localizadas no Setor Tradicional em Planaltina.

No bojo desse procedimento administrativo, surgiu a oportunidade do aporte de valor de multa pecuniária em ação penal (valor devido por cometimento de crime ambiental por empresa localizada na região administrativa de Planaltina), para a revitalização das mencionadas praças a ser realizada pela Administração Regional de Planaltina.

---

de Justiça, 2018. p. 11. Disponível em: <http://cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/ee3f22cd4cddac54ce99ced5beeeaa91.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

<sup>148</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Manual do promotor de justiça**. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 115.

<sup>149</sup> DAHER, Lenna Luciana Nunes. **Ministério Público resolutivo e o tratamento adequado dos litígios estruturais**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. p. 35-36. (Coleção Ministério Público Resolutivo).

No curso da revitalização das praças, o coletivo MOB, que realiza ações de *placemaking*, em parceria com o MPDFT e a Associação de Amigos do Centro Histórico de Planaltina, promoveu a oficina de *placemaking* em janeiro de 2016, que se destinava a um processo de escuta da população quanto a um possível projeto de revitalização da praça Coronel Salviano Guimarães, nos moldes de um projeto baseado na metodologia do *placemaking*, contemplando: planejamento coletivo e melhorias no desenho urbano, com sugestão da gestão e da programação de atividades nos espaços públicos, onde podem ser criadas conexões nos campos cultural, econômico, social e ambiental.

O Coletivo MOB apresentou recomendações e diretrizes a serem encaminhadas à Administração Regional de Planaltina, tendo sido compilados dados relativos à escolha da população por ocasião da oficina de *placemaking*. A proposta surgida na oficina de *placemaking* em 2016 não foi acolhida, em certa medida, pela Administração Regional de Planaltina, o que ocasionou o ajuizamento da ação civil pública mencionada, de autoria do MPDFT, por intermédio da 2ª PRODEMA, em setembro de 2018, perante a Vara de Meio Ambiente do Distrito Federal.

#### *2.4.1 Resumo e análise dos principais fatos e decisões na ação civil pública ajuizada pela 2ª PRODEMA*

A ação civil pública foi ajuizada, em 4 de setembro de 2018, pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural em desfavor do Distrito Federal e continha, na petição inicial, como causa de pedir: a defesa do patrimônio histórico e cultural de Planaltina e a garantia da participação popular; e como pedidos, que fosse condenado o Distrito Federal a: a) respeitar a natureza centenária da área tombada, observando-se o estilo colonial em toda e qualquer intervenção na área tombada; b) colocar placas informativas de sinalização cultural e turística em toda área tombada, de acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística do Ministério do Turismo, evitando-se poluição visual. Todos os pedidos visavam garantir a acessibilidade e a melhoria de mobiliário, iluminação e segurança na praça, além da vontade popular.

Em antecipação de tutela, o Ministério Público requereu que fosse suspenso, provisoriamente, parte do projeto de revitalização da praça Coronel Salviano Guimarães, que dizia respeito ao tipo de postes de iluminação e bancos a serem alocados na praça, tendo em vista que o parecer da Secretaria de Estado de Cultura, que embasou o projeto de revitalização

executado pela Administração Regional de Planaltina, não teria observado o passado centenário da localidade e que o projeto afastaria a identidade colonial do Setor Tradicional de Planaltina, sendo mencionada a participação da população na oficina de *placemaking* da pracinha do museu, realizada em janeiro de 2016, o que também não teria sido observado pela Administração Regional de Planaltina.

**Figura 42** - Proposta da Administração Regional de Planaltina de poste de iluminação e banco de concreto para a praça Coronel Salviano Guimarães



Fonte: ACP n. 0708699-83.2018.8.07.0018 ajuizada pelo MPDFT



**Figura 43** - Desenhos de poste e de banco em madeira com aspecto histórico, coreto e placas indicativas, conforme elaborado na oficina de *placemaking*



Fonte: **Relatório final da Oficina de Revitalização da Pracinha do Museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_) Acesso em: 5 jan. 2021.

Após análise dos pedidos iniciais da ação civil pública, o magistrado da Vara de Meio Ambiente do DF deferiu, em 3 de outubro de 2018, o pedido antecipatório da tutela.

O mencionado projeto da Administração Regional de Planaltina, embasado no parecer da Secretaria de Cultura, segundo observado pelo Ministério Público, seria “desvinculado e alheio a história de Planaltina e também das expectativas expressas da população local. (Docs. 10 e 11). O estilo contemporâneo descrito pela Secretaria de Cultura não se aplica ao Setor Tradicional de Planaltina, que conforme já demonstrado, é uma cidade com história própria anterior à fundação de Brasília e que deve ser respeitada e preservada com suas características coloniais (Doc. 12)”.

O deferimento da liminar pelo Juízo da Vara de Meio Ambiente do Distrito Federal veio ao encontro do magistério de Marcos Paulo Miranda sobre a defesa do patrimônio histórico e cultural em Juízo:

Nas ações versando sobre o patrimônio cultural, o exame das liminares, considerando que o dano é muitas vezes irreversível, deve ser orientado pelo brocardo *in dubio pro cultura*, prevalecendo tal preocupação em detrimento dos interesses econômicos ou particulares.<sup>150</sup>

No citado relatório da oficina de revitalização da pracinha do museu, constavam, dentre outras diretrizes do projeto em conforto e escala humana, a “instalação de iluminação em postes baixos, em escala humana e estilo colonial” e a “eliminação de bancos de concreto. Eliminação de bancos sem encosto. Instalação de bancos de madeira, em estilo tradicional, com encosto e apoio para o braço”. No aspecto da infraestrutura urbana, constava, dentre outras sugestões, a “Instalação de coreto de aspecto tradicional na praça do museu, resgatando elemento histórico do local”, e como um dos elementos de caracterização, a instalação de sinalização educativa.

A ação civil pública seguiu o seu curso, sendo apresentada, conforme o rito processual civil, a contestação do Distrito Federal; réplica a esta contestação pelo Ministério Público; despacho saneador pelo Juízo, com a realização de audiências. Após parecer final das partes, foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos na ação civil pública Pje n. 0708699-83.2018.8.07.0018, sob a seguinte fundamentação:

Não conheço da arguição de carência de ação por ausência de interesse de agir, posto que revolve matéria de mérito, cujo exame há de prevalecer, conforme adiante. A intervenção judicial sobre os atos administrativos limita-se sempre pelo estrito controle de legalidade, sendo vedado ao juiz adentrar no mérito administrativo, para impor ao administrador escolhas que são conferidas pelo poder discricionário. Nas hipóteses em que se defere ao administrador escolhas pautada em critérios técnicos ou mesmo políticos para a gestão de bens públicos, não compete ao juiz delimitar tais escolhas, posto que é o voto quem confere a legitimidade para exercê-las. A opção pelos equipamentos de iluminação pública e bancos em modelos modernos não afeta a composição tombada da Praça de Planaltina. Assim, cabe ao administrador a escolha pelo modelo de equipamento que julgue mais adequado pelos seus critérios de conveniência e oportunidade. Dado que não se vislumbra ilegalidade flagrante na opção questionada na presente demanda, não haverá como acolhê-la. Relativamente ao pedido de cominação de instalação de placas informativas, a demanda não demonstrou a necessidade de imposição imediata de tal obrigação, nem tampouco a ausência de riscos de se afetar negativamente a composição cênica do conjunto urbano tombado, razão porque o pedido afigura-se infundado.

<sup>150</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 32-33.

Assim, o magistrado aduziu, em síntese, que não caberia ao Poder Judiciário se imiscuir no mérito de atos administrativos do Poder Executivo (Distrito Federal/Administração Regional de Planaltina), que não vislumbrava violação à preservação do patrimônio histórico e cultural de Planaltina com a colocação de mobiliário na praça Coronel Salviano Guimarães e que divergia do que foi proposto no relatório da oficina de *placemaking*. A decisão não foi objeto de recurso das partes.

Ressalte-se que o referido parecer da Secretaria de Cultura, anexo à contestação do Distrito Federal na citada ação civil pública, apresentava considerações sobre a conservação do patrimônio histórico e cultural e rechaçava o que, em seu entendimento, seria uma tentativa de retorno ao passado colonial, com a colocação de postes de iluminação e bancos que remeteriam a este período, pois a praça Coronel Salviano Guimarães já teria sido descaracterizada desde pelo menos os anos 1980, conforme consta no mencionado parecer da Secretaria de Cultura:

Tanto a Praça do Museu Histórico e Artístico de Planaltina quanto a Praça da Igreja São Sebastião há várias décadas não apresentam configuração de estilo colonial. Por meio de análise de fotografias aéreas disponibilizadas no sítio [www.geoportal.segeth.df.gov.br](http://www.geoportal.segeth.df.gov.br), verifica-se que a atual Praça Salviano Monteiro, em 1975, possuía uma configuração que se dividia em dois espaços separados pela Avenida Goiás. Em 1988 a Praça já apresentava a configuração do projeto atual, em um espaço único, emoldurado pelo conjunto arquitetônico prioritariamente colonial, além de outros estilos mais recentes. Não foi possível precisar a data da Praça em sua configuração atual, mas, por sua linguagem projetual, o mais provável é que tenha sido implantada na década de 1980.<sup>151</sup>

O referido parecer também trazia considerações sobre o campo do patrimônio cultural, aduzindo sobre a tentativa de retorno a estilos passados, o que seria considerado pela doutrina como *pastiche* ou falso histórico, destacando-se o seguinte trecho:

Em sentido oposto, a opção por elementos que busquem o retorno a estilos passados, de forma alegórica, pode incorrer no que se conhece como *pastiche*, ou *falso histórico*, muito criticado no campo da conservação e restauro pelo limiar que faz com o plágio, podendo se aproximar também ao excesso satírico, em última instância, comum a linguagens de caráter comercial/turístico apelativo, que buscam reconstruir estilos sem compromisso com a autenticidade histórica de sua materialidade. A crítica a essa perspectiva intervencionista se pauta, basicamente, pela incoerência

---

<sup>151</sup> DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Subsecretaria do Patrimônio Cultural. **Parecer Técnico SEI-GDF n. 4/2018** - SEC/SUPAC. p. 8. Disponível na ACP n. 0708699-83.2018.8.07.0018.

entre a imagem de antiguidade e a antiguidade, de fato, de elementos novos.<sup>152</sup>

A opção do Ministério Público pelo ajuizamento da ação civil pública foi decorrência, conforme causa de pedir e pedidos tendo como objeto as políticas públicas de patrimônio histórico e cultural na cidade de Planaltina, da percepção da não vinculação da revitalização da praça Coronel Salviano Guimarães ao compilado na oficina de *placemaking* realizada em 2016 com a participação da população, que remeteria a um conceito histórico colonial e, portanto, vinculado à preservação do patrimônio histórico e cultural, o que não se verificaria no projeto executado pela Administração Regional de Planaltina no ano de 2018.

A alegação foi refutada pelo Distrito Federal e, ao final, acatada pelo Juízo da Vara de Meio Ambiente, que vislumbrou inexistir violação ao patrimônio histórico e cultural da cidade de Planaltina.

A ação civil pública ajuizada é um caso de judicialização da política pública, em que o autor da ação, no caso o MPDFT, buscava preservar o patrimônio histórico e cultural de Planaltina, que estaria sofrendo violações, além de garantir a participação popular prevista constitucionalmente.

A verificação da hipótese desta pesquisa de que há forças e tensões por conta de vários grupos de atores e interesses envolvidos no processo de intervenção urbana na praça histórica Coronel Salviano Guimarães (2015-2018) será objeto do capítulo seguinte.

## 2.5 Reflexões sobre o capítulo

Neste capítulo foi apresentada a possibilidade de revitalização de um bem reconhecido como patrimônio histórico e cultural e da inclusão da população nesta intervenção. A violência urbana foi objeto de considerações, tendo em vista a possibilidade de sua ocorrência devido ao abandono ou degradação de um espaço público, bem como a possibilidade de sua diminuição por meio de efetivas ações do Poder Público, relacionadas à função urbanística do lazer, como no caso da cidade colombiana de Medellín, que teve índices de violência comprovadamente diminuídos após as intervenções urbanas ocorridas com a participação da população.

---

<sup>152</sup> DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Subsecretaria do Patrimônio Cultural. **Parecer Técnico SEI-GDF n. 4/2018** - SEC/SUPAC. p. 9. Disponível na ACP n. 0708699-83.2018.8.07.0018.

Este capítulo contou com a apresentação da metodologia colaborativa de participação popular denominada *placemaking*, que visa transformar lugares e estabelecer conexões, e a possibilidade de sua utilização no processo de revitalização de um espaço público a ser utilizado pela população.

Foram apresentados os vieses e as implicações da judicialização de políticas públicas em nosso país e o papel do Ministério Público como principal legitimado na defesa do patrimônio histórico e cultural, tendo sido traçadas considerações sobre a ação civil pública ajuizada na defesa do patrimônio histórico e cultural da cidade de Planaltina, especificamente da praça Coronel Salviano Guimarães e para garantia da participação popular.

O próximo capítulo versará sobre a identificação dos atores e sua participação no processo de intervenção urbanística ocorrido na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF, verificando-se a hipótese apresentada nesta pesquisa quanto às forças e tensões por conta de vários grupos de atores e interesses envolvidos no processo de intervenção urbana local de caráter patrimonial.

## CAPÍTULO 3 - VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE DE PESQUISA

### 3.1 As limitações da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os grupos de atores envolvidos no processo de intervenção urbana ocorrido na praça histórica Coronel Salviano Guimarães, em Planaltina-DF com o recorte temporal de 2015 a 2018, fomentando a reflexão sobre as tensões de força existentes entre seus conhecimentos e interesses específicos e sobre as possibilidades de participação popular em intervenções urbanísticas a partir deste processo de intervenção urbana.

A hipótese apresentada, tendo como estudo de caso a mencionada praça histórica e com o mesmo recorte temporal, diz respeito às forças e tensões por conta de vários grupos de atores e interesses envolvidos no processo de intervenção urbana local de caráter patrimonial.

Inicialmente, para verificação da hipótese, foi prevista pesquisa de levantamento (*survey*)<sup>153</sup> por meio de registro, análise de documentação e questionários destinados aos atores dos blocos, gerenciados como: propositores, gestores e comunidade.

Devido ao isolamento social e às limitações advindas da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, não foi possível a realização de entrevistas pessoais com os atores dos blocos (propositores, gestores e comunidade), optando-se pelo envio de *e-mails* com as perguntas, bem como do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para possibilita uma pesquisa com riscos mínimos.

No entanto, os atores envolvidos não apresentaram respostas aos questionários enviados relativas à intervenção urbana realizada na Praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF (2015-2018), em que se buscava o exame das especificidades da participação popular, como teria ocorrido esta participação no processo de intervenção, com as variáveis de análise no tocante à oportunidade de participação dada à população, quais os interesses demonstrados pela população, quais seriam as contribuições trazidas pela população e qual teria sido a atenção dada à população por outros atores vinculados ao processo e demais desdobramentos desse processo de intervenção na praça histórica Coronel Salviano Guimarães.

---

<sup>153</sup> “O cerne da análise do *survey* se reparte entre a descrição e a explicação. O analista de *survey* mede variáveis e depois examina as associações entre elas”. (BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 327.)

As entrevistas pessoais ou mesmo as respostas aos questionários seriam rico material a ser analisado nesta pesquisa tendo em vista as possíveis conexões, o que, pelas limitações expostas e ausência de respostas, restou inviável.

As palavras possuem significação e expressam posicionamentos de poder. Nesse sentido, segundo Bourdieu,<sup>154</sup> o poder simbólico é construído a partir das normas sociais que são reproduzidas por meio da prática e da interação social, se configurando o mundo social pelo *habitus*, que são esquemas de percepções e pensamentos individuais, internalizados e incorporados pela observação do constructo social.

Desse modo, o silêncio pode ser uma maneira de explicitar o poder simbólico construído, conforme explica Eni Orlandi:

É assim que podemos compreender o silêncio fundador como o não-dito que é história e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) entre língua e ideologia. O silêncio trabalha então essa necessidade. Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante.<sup>155</sup>

Assim, resgatando o objetivo geral da pesquisa – que é identificar os grupos de atores envolvidos no processo de intervenção urbana ocorrido na praça histórica Coronel Salviano Guimarães, em Planaltina-DF (2015-2018), fomentando a reflexão sobre as tensões de força existentes entre seus conhecimentos e interesses específicos e sobre as possibilidades de participação popular em intervenções urbanísticas a partir deste processo de intervenção urbana – e os objetivos específicos – consistentes em detalhar as peculiaridades da participação da população no caso de intervenção urbana na praça Coronel Salviano, com o recorte temporal proposto, em termos de oportunidades, interesses, contribuições e desdobramentos; identificar outros grupos de atores vinculados ao processo de intervenção estudado; produzir um banco de dados sobre espaços públicos na cidade de Planaltina-DF; levantar as formas e possibilidades de participação popular em projetos de intervenção urbana, e identificar e analisar a participação dos atores no mencionado processo de intervenção –, a análise será feita com base nos seguintes documentos: o relatório da oficina de *placemaking* da pracinha do museu, elaborado pelo coletivo MOB em parceria com o MPDFT e a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina; o procedimento administrativo instaurado pela 2ª PRODEMA para acompanhamento da revitalização das praças históricas São Sebastião e Coronel Salviano Guimarães no Setor Tradicional de

<sup>154</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

<sup>155</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 15.



Planaltina e a ação civil pública ajuizada pela 2ª PRODEMA perante a Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, para a defesa do patrimônio histórico e cultural relativo à praça Coronel Salviano Guimarães, na cidade de Planaltina-DF, já detalhados nos itens 2.4 e 2.4.1.

Será também analisada a ação dos movimentos colaborativos para revitalização de praças na cidade de São Paulo, detalhadas no *site* cidades.co, que guardam alguma semelhança com a metodologia de participação utilizada na oficina de *placemaking*, realizada em Planaltina no mês de janeiro de 2016.

### **3.2 Peculiaridades da participação dos atores identificados na intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF**

#### *3.2.1 Identificação dos atores*

Os atores envolvidos no processo de intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães, conforme análise documental, foram inicialmente divididos em três grupos, a saber:

- 1) Propositores;
- 2) Gestores;
- 3) Comunidade.

Os propositores da intervenção urbana na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina (2015-2018) foram identificados, conforme descrição a seguir:

- 1) o Coletivo Movimento e Ocupe o seu Bairro –(MOB), organização sem fins lucrativos, membro do Conselho de Lideranças em *Placemaking* no Brasil, que se disponibilizou, em parceria com o MPDFT e a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, a realizar a oficina de revitalização na pracinha do museu em 30 de janeiro de 2016, produzindo um relatório com a compilação dos dados obtidos junto à população e elaborando plantas e imagens baseadas nos dados compilados. Foram também elaboradas pelo Coletivo algumas recomendações e diretrizes para encaminhamento ao Poder Público, com propostas para uma melhor gestão da praça histórica;

- 2) A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, que, em pareceres, atuando em consultoria de apoio à administração do Distrito Federal (Poder Executivo), no tocante à preservação de bem reconhecido como patrimônio histórico e cultural do DF (Praça Coronel Salviano Guimarães), validou o projeto apresentado e executado na praça histórica pela Administração Regional de Planaltina no ano de 2018.

Como gestor foi identificado, na intervenção urbana, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, que, atuando extrajudicialmente, por meio de procedimento administrativo instaurado para acompanhamento da revitalização das praças São Sebastião e Coronel Salviano Guimarães, e judicialmente por meio de ação civil pública ajuizada para a defesa do patrimônio histórico e cultural de Planaltina e garantia da participação popular, gerenciou o processo de intervenção na praça Coronel Salviano Guimarães (2015-2018).

Identificado como o grupo Comunidade, a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina e seus representantes e participantes, identificados na oficina de *placemaking* mencionada. A associação foi fundada em 2007 e tem como objetivo atuar na defesa do centro histórico de Planaltina localizado no Setor Tradicional, visando a sua preservação.

Um ator importante identificado no decorrer da análise, que, em certa medida, participou do processo de intervenção urbana na praça Coronel Salviano Guimarães, foi o magistrado da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, o qual conduziu a ação civil pública ajuizada pelo MPDFT, com o desfecho já descrito no item 2.4.1 desta pesquisa.

### 3.2.2 A oficina de *placemaking* na pracinha do museu em Planaltina

A oficina de *placemaking* foi realizada no turno matutino do dia 30 de janeiro de 2016 e intitulada “Oficina de revitalização da pracinha do museu”,<sup>156</sup> tendo como parceiros do Coletivo MOB, o MPDFT, a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina e a Fundação Aron Birmann.

---

<sup>156</sup> **Oficina de revitalização da pracinha do museu.** Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=YCLzSzao\\_S0](https://www.youtube.com/watch?v=YCLzSzao_S0) Acesso em 2 jan. 2021.

Para o evento, a população foi convidada a participar, por meio de redes sociais e notícias em jornais, para apresentar “sugestões, ideias e, principalmente, seus sonhos”, com o lançamento de questionamentos como: é a praça que queremos? e para onde vai a história de Planaltina?

**Figura 44** - Convite dirigido à população de Planaltina para participação na oficina de *placemaking*



Fonte: **Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers_o_). Acesso em: 5 jan. 2021. p. 5.

Inicialmente, foram traçadas no relatório da oficina considerações sobre a importância histórica da pracinha do museu (Praça Coronel Salviano Guimarães) e a parceria com o MPDFT, que buscava a viabilização da participação da população no processo de intervenção que seria realizado na praça com recursos advindos de multa pecuniária.

A importância da participação da população em processos de intervenção urbana foi destacada, tendo sido relatada a metodologia empregada para o mapeamento da visão coletiva sobre a praça histórica.

As atividades principais do evento foram precedidas por atividades pré-oficina: 1) como técnica de participação e estratégia de divulgação da oficina, foram utilizadas as lousas

de rua, inspiradas no projeto Ocupa Goiânia, colocadas em cinco locais estratégicos da cidade de Planaltina: pracinha do museu; igreja de São Sebastião, fórum da cidade e Administração Regional de Planaltina. Como técnica, os moradores eram convidados a escrever o que desejavam para a praça Coronel Salviano Guimarães, tendo sido coletadas as sugestões constantes nas lousas, que eram fotografadas e apagadas diariamente, durante 15 dias anteriores à data do evento principal, em 30 de janeiro de 2016, atividade ao encargo da representante da Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina. Além de coletar dados, as lousas serviram como estratégia de divulgação do evento; e 2) oferecimento de café da manhã, bem como apresentação de dança no dia da oficina, em 30 de janeiro de 2016.

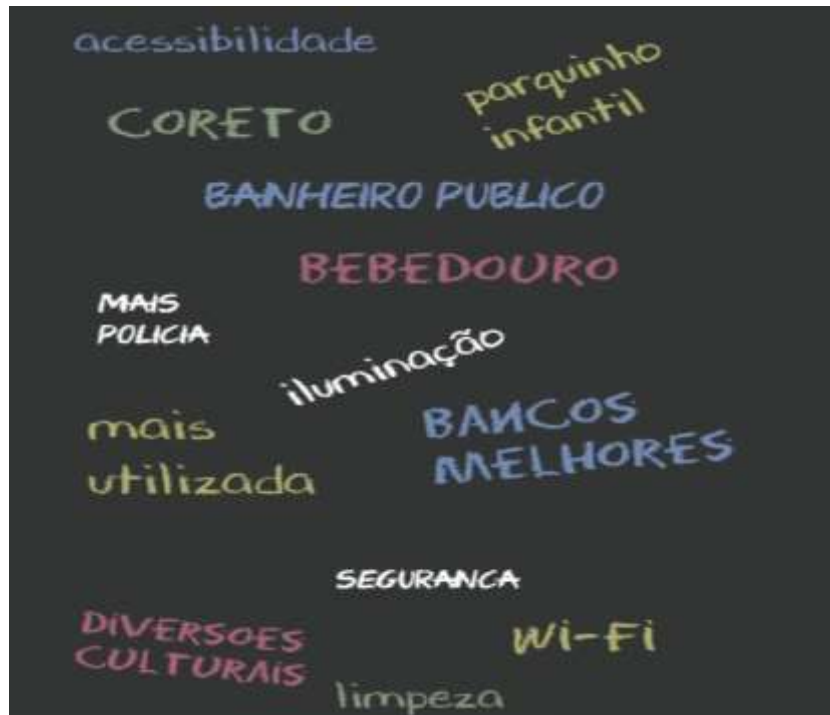
**Figura 45** - Uma das lousas colocadas em pontos estratégicos da cidade de Planaltina



Fonte: <http://www.upsa.com.br/2016/01/27/comunidade-sera-ouvida-em-projeto-para-revitalizar-pracinha-do-museu-em-planaltina-df/>. Acesso em: 18 jan. 2021.



**Figura 46** - Exemplo do que foi escrito nas lousas pelos moradores



Fonte: **Oficina de revitalização da pracinha do museu.** Disponível em: [https://3ce38d7c-c617-4e1b-8b2a-f2375dace9fd.filesusr.com/ugd/74f6cb\\_75d68f372033475f87bf48a60fc14257.pdf](https://3ce38d7c-c617-4e1b-8b2a-f2375dace9fd.filesusr.com/ugd/74f6cb_75d68f372033475f87bf48a60fc14257.pdf). Acesso em: 22 dez. 2020. p. 3.

**Figura 47** - Imagens da apresentação de dança e café da manhã no dia da oficina



Fonte: **Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu.** Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_). Acesso em: 22 dez. 2020. p. 11.

Como atividade inaugural da oficina, foi elaborado um questionário a ser respondido pelos participantes com base nos doze princípios de qualidade da paisagem do pedestre, desenvolvidos pelo escritório do arquiteto Jan Gehl, os quais exemplificam os tipos e categorias de análises que devem ser tomadas para que se estabeleça o nível de qualidade de um determinado espaço público, sendo divididos em três grandes categorias: proteção, conforto e oportunidades.

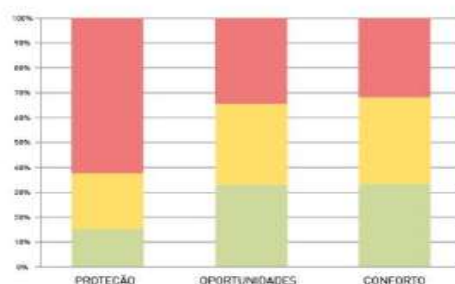
Os participantes foram convidados a fazer marcações como “bom” (cor verde), “neutro” (cor amarela) ou “ruim” (cor vermelha) em relação à praça, sendo relevante mencionar que mais de 60% dos entrevistados consideraram a categoria “proteção” da praça como ruim, tendo sido relatado pelos moradores, participantes da oficina de *placemaking* na pracinha do museu, que no local já teriam ocorrido na praça acidentes de trânsito, crimes e violência, experiências consideradas desagradáveis. Os itens “conforto” e “oportunidades” receberam votação homogênea.

**Figura 48** - Doze princípios de qualidade com respeito à paisagem do pedestre

Proteção	<b>PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO E ACIDENTES – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção aos pedestres</li> <li>Eliminar o medo do tráfego</li> </ul>	<b>PROTEÇÃO CONTRA O CRIME E A VIOLÊNCIA – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ambiente público cheio de vida</li> <li>Olhos da rua</li> <li>Sobreposição de funções de dia e à noite</li> <li>Boa iluminação</li> </ul>	<b>PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESCONFORTÁVEIS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Vento</li> <li>Chuva/ neve</li> <li>Frio/ calor</li> <li>Poluição</li> <li>Poeira, barulho, ofuscamento</li> </ul>
	<b>OPORTUNIDADES PARA CAMINHAR</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço para caminhar</li> <li>Ausência de obstáculos</li> <li>Boas superfícies</li> <li>Acessibilidade para todos</li> <li>Fachadas interessantes</li> </ul>	<b>OPORTUNIDADES PARA PERMANECER EM PÉ</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ ficar</li> <li>Apoios para pessoas em pé</li> </ul>	<b>OPORTUNIDADES PARA SENTAR-SE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas para sentar-se</li> <li>Tirar proveito das vantagens: vista, sol, pessoas</li> <li>Bons lugares para sentar-se</li> <li>Bancos para descanso</li> </ul>
	<b>OPORTUNIDADES PARA VER</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Distâncias razoáveis para observação</li> <li>Linhas de visão desobstruídas</li> <li>Vistas interessantes</li> <li>Iluminação (quando escuro)</li> </ul>	<b>OPORTUNIDADES PARA OUVIR E CONVERSAR</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Baixos níveis de ruído</li> <li>Mobiliário urbano com disposição para paisagens/ para conversas</li> </ul>	<b>OPORTUNIDADES PARA BRINCAR E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos</li> <li>Durante o dia e à noite</li> <li>No verão e no inverno</li> </ul>
Prazer	<b>ESCALA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana</li> </ul>	<b>OPORTUNIDADES DE APROVEITAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO CLIMA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sol/sombra</li> <li>Calor/frescor</li> <li>Brisa</li> </ul>	<b>EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Bom projeto e detalhamento</li> <li>Bons materiais</li> <li>Ótimas vistas</li> <li>Árvores, plantas, água</li> </ul>

Fonte: GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva. 2015, p. 239.

**Figura 49 - Critérios de qualidade compilados na oficina**



Os conjuntos de respostas específicas para cada um dos 12 critérios, por outro lado, são bastante informativos e nos permitem tirar conclusões importantes.



Na listagem a seguir, os 12 critérios estão ordenados de acordo com a diferença entre o número de respostas "Bom" e "Ruim", de forma que o primeiro item da lista é no qual a área foi melhor avaliada enquanto que o último é aquele para o qual houve o maior número de avaliações "Ruim" em relação ao número de avaliações "Bom".

Fonte: **Relatório final da oficina de revitalização da praça do museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_). Acesso em: 22 dez. 2020. p. 18.

Foi proposta uma segunda atividade, em que apresentado aos participantes um painel de referências com imagens de exemplos de urbanidade no mundo, e os participantes eram convidados a escolher um conceito para o processo de revitalização da praça Coronel Salviano Guimarães, com realização de debates em grupo.

As mais votadas foram: 1) coreto; 2) cinema ao ar livre; 3) bancos para deitar; 4) quiosques e bancas; 5) mesas e cadeiras na rua; 6) pavimento colorido; 7) uso de materiais recicláveis; 8) bicicletário; 9) iluminação antiga; e 10) caminhos de madeira. Observou-se, pela votação, um anseio por práticas culturais, convívio social e atividades comerciais, e ainda um cuidado com o meio ambiente e a preocupação com a sustentabilidade nas cidades.





Uma terceira atividade consistiu na formação de 4 grupos de trabalho, oportunidade em que os participantes tiveram acesso às plantas da praça e a material de desenho e escrita. Os facilitadores técnicos auxiliavam os integrantes dos grupos a expressar suas observações em relação à praça Coronel Salviano Guimarães.

**Figura 52** - Imagem de um grupo de trabalho na oficina



Fonte: **Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_). Acesso em: 22 dez. 2020. p. 44.

Ao final das atividades, os grupos fizeram a apresentação de suas propostas para tornar a praça Coronel Salviano Guimarães um local mais receptivo. Os participantes priorizaram a revitalização da infraestrutura da praça e o envolvimento da comunidade.

Na metodologia utilizada na oficina de *placemaking* da pracinha do museu, foram identificadas “propostas consensuais específicas e bem definidas (como postes de aspecto histórico, por exemplo), além de sentimentos e necessidades menos tangíveis (como a sensação de insegurança para pedestres), dependentes de tradução de um especialista para que se transformassem em diretrizes específicas (alargamento de calçadas, por exemplo)”,<sup>157</sup> reunindo o relatório recomendações oriundas da manifestação popular e diretrizes elaboradas por arquitetos e urbanistas a partir dos relatos e anseios da comunidade.

O relatório completo elaborado pelo Coletivo MOB é bastante detalhista quanto às motivações da população participante da oficina, que se mostrou preocupada com a valorização histórica e cultural da praça, com a acessibilidade, a limpeza e a segurança para os

<sup>157</sup> **Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_) Acesso em 5 jan. 2021, p. 6.

pedestres, sugerindo melhorias, tendo sido compiladas as escolhas dos moradores pelo Coletivo e elaboradas plantas e imagens em consonância com as sugestões dos moradores.

**Figura 53** - planta esquemática da praça Coronel Salviano com algumas diretrizes

#### QUESTÃO

30. Criação de entidade associativa da comunidade, na qual todos os grupos de Planaltina estejam mobilizados e engajados tenham representação.

31. Estruturação de convênio ou parceria com Poder Público visando à realização de atividades recreativas, esportivas, culturais, gastronômicas e pedagógicas nas três praças, respeitando a vocação de cada espaço.

32. Estabelecimento de programação anual, com eventos em datas fixas e planejamento no longo prazo (ex: Festa da Divina), bem como eventos pontuais realizados esporadicamente.

33. Possibilidade de fechamento de certas vias aos domingos para tráfego de pedestre, incentivando a ocupação das ruas por pedestres (incluindo crianças).

A seguir imagens ilustrativas de praça com representação de algumas diretrizes:



Planta esquemática do entorno da Praça da Mãe, Praça do Museu e Praça da Igreja com indicação de algumas diretrizes de intervenção. Fonte: Automa Criativa MOB.



Planta esquemática da Praça do Museu com indicação de algumas diretrizes de intervenção. Fonte: Automa Criativa MOB.

52 | [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers_o_)

Fonte: **Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu.** Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers_o_). Acesso em: 22 dez. 2020. p. 52-53.



**Figura 54 - Diretrizes conforme as escolhas dos participantes da oficina de *placemaking***



Fonte: **Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_). Acesso em: 22 dez. 2020. p. 54-55.

**Figura 55 - Diretrizes conforme as escolhas dos participantes da oficina de *placemaking***



Fonte: **Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers_o_). Acesso em: 22 dez. 2020. p. 56-57.

Destaca-se que as diretrizes sugeridas ao final do relatório da oficina de *placemaking* seguiram os doze critérios de qualidade de um espaço público, em metodologia criada por Jan Gehl,<sup>158</sup> podendo se tornar um espaço com boa arquitetura e *design*, um bom local para permanecer. Sobre a metodologia do *placemaking*, ensinam os *placemakers* Fred Kent e Kathy:

<sup>158</sup> GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **Vida nas cidades: como estudar**. São Paulo: Perspectiva, 2018. p. 106.

Do ponto de vista prático, *placemaking* (ou criação de lugares) é uma atividade que torna espaços públicos físicos lugares que sustentam interação humana, trocas econômicas e bem-estar. É um processo continuamente dinâmico, não é um kit estático de atrações, objetos ou atividades. Vem das pessoas e envolve tudo o que nós vivenciamos ao nível dos olhos. Os *Placemakers* são o instrumento de mobilização da comunidade. Não se trata de desenho, mas de personalidades, destinações, atividades e conexões entre pessoas. O processo prevê o envolvimento de todos, moradores, empresas e o governo local como co-criadores e modificadores de lugares.<sup>159</sup>

A iniciativa da metodologia do *placemaking* também vai ao encontro do que preceitua o premiado arquiteto chileno Alejandro Aravena, referência em arquitetura social,<sup>160</sup> no sentido de que os arquitetos e urbanistas devem buscar uma atitude colaborativa em relação ao que anseia o destinatário de um projeto arquitetônico, reconhecendo o potencial e a capacidade dos moradores de uma cidade, em prol de sua transformação, propiciadora de qualidade de vida.

A oficina de *placemaking* realizada por iniciativa do Coletivo MOB, em parceria com o MPDFT e a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, pode ser percebida como uma oportunidade de reflexão quanto à utilização de um espaço público local e demonstração de interesse da população local em contribuir para sua revitalização

Ainda que a oficina de revitalização não tenha tido um grande número de participantes ou mesmo sucesso em sua execução pela Administração Regional de Planaltina, a metodologia colaborativa utilizada foi interessante como dinâmica social e pode servir como referência para futuras intervenções urbanas no local, estando o relatório da oficina de *placemaking* na pracinha do museu disponibilizado na internet, com livre acesso.

### 3.2.3. O projeto executado pela Administração Regional de Planaltina na praça Coronel Salviano Guimarães

Conforme o recorte temporal colocado na pesquisa (2015-2018) e a documentação examinada, a Administração Regional de Planaltina teria executado um projeto sem que este correspondesse aos anseios da população em relação à preservação do patrimônio histórico e cultural, com dados que teriam sido compilados na oficina de *placemaking* em 2016, com elementos indicativos de um período colonial como postes de iluminação e bancos em

<sup>159</sup> KENT, Fred; MADDEN, Kathy Madden. Ruas como lugares. In: **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 26-28.

<sup>160</sup> ‘Alejandro Aravena é exemplo do comprometimento que os arquitetos contemporâneos estabelecem com as questões sociais atuais’. FERREIRA, Maria Francisca Domingues Durães. **Habitação para todos: processo (d) de desenho, repetição e identidade**. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015, p. 89.

madeira e ainda a preocupação com acessibilidade (placas sinalizadoras), o que motivou o ajuizamento da ação civil pública pelo MPDFT, tratada nesta pesquisa.

A Administração Regional de Planaltina elaborou em 2017 um relatório de diagnóstico para intervenção na praça, consistente basicamente na revitalização do paisagismo, reforço da iluminação pública com a colocação de postes rústicos, recuperação de trechos danificados de calçadas e muretas e proposta de implantação de travessias no entorno da praça.

Após o parecer técnico da Secretaria de Cultura, necessário haja vista ser a praça Coronel Salviano Guimarães tombada e com normativas próprias em relação ao patrimônio histórico e cultural, a Administração Regional de Planaltina executou o projeto na praça nos anos de 2017/2018 e dentro das limitações da proposta do valor decorrente da multa pecuniária, conforme explanado pela 2ª Prodema.

**Figura 56 -** Croqui de paisagismo



**Figura 4:** Croqui da realidade atual e a projeção depois da recuperação do gramado e da implantação dos jardins da Praça Salviano Monteiro.

Fonte: ACP n. 0708699-83.2018.8.07.0018, ajuizada pelo MPDFT.



**Figura 57** - Mureta danificada



Fonte: ACP n. 0708699-83.2018.8.07.0018 ajuizada pelo MPDFT

**Figura 58** - Canteiro danificado



Fonte: ACP n. 0708699-83.2018.8.07.0018 ajuizada pelo MPDFT

**Figura 59** - Constatação da falta de travessia acessível no entorno da praça



Fonte: ACP n. 0708699-83.2018.8.07.0018, ajuizada pelo MPDFT.

O projeto apresentado pela Administração Regional de Planaltina não teria observado as diretrizes e recomendações constantes no relatório final da oficina de *placemaking*, em que os anseios de uma parte da população local foram ouvidos e inseridos nos desenhos constantes no mencionado relatório no projeto.

No ano de 2016 e nos anos seguintes (2017-2018), foram elaborados projetos pela Administração Regional de Planaltina, realizadas reuniões com o Ministério Público e demais órgãos da administração pública, bem como intervenções pontuais na praça Coronel Salviano Guimarães, tais como: o Detran/DF afirmou não possuir projeto para colocação de faixa de pedestres no local, que não possuiria tráfego significativo; a Novacap informou que teria desobstruído a rede de drenagem pluvial das galerias subterrâneas da praça Coronel Salviano; e a Secretaria de Cultura aprovou, em setembro de 2017, projeto da Administração Regional de Planaltina afirmando que “as pequenas obras civis e viárias de manutenção e adequação do paisagismo, mobiliário, iluminação e acessibilidade” não interfeririam na “visibilidade e percepção do conjunto urbanístico”, conforme consta do diagnóstico juntado aos autos da ACP.

O projeto executado na praça Coronel Salviano Guimarães, de autoria da Administração Regional de Planaltina, foi aprovado pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal por apresentar o menor custo e estar dentro dos limites dos recursos referentes à multa em ação penal disponibilizada pelo Ministério Público, com vistas à

preservação das características da praça. O projeto contemplou itens de acessibilidade e manutenção da praça.

Contudo, os postes de iluminação escolhidos e os bancos de concreto destoariam do valor colonial a que a praça se vincularia, além da inobservância da vontade popular concretizada nos desenhos constantes no relatório final da oficina de *placemaking*.

As informações técnicas relativas à preservação do patrimônio histórico e cultural não foram disponibilizadas em um primeiro momento à população. Todavia, tais informações técnicas foram acatadas, em certa medida, pelo Juízo da Vara Ambiental no ano de 2018, que julgou improcedentes os pedidos na ação civil pública ajuizada pelo MPDFT, para a defesa do patrimônio histórico e cultural e garantia da participação popular, referente à praça objeto desta pesquisa.

Foi ainda afirmado pela Secretaria de Cultura que a Portaria IPHAN n. 420/2010, que dispõe “sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno”, é referência que delimita o tipo de intervenção que busca respeitar a concepção original do bem cultural e, ao mesmo tempo, “os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções”, também representados pela estética da Praça, e que o projeto da Administração Regional de Planaltina não violava a legislação de regência, tendo em vista que respeitava a visibilidade e ambiência do conjunto pré-existente relativo à praça Coronel Salviano Guimarães.

Assim, o projeto foi executado no ano de 2018 pela Administração Regional de Planaltina, tendo sido observado, em todo o processo de intervenção, um campo de forças.

#### *3.2.4 O poder simbólico na intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães*

Esta pesquisa contava com a possibilidade de entrevistas com os atores do processo de intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães (2015-2018), o que não ocorreu consoante já explicitado.

A praça tombada, Coronel Salviano Guimarães, pelo reconhecimento do seu valor histórico e cultural, presente na memória social da comunidade de Planaltina, foi objeto de anteriores intervenções do Poder Público, conforme exposto pelo MPDFT na fundamentação da petição inicial da ação civil pública ajuizada perante a Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal no ano de 2018 (item 2.4.1).

Por ocasião do andamento do procedimento administrativo n. 08190.132146/15-59 perante o MPDFT (2015-2016), o órgão ministerial alocou recursos, advindos de multa pecuniária em ação penal, visando à revitalização das praças São Sebastião e Coronel Salviano Guimarães, localizadas no Setor Tradicional de Planaltina, e buscou parceria com o Coletivo MOB (membro do Conselho brasileiro de lideranças em *placemaking*)<sup>161</sup> a fim de que fosse possibilitada a realização de oficina de *placemaking* (metodologia colaborativa descrita no item 2.3) na praça. A Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, criada no ano de 2007, também figurou como parceira do evento.

Observa-se um primeiro movimento do MPDFT, essencial à função da justiça, conforme preceituado no art. 127, da CF,<sup>162</sup> detentor de poder simbólico, no sentido de possibilitar a participação da população na defesa do patrimônio histórico e cultural relacionado à praça Coronel Salviano Guimarães, ao buscar parceria para revitalização da praça histórica e ainda o movimento do ajuizamento de uma ação coletiva (ação civil pública) perante o Juízo da Vara Ambiental que, ao exercer seu poder simbólico, acatou, em certa medida, ao final do processo judicial, um direcionamento diverso do compilado em oficina de revitalização realizada.

O Coletivo MOB, em sua função de facilitador do processo participativo em consonância com a metodologia do *placemaking*, promoveu a “oficina de revitalização da pracinha do museu” em janeiro de 2016, sendo o evento divulgado na mídia<sup>163</sup> e por meio de redes sociais.

Ao final da oficina de revitalização, o Coletivo MOB elaborou relatório detalhando o evento e sugerindo diretrizes para a intervenção a ser realizada na praça histórica, consoante o que foi apurado na oficina de revitalização em que os participantes presentes (46 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 0,025% da população da cidade de 177.492 habitantes) avaliaram as condições da praça e escolheram ideias e conceitos arquitetônicos, conforme ilustrações apresentadas pelo Coletivo. O relatório com as sugestões ao Poder Público, concernentes à execução do projeto de intervenção na praça histórica, foi encaminhado ao MPDFT, gestor do processo de intervenção.

<sup>161</sup> **MOB** – Movimento e ocupe seu bairro. Disponível em: <https://www.coletivomob.com/> Acesso em 15 dez. 2020.

<sup>162</sup> BRASIL. Constituição Federal. Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

<sup>163</sup> G1 Distrito Federal. **Revitalização da pracinha do museu**. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/videos/t/todos-os-videos/v/moradores-se-mobilizam-para-revitalizar-praca-do-museu-no-df/4772685/> / Acesso em 27 out. 2019.

Por sua vez, a Administração Regional de Planaltina elaborou projeto para execução de melhorias na praça com a concordância da Secretaria de Estado de Cultura do DF, que não teria observado, conforme exposto pelo MPDFT em suas alegações em Juízo, para o que havia sido discutido e decidido pela população na oficina de revitalização da pracinha do museu em 2016 e ainda pelo fato de a utilização de mobiliário que destoaria do conceito colonial a que a praça Coronel Salviano Guimarães se vincularia, o que ensejou o ajuizamento de ação civil pública.

A Secretaria de Cultura aduziu que tal alegação seria o que se denomina de falso histórico, a tentativa de retorno a um tempo não mais existente, mas presente no imaginário social e com força simbólica.

No processo de intervenção relatado e analisado, observa-se um jogo de poder com a tentativa de imposição de significações que são tidas como legítimas por cada um que delas se apossa, dissimulando as relações de força existentes e acrescentando sua própria força, simbólica, a essas relações de força.

Apenas uma ínfima parte da população de Planaltina participou presencialmente da oficina de revitalização. A Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, defensora do Setor Tradicional de Planaltina em relação à preservação do patrimônio histórico e cultural, capitaneou o evento, demonstrando sua própria força simbólica.

A praça Coronel Salviano Guimarães faz parte do imaginário social.<sup>164</sup> Conforme doutrina, as praças são os locais centrais das cidades e no entorno delas costumavam residir as pessoas mais abastadas e importantes politicamente. Eram locais de convívio com interações sociais cotidianas. Assim, o imaginário se torna um campo de disputa, de luta pelo poder e de sua manifestação, marcado pelos conflitos que surgem entre agentes com diferentes visões de mundo e tentativa de imposição desta visão de mundo.

O Coronel Salviano Guimarães é lembrado como benfeitor da cidade tradicional do interior de Goiás, “a vivência de Planaltina”, detentor de capital simbólico, e que deixou um legado de progresso na cidade no início do século XX, estando ainda hoje presente no imaginário social. A partir dos anos 1980/1990, em curso o processo de redemocratização do país e a autonomia de Brasília com a promulgação da CF em 1988, foi, em certa medida,

<sup>164</sup> “A representação, elemento fundamental do imaginário social, que o transporta do universo simbólico para o mundo social, é analisada por Chartier como um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que definem a compreensão do mundo social a partir de orientações dos grupos ou classes sociais, ou suas frações, variáveis de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade. Nesse contexto, as representações, embora com discursos aparentemente neutros, não os são, sempre articulando estratégias de poder e dominação”. MAGALHÃES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque: Revista de História**, v. 8, n. 16, p. 92-110, jul./dez. 2016. p. 94.

tolerado pelo Poder Público do DF à época, que terras públicas fossem invadidas, não sendo garantido, contudo, o direito à moradia à população. Tais invasões restaram erradicadas e as pessoas, desalojadas de suas moradias, ainda que precárias, foram realocadas em loteamentos em diversas regiões administrativas do DF, incluída a região administrativa de Planaltina, o que pode ter ocasionado a perda de identidade cultural,<sup>165</sup> do sossego de uma “cidade do interior” com a vinda do “estrangeiro” e a possível eclosão da violência urbana, tema percebido na oficina de revitalização da pracinha do museu onde relatada por participantes a sensação de insegurança na praça.

Do processo de intervenção ocorrido, percebeu-se o interesse de parte da população na preservação do bem tombado e na participação em evento propiciador de mudanças significativas quanto ao mencionado bem cultural e seu uso como espaço cumpridor de sua função urbanística quanto ao lazer, estando o espaço e a significação do Coronel Salviano presentes na memória social da comunidade.

Observou-se, ainda, um desconhecimento, em certa medida, sobre questões técnicas relativas ao patrimônio cultural e sua preservação, o que também foi objeto de disputa em campo para imposição de visões de mundo. Assim, verificou-se que o diálogo entre os atores, ou a ausência dele, marcou o processo de intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães.

A metodologia do *placemaking* é um instrumento participativo, como outros emergentes no Brasil e no mundo, que visam transformações sociais em conexão com um espaço público.

### 3.3 Movimentos urbanos de participação popular – a revitalização de praças no município de São Paulo

O *placemaking* pode ser considerado uma manifestação efêmera na cidade contemporânea, tendo em vista a temporalidade de suas ações no planejamento urbano, que se configuram como capazes de construir um sentido para a comunidade envolvida.<sup>166</sup>

<sup>165</sup> “A identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 38.

<sup>166</sup> BALEM, Tiago. Os usos temporários no planejamento urbano. In: XVIII ENANPUR, 2019 – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 27 a 31 de maio de 2019, Natal – RN. **Anais** [...]. p. 4. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=476>. Acesso em: 10 out. 2020



Da mesma forma que o *placemaking*, outras iniciativas colaborativas podem servir como maneira de se refletir sobre a participação da população em projetos de intervenção urbana, como os que ocorreram na cidade de São Paulo.

Por meio de associações de moradores vizinhos, quatro praças – Horácio Sabino, Villaboim, Vila Buarque e Jaú –, localizadas na cidade de São Paulo, foram revitalizadas em um modelo colaborativo que tem como missão “adaptar as cidades para o uso humano, criando um ambiente colaborativo, agindo como catalisador entre pessoas, empresas e governos, fomentando transformações por meio dos espaços públicos”.<sup>167</sup>

Assim, pela união de moradores dos bairros em que localizadas as praças, vislumbradas como pontos de convivência social, houve a revitalização, dos espaços, que passaram a ser mais frequentados, se tornando locais de alta qualidade.

**Figura 60** - Praça Horácio Sabino



Fonte: <https://horaciosabino.pracas.co/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

---

<sup>167</sup> CIDADES.CO. **Nossa praça**. Disponível em: [www.cidades.co](http://www.cidades.co). Acesso em: 20 set. 2020.



**Figura 61 - Praça Villaboim**



Fonte: <https://villaboim.pracas.co/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 62 - Praça Vila Buarque**



Fonte: <https://vilabuarque.pracas.co/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

**Figura 63 - Praça Jauú**



Fonte: <https://jau.pracas.co/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

As referidas iniciativas no tocante às praças, assim como a iniciativa do Programa Monumenta mencionado nesta pesquisa, podem servir de reflexão sobre como um projeto colaborativo pode ser efetivo no sentido de sua concretização.

Na revitalização das praças mencionadas, os moradores foram convidados a participar do processo. Um lugar construído coletivamente é mais bem aceito e, no caso de São Paulo, as praças se tornaram locais agradáveis e confortáveis, em que pode se perceber a sensação de segurança, o que pode ocasionar uma maior frequência ao local pelos moradores da vizinhança.

Analisando-se o movimento colaborativo que propiciou a revitalização das praças em São Paulo, percebe-se que o projeto de revitalização sugerido pela oficina de *placemaking* na praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina em janeiro de 2016, se mostrou frágil, em certa medida, visto que a execução, em conformidade com as recomendações e diretrizes propostas em consonância com os anseios da população, não foram utilizadas em sua totalidade pelo Poder Público. Entretanto, a oficina de *placemaking*, como outras metodologias colaborativas, pode possibilitar transformações em espaços públicos locais.

As iniciativas realizadas nas mencionadas praças na cidade de São Paulo, bem como as do Programa Monumenta em relação aos bens reconhecidos como patrimônio histórico e cultural, demonstram de que maneira um projeto colaborativo pode viabilizar a participação da população em processos de intervenção urbana, que podem se concretizar no sentido de sua execução e utilização pela população interessada.

### **3.4 Reflexões sobre o capítulo**

No capítulo foram expostas as limitações desta pesquisa, em que não foi possível a realização de entrevistas pessoais com os atores envolvidos no processo de intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães, com o recorte temporal de 2015 a 2018. E, dada a ausência de respostas via correio eletrônico, alternativa buscada diante da pandemia de Covid-19 que assolou o mundo em 2020, a análise foi feita na documentação disponível relativa ao processo de intervenção na referida praça.

Foram descritas as peculiaridades da participação dos atores (propositores, gestor e comunidade) na intervenção ocorrida, bem como detalhada a oficina de revitalização da praça Coronel Salviano Guimarães realizada em 2016, tendo sido demonstrado o interesse da população em participar de oficina em que se observava a metodologia colaborativa do

*placemaking*. O relatório produzido ao final da oficina apontou diretrizes e recomendações ao Poder Público no intuito de propiciar uma melhor gestão da praça. O relatório não foi utilizado, em sua totalidade, pelo Poder Público ao executar o projeto na praça, o que foi objeto de ação civil pública ajuizada pelo MPDFT.

A força do poder simbólico dos atores envolvidos foi mencionada, assim como o jogo de forças em campo no tocante à revitalização da praça histórica.

A prática colaborativa do *placemaking*, realizada na praça Coronel Salviano Guimarães na cidade de Planaltina-DF, se mostrou como uma oportunidade para viabilizar a participação da população em projetos de intervenção urbana, assim como o movimento colaborativo Nossa Praça na cidade de São Paulo e o Programa Monumenta, se refletindo sobre as possibilidades de participação popular em intervenções urbanísticas a partir do caso da praça Coronel Salviano Guimarães.

A oficina de *placemaking* se mostrou como um aprendizado para todos os atores envolvidos no processo de intervenção, na medida em que novos conceitos foram disponibilizados no que concerne à participação colaborativa da população em uma intervenção urbana e em uma praça reconhecida como patrimônio histórico e cultural da cidade de Planaltina.

Assim, a hipótese desta pesquisa foi verificada: há forças e tensões por conta de vários grupos de atores e interesses envolvidos no processo de intervenção urbana local de caráter patrimonial.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

Esta pesquisa transdisciplinar entre os campos da Arquitetura e Urbanismo e do Direito, teve como objeto de estudo a praça tombada Coronel Salviano Guimarães em Planaltina-DF, cidade histórica incorporada ao quadrilátero do Distrito Federal quando da inauguração de Brasília em 1960. A praça possui em seu entorno casarões que remontam a um período em que a cidade se mostrava próspera em termos econômicos, sendo o Coronel Salviano Guimarães benfeitor da cidade e responsável em certa medida pelo seu progresso.

Ao longo do tempo, a referida praça foi objeto de outros projetos de intervenção que visavam a sua revitalização. A oficina da pracinha do museu, realizada em 2016 na praça Coronel Salviano Guimarães, reconhecida como patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, utilizou a metodologia norte-americana do *placemaking*, que, dentre outras metodologias emergentes, busca propiciar a colaboração entre pessoas em prol da revitalização de um espaço público em um movimento de construção coletiva que, conforme estudos, traz melhores resultados do que um projeto imposto, ainda que o *placemaking* também não seja garantia de resultados esperados pela população.

Em nosso país, se percebe que bens reconhecidos como patrimônio histórico e cultural sofrem depredação por atos de violência ou fiquem em ruínas, devido à ausência de manutenção e conservação, eis que o tombamento de um bem nem sempre é visto como algo benéfico pelos proprietários.

Uma praça, como um elemento urbano, pode se afigurar como um local de convívio social com a função urbanística do lazer e a revitalização de uma praça pode auxiliar na diminuição da violência urbana, como ocorreu na cidade de Medellín na Colômbia, em que intervenções urbanas foram realizadas com o auxílio da população.

Em nosso país, o direito a cidade e a participação popular na gestão democrática das cidades são garantidos constitucionalmente. No entanto, políticas públicas podem vir a negar a sua prática, o que pode ensejar a judicialização da política. No Brasil há casos de sucesso no tocante à participação popular em intervenções urbanísticas, como o Programa Monumenta e a revitalização de praças na cidade de São Paulo, em movimento colaborativo. A participação popular vem se confirmando como uma prática democrática frutífera.

Na gestão das cidades, estudos de caso, como o desta pesquisa, auxiliam na verificação da existência de diversos atores e na compreensão do seu envolvimento em processos de intervenção urbanística e quanto o diálogo ou sua ausência entre os atores, pode interferir nos desdobramentos destas intervenções urbanísticas.

A estratégia inicial de pesquisa contava com o acesso direto, por meio de entrevistas pessoais, com os diversos atores do processo de intervenção urbanística, objeto desta pesquisa, o que restou inviabilizado em decorrência da pandemia Covid-19 no ano de 2020, que dificultou o acesso direto desta pesquisadora aos atores envolvidos no processo de intervenção urbanística e o acesso virtual não foi suficiente, pela ausência de retorno de todos os grupos de atores.

Todavia, tais dificuldades não inviabilizaram, de alguma maneira, os objetivos geral e específicos propostos. A pesquisa foi realizada por meio da mudança na metodologia, se priorizando a abordagem teórica e a análise documental.

Como resultado da pesquisa foi verificada a hipótese e alcançados os objetivos: geral e específicos.

A pesquisa realizada buscou, como objetivo geral, identificar os grupos de atores envolvidos no processo de intervenção urbana ocorrido na praça histórica Coronel Salviano Guimarães, em Planaltina-DF com o recorte temporal de 2015 a 2018, fomentando a reflexão sobre as tensões de força existentes entre seus conhecimentos e interesses específicos e sobre as possibilidades de participação popular em intervenções urbanísticas a partir deste processo de intervenção urbana. Assim, o objetivo geral foi atendido por meio das considerações exaradas acerca do processo de intervenção urbanística ocorrido na praça histórica, sendo analisado o relatório da oficina de *placemaking* na pracinha do museu; o procedimento administrativo instaurado pela 2ª PRODEMA para acompanhamento da revitalização das praças históricas São Sebastião e Coronel Salviano Guimarães, no Setor Tradicional de Planaltina e a ação civil pública ajuizada pela 2ª PRODEMA perante a Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, para a defesa do patrimônio histórico e cultural relativo à praça Coronel Salviano Guimarães, na cidade de Planaltina-DF e a garantia da participação popular. A análise da documentação trouxe reflexões sobre a participação popular e a sua força transformadora na gestão das cidades.

Por sua vez, como primeiro objetivo específico: o detalhamento das peculiaridades da participação da população, no caso objeto da pesquisa, em termos de oportunidades, interesses, contribuições e desdobramentos; como segundo objetivo específico: a identificação de outros grupos de atores vinculados ao processo de intervenção estudado e como terceiro objetivo específico: o levantamento das formas e possibilidades de participação popular em projetos de intervenção urbana. Todos os objetivos específicos foram atendidos.

Quanto ao primeiro objetivo específico, foram demonstradas as peculiaridades da participação da população no processo de intervenção urbanística na praça Coronel Salviano

Guimarães, demonstrando a população, que foi convidada a participar, o seu interesse em contribuir no processo de intervenção por meio de movimento colaborativo, o que foi propiciado na oficina de revitalização da pracinha do museu, realizada em 2016 na mencionada praça, sendo os dados apurados na oficina compilados e concretizados em recomendações e diretrizes ao Poder Público quanto aos desdobramentos da execução do projeto de revitalização da praça Coronel Salviano Guimarães. A população local demonstrou o seu interesse na preservação do bem tombado, cuidados com a limpeza e acessibilidade no local, bem como expressou a sensação de insegurança quanto à utilização da praça.

No que concerne ao segundo objetivo específico, os atores envolvidos na intervenção urbanística foram identificados, incluído importante ator no campo jurídico: o magistrado que conduziu de forma colaborativa e democrática, com os limites relativos à sua atuação, a ação civil pública ajuizada pelo MPDFT e descrita nesta pesquisa.

Em relação ao terceiro objetivo específico, foram levantadas outras possibilidades de participação popular em projetos de intervenção urbana: Nossa Praça em São Paulo e o Programa Monumenta, que se afiguram como iniciativas de sucesso no que concerne à participação colaborativa da população em intervenções urbanísticas.

Do mesmo modo, a hipótese desta pesquisa, que se refere às forças e tensões por conta de vários grupos de atores e interesses envolvidos no processo de intervenção urbana local de caráter patrimonial ocorrido em Planaltina-DF, foi possível verificar mediante análise documental realizada, em que se identificou e percebeu as tensões de força entre os atores envolvidos e interessados em participar da gestão da cidade de Planaltina-DF, o que vai ao encontro, a partir deste caso específico, de intervenções participativas em consonância com o direito à cidade, previsto constitucionalmente.

O projeto proposto na oficina de *placemaking* da pracinha do museu, que compilou dados da participação da população interessada na intervenção urbanística, se mostrou frágil quanto à possibilidade de sua execução, haja vista que não dependeria do Coletivo, que propôs a metodologia, mas sim do Poder Público, por intermédio da Administração Regional de Planaltina, se mostrando esta situação como um ponto de aperfeiçoamento, podendo servir como reflexão sobre as formas e possibilidades de participação popular em projetos de intervenção urbana.

Apesar das limitações causadas pela pandemia Covid-19 e a complexidade da inter-relação entre os atores, como resultado, na estruturação da reflexão sobre o caso, foram identificados os atores e a complexidade na relação e diálogo entre eles.



A identificação dos vários atores no processo de intervenção urbanística ocorrido em um bem tombado, além da diversidade apresentada e dos desdobramentos ocasionados, trouxe à tona a importância do diálogo e o que acarreta a sua ausência.

O Coletivo MOB, identificado como propositor da intervenção urbanística, realizando a oficina de *placemaking* na praça do Museu, apresentou a dinâmica colaborativa, interpretou e compilou os dados da população participante, traduzindo para o objeto (Praça Coronel Salviano Guimarães) os anseios da comunidade. Todavia, a arquitetura de um local histórico, com normativas próprias quanto à preservação do patrimônio histórico e cultural, busca o diálogo com os demais envolvidos, o que poderia ter sido mais bem observado, se buscando as informações de campo com o órgão responsável pela mencionada preservação, no caso, a Secretaria de Cultura do DF e, haveria assim, a potencialidade de uma melhor resposta quanto à execução do projeto. A iniciativa do Coletivo MOB foi válida em termos da apresentação de uma dinâmica social colaborativa e que pode servir como possível método de participação da população em intervenções urbanísticas. A oficina de *placemaking* propiciou um meio colaborativo de participação, sendo interessante pela sua dimensão social, como outros métodos de intervenção de caráter participativo emergentes.

Por sua vez, a Secretaria de Cultura, também identificada como propositor da intervenção urbanística, era a detentora das informações técnicas no que concerne à preservação de um bem tombado, informações que poderiam ter sido disponibilizadas à população e ao Coletivo MOB. A revitalização no local se mostrou desejada pela população, também se mostrando necessária a manutenção para a própria preservação do bem tombado. Uma escolha foi realizada pela administração pública que, em certa medida, não atendeu aos anseios da população expostos na oficina de *placemaking*, o que poderia ter sido mais bem observado. Assim, o diálogo em processo colaborativo teria sido o mais adequado e fomentador de uma melhor interação social.

Já os atores vinculados às questões normativas, são vitais para mitigar os problemas e embates sociais nas cidades, assim como auxiliar na satisfação das necessidades de adequação dos espaços públicos, ainda que, como os demais atores da cidade vinculados a um procedimento de intervenção urbana, obtenham melhores resultados quando também atentos aos vários atores em questão e buscando o conhecimento das necessidades e desejos específicos de cada um deles.

Cada grupo de atores se concentrou, em certa medida, em suas questões, sem maiores vínculos com as potencialidades advindas do outro. A discussão apresentada na pesquisa refletiu sobre as forças e as tomadas de decisão, as discrepâncias e as imposições de diferentes

visões de mundo. Um melhor diálogo entre os atores neste processo de intervenção poderia ter sido capaz de equalizar os diversos interesses envolvidos, propiciando uma melhor interação social e solução adequada quanto à execução do projeto de intervenção urbanística na praça Coronel Salviano Guimarães, em Planaltina-DF.

O Poder Judiciário, atuando na judicialização de uma política pública, em escuta atenta aos anseios sociais e em conformidade com a condução de um processo colaborativo e ainda considerando que pelo art. 20 da LINDB<sup>168</sup> se vincula, em certa medida, uma decisão judicial às suas consequências no mundo concreto, trouxe resultados que buscaram uma melhor solução para o problema apresentado em Juízo. Há limites para a atuação do magistrado, ultrapassá-los, no sentido de substituição dos Poderes Legislativo e Executivo, é postura ativista e a ser combatida, eis que contrária ao Estado Democrático de Direito.

Conclui-se que há casos de interesse da população, como no caso de Planaltina-DF objeto desta pesquisa, em participar de projetos de intervenção local, ainda que existentes tensões de força entre seus conhecimentos e interesses específicos. Uma ferramenta colaborativa como a metodologia do *placemaking*, dentre outras ferramentas colaborativas, possibilita a criação de novas conexões sociais e modificações estruturais visando concretizar o direito a cidade, trazendo o processo participativo em intervenções urbanas melhores resultados do que um projeto imposto, ainda que este interesse local ou comunitário não garanta o sucesso de um projeto, acaso não sejam reconhecidos os diversos atores e não haja diálogo entre eles.

Esta pesquisa foi valiosa, auxiliando esta pesquisadora na compreensão sobre o Direito, patrimônio cultural e participação popular, e este caso pode estimular esta pesquisadora ou outros pesquisadores que queiram, em pesquisas futuras, aprofundar a interpretação e o estudo sobre este caso ou sobre casos similares.

---

<sup>168</sup> LINDB. Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei n. 13.655, de 2018) (Regulamento)

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei n. 13.655, de 2018).

## REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia. **O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas**. *Paper* apresentado no 2º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, 2001, Canela/RS.

ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1984.

ARAÚJO, Andréa Alves. **Participação da sociedade na decisão urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

ARAVENA, Alejandro; IACOBELLI, Andrés. **Elemental incremental housing and participatory design manual**. 5. ed. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag, 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CENTRO HISTÓRICO DE PLANALTINA. **Praça Salviano Monteiro (Praça do Museu)**. 6 ago. 2008. Disponível em: <http://centrohistoricodeplanaltina.blogspot.com/2008/08/praca-salviano-monteiro-praca-do-museu.html>. Acesso em: 3 ago. 2020.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BALEM, Tiago. Os usos temporários no planejamento urbano. In: XVIII ENANPUR, 2019 – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 27 a 31 de maio de 2019, Natal –

RN. **Anais** [...]. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=476>. Acesso em: 10 out. 2020.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão n. 630, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1999. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td\\_0630.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2758/1/td_0630.pdf). Acesso em: 11 nov. 2020.

BAPTISTA, Maurício Nogueira. O planejamento urbano como instrumento de preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, p. 33-39, 1984.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2018.

BATISTA, Roberto Carlos. Ambiente e saúde: direitos humanos fundamentais interdependentes. In: THEODORO, Suzi Huff; BATISTA, Roberto Carlos; ZANETI, Izabel (coord.). **Direito ambiental e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função**: novos estudos de teoria do direito. São Paulo: Manole, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_13.07.2010/art\\_6\\_.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_6_.shtm). Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sumário executivo justiça pesquisa, direitos e garantias fundamentais** – ações Coletivas no Brasil: temas, atores, desafios da tutela coletiva. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2018. p. 11. Disponível em: <http://cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/ee3f22cd4cddac54ce99ced5beeeaa91.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=Art.,-10.&text=O%20tombamento%20dos%20bens%2C%20a,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=Art.,-10.&text=O%20tombamento%20dos%20bens%2C%20a,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico). Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm). Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. Disponível em: <https://issuu.com/abacoarq/docs/planaltina-inventario>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg\\_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf) Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. (Estatuto da Cidade). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm). Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. (Estatuto da Metrópole). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm). Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.** (Código de Processo Civil). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 7.347, 24 de julho de 1985.** Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm). Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades Conselho das Cidades. **Resolução n. 25, de 18 de março de 2005.** DOU Seção 1, Edição n. 60, p. 102, de 30/03/2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/UmExerciciodeGestaoDemocratica.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal. **Ação Civil Pública PJe n. 0708699-83.2018.8.07.0018**, ajuizada pelo MPDFT contra o Distrito Federal em 4 de setembro de 2018.

BRASÍLIA. **Museu Histórico e Artístico de Planaltina.** Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/brasil-museu-historico-e-artistico-de-planaltina/#!/map=38329&loc=-15.621190000000006,-47.661567999999995,17>. Acesso em: 27 dez. 2020.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira:** trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Campinas: UNICAMP, 2007.

CAMELO, Yara Maciel. **A judicialização de um conflito ambiental-urbanístico sob a perspectiva do processo estrutural:** um estudo de caso das ações civis públicas ajuizadas pelo MPDFT para tratar do licenciamento ambiental corretivo e da implantação de parques na cidade de Águas Claras-DF. 2020. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Brasília, 2020.

CAMELO, Yara Maciel; VASCONCELOS, Paulo Fernando Lisboa; GUIMARÃES, Sávio Tadeu. Nosso direito a cidades sustentáveis: a preservação, o acesso e o consumo da água em Brasília. In: ENANPUR – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 27 a 31 de maio de 2019, Natal – RN. **Anais [...]** p. 13. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=814>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Curso de direito urbanístico.** Salvador, JusPODIVM, 2015.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. Qualidade de vida e princípios do direito urbanístico. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli (coord.). **Urbanismo e saúde ambiental.** Brasília: Gazeta Jurídica, 2015. p. 1-14.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x cidade:** o papel do direito urbanístico na violência urbana. São Paulo: Marcial Pons/FESMPDFT, 2014.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2014.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CIDADES.CO. **Nossa praça**. Disponível em: [www.cidades.co](http://www.cidades.co). Acesso em: 20 set. 2020.

COLETIVO MOB. **MOB**: Movimento e ocupe seu bairro. Disponível em: <https://www.coletivomob.com/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. Brasília: UnB, 2011.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COUTO, Hildo Honório. **Contato interlinguístico**: da interação à gramática. Brasília: UnB, 2017.

CRULS, Luiz. **Relatório Cruls**: comissão exploradora do planalto central do Brasil. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/574202> Acesso em: 17 dez. 2020.

DAHER, Lenna Luciana Nunes. **Ministério Público resolutivo e o tratamento adequado dos litígios estruturais**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. (Coleção Ministério Público Resolutivo).

DIAS, Renato Duro. Memória e identidade: aplicabilidade dos direitos fundamentais na proteção do patrimônio cultural. In: STOLZ, Sheila (org.) **Anais do 1º Congresso Sul-Riograndense de Direitos Fundamentais**. Rio Grande, FURG, 2007.

DIOGO, Érica. O papel do financiamento para a recuperação de imóveis privados no Programa Monumenta. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta**. p. 17-28. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg\\_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Subsecretaria do Patrimônio Cultural. **Parecer Técnico SEI-GDF n. 4/2018 - SEC/SUPAC**.

DISTRITO FEDERAL. **Academia Planaltinense de Letras, Artes e Ciências**. Disponível em: <https://aplacdf.com.br/1035-2/> Acesso em: 22 nov. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios PDAD 2018 - Planaltina**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Planaltina.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.



DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 6.939, de 19 de agosto de 1982.** Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9150/Decreto\\_6939\\_19\\_08\\_1982.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9150/Decreto_6939_19_08_1982.html). Acesso em: 30 jul. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Guia do arquivo público do Distrito Federal.** Brasília: O Arquivo, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/12/Guia-de-Fundos-do-Arquivo-P%C3%BAblico-2018.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar n. 803, de 25 de abril de 2009.** Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id\\_norma\\_consolidado=60298](http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=60298). Acesso em: 31 jul. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar n. 948, de 16 de janeiro de 2019.** Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS, nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/texto-luos/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Lei n. 4.920, de 21 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o acesso dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal ao patrimônio artístico, cultural, histórico e natural do Distrito Federal, como estratégia de educação patrimonial e ambiental. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72228/Lei\\_4920\\_21\\_08\\_2012.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72228/Lei_4920_21_08_2012.html). Acesso em: 20 out. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70442>. Acesso em: 24 abr. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Vale do Amanhecer:** inventário nacional de referências culturais. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/vale\\_do\\_amanhecer\\_\\_inventario.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/vale_do_amanhecer__inventario.pdf). Acesso em: 29 dez. 2020.

DOWBOR, L. Políticas urbanas e participação: o resgate da democracia pela base. In: R. Balbim (org.). **Geopolítica das cidades:** velhos desafios, novos problemas. Brasília: IPEA, 2016. p. 25-54.

ECKER, Vivian Dall'Igna. **A praça como locus da sociabilidade:** estudo de caso da Praça da Cidadania, no Campus da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2016.

ECKERT, Cornelia. Memória coletiva e identidade narrativa. In: FERREIRA, Maria Letícia Marzzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **Memória, patrimônio e tradição.** Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2010. p. 165-196.

FARIAS, Paulo José Leite. Ordem urbanística e a prevenção da criminalidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 42, n. 168, p. 167-183, out./dez. 2015.

FERNANDES, Edésio. Tombamento ou demolição? **Direito Urbanístico**, Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo.** São Paulo: Disal, 2004.

FERRAZ, Hermes. **A violência urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1994.

FERREIRA, Maria Francisca Domingues Durães. **Habitação para todos**: processo (d)e desenho, repetição e identidade. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015.

FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, Ministério da Cultura – Iphan, 2005.

FORTE, Márcia Teixeira Filgueira; SANJAD, Thais Bastos Caminha. Intervenções arquitetônicas no Centro Histórico de Belém: a prática projetual contemporânea. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas/SP, v. 6, n. 3, p. 188-204, set. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FURQUIM, Cláudia do Amaral. Aspectos jurídicos do planejamento urbano no Brasil. *In*: RIOS, Mariza *et al.* (coord.). **A cidade real e a cidade ideal**: em uma reflexão transdisciplinar. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

GAFFRON, Philine; HUISMANS, Gé; SKALA, Franz (ed.). **Ecocity - Book I**: a better place to live. Vienna: Facultas Verlags-und Buchhandels AG, 2005. Disponível em: [https://www.oekostadt.at/root/img/pool/files/book\\_1.pdf](https://www.oekostadt.at/root/img/pool/files/book_1.pdf) Acesso em: 27 dez. 2020.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **Vida nas cidades**: como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GOMES, Barbara Leticia Rodrigues. **Preservação do patrimônio histórico cultural**: um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF). Brasília: UnB, 2009.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Verbete: Autenticidade. *In*: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dicionário do patrimônio cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/88/autenticidade>. Acesso em: 22 jul. 2020.

GONÇALVES, Edilson Santana. **O Ministério Público no estado democrático de direito**. Curitiba: Juruá, 2000.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2020.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Cidadevida**: curso de desenho ambiental urbano. São Paulo: Nobel, 2008.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. São Paulo: Malheiros, 2008.

GUIMARÃES, Sávio Tadeu. **O Singular das Gerais?**: entre roteiros e derivas pelas esferas relacionais da cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

GUIMARÃES, Sávio; ALMEIDA, Rachel de Castro; PEREIRA, Patrícia. Cultura versus natureza: a tragédia da cidade de Mariana à luz de categorias como espaço, memória e

identidade. *In*: SIMPÓSIOS TEMÁTICOS A HISTÓRIA E O CAMPO DO PATRIMÔNIO: desafios e perspectivas no 1º Seminário Nacional de Patrimônio e Cultura, **Anais [...]**, 3 a 7 de outubro de 2016, Porto Alegre/RS.

GUIMARÃES, Silvinha. **Guimarães no Planalto Central**. Disponível em: <http://historiadafamiliaguimaraes.blogspot.com/p/coronel-salviano-monteiro-guimar.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades?. *In*: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; Kühn, Beatriz M. **Patrimônio cultural**: memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume, 2017. p. 47-59.

HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola Caiuby. **Guia do espaço público para inspirar e transformar**. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. *In*: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 81-92.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ISSUU. **Fazer Cidades - Placemaking**: apresentação com práticas de como transformar os espaços públicos em lugares vivos, inclusivos e divertidos. Disponível em: [https://issuu.com/picaiuby/docs/apresentacao\\_placemaking\\_pompeia](https://issuu.com/picaiuby/docs/apresentacao_placemaking_pompeia). Acesso em: 26 abr. 2020.

ISSUU. **Placemaking**: what if we built our cities around places?. Disponível em: [https://issuu.com/projectforpublicspaces/docs/oct\\_2016\\_placemaking\\_booklet](https://issuu.com/projectforpublicspaces/docs/oct_2016_placemaking_booklet). Acesso em: 26 abr. 2020.

ISSUU. **Relatório final da oficina de revitalização da Pracinha do Museu**. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento\\_final\\_planaltina\\_vers\\_\\_o\\_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_) Acesso em: 5 jan. 2021.

IVO, Any Brito Leal; MAGNAVITA, Pasqualino. O capital simbólico de Medellín e as intervenções urbanas nas favelas cariocas. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 2, p. 513-537, 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KENT, Fred; MADDEN, Kathy Madden. Ruas como lugares. *In*: KARSSSENBERG, Hans *et al* (ed.) **A cidade ao nível dos olhos**: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 26-28.

KUBITSCHKE, Juscelino **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LEAL, Rogério Gesta. **Direito urbanístico**: condições e possibilidades da constituição do espaço urbano. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

LEDROUT, Raymond. **Sociologia urbana**. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBÓRIO, Daniela Campos. Estatuto da Cidade: 15 Anos da Lei n. 10.257/01. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 37, n. 131, p. 67-78, jul./dez. 2016.

LIMA, Salmon Freitas Cajado. **A judicialização do território**: o caso de Planaltina-DF. Brasília: UnB, 2014.

MACHADO, Diego Finder. Pensar sobre o vandalismo: os ataques contra o patrimônio cultural e as possibilidades de investigação no campo da História. *In*: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – LUGARES DOS HISTORIADORES: velhos e novos desafios, **Anais [...]**, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis/SC.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque: Revista de História**, v. 8, n. 16, p. 92-110, jul./dez. 2016.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; GALINDO, Ernesto Pereira. A trajetória brasileira em busca do direito à cidade: os quinze anos de Estatuto da Cidade e as novas perspectivas à luz da nova agenda urbana. *In*: COSTA, Marco Aurélio (org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana. Brasília: IPEA, 2016. p. 11-25.

MATA, Wylcler Cruzeiro da. **A produção do espaço urbano no Distrito Federal**: da construção de Brasília à expansão urbana de Planaltina/DF – o viés histórico-social. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MATTOS, Liana Portilho. **A efetividade da função social da propriedade urbana à luz do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 2003.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Manual do promotor de justiça**. São Paulo: Saraiva, 1991.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, **Anais** [...], Ouro Preto, 2009. v. 1. p. 25-39.

MENEZES, Daniel Telles de. **Modelo federativo e participação social em políticas públicas**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2016.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

MILARÉ, Édís. Um ordenamento jurídico para a qualidade de vida urbana. *In: SILVA, Bruno Campos; AGRELLI, Vanusa Murta (coord.). Direito urbanístico e ambiental: estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 37-69.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MOREIRA, Camila Spíndula. **Composições da violência: periferia, cidadania, política e identidade no rap**. Planaltina, DF – 1980 a 2013. Brasília: UnB, 2013.

MORRIS, Anthony E.J. **Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la revolución industrial**. Barcelona: Gustavo Gili, 1992.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Comunidades e Territórios**, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Preservación del patrimonio cultural y participación social: las experiencias en Iguape y Registro (San Pablo, Brasil). **Revista America Patrimonio**, São Paulo, n. 7, p. 12-136, 2015. Disponível em: [http://www.revistaamericapatrimonio.org/numero\\_actual.html](http://www.revistaamericapatrimonio.org/numero_actual.html). Acesso em: 18 nov. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

O QUE É Placemaking. **Placemaking Brasil**. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

OFICINA de revitalização da pracinha do museu. Urbanizadora Paranoazinho. **YouTube**. 3min19s. 14 mar. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=YCLzSza0\\_S0](https://www.youtube.com/watch?v=YCLzSza0_S0). Acesso em: 27 out. 2019.

OLIVEIRA FILHO, João Telmo; VASCONCELLOS, Carla Portal. **Democracia e participação popular: as possibilidades de transformações nas formas de gestão do território**

a partir do Estatuto da Cidade. I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, **Anais [...]**, Brasília: IPEA, 2011.

OLIVEIRA, Celso Maran; LOPES, Dulce Margarida de Jesus; COLENCI, Pedro Luciano; SOUSA, Isabel Cristina Nunes. **Democracia participativa no direito urbanístico**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2016. v. 1.

OLIVEIRA, Ederson Gomes. **Patrimônio histórico e cultural de Planaltina (DF): memória e identidade social**. Goiânia: PUCGO, 2013.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. Memória Individual e Memória Coletiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 2, 1. ed., v. 13, p. 339-348, jan. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2007.

ORTIZ, Brenda. Após demolição da 'Casa da dona Negrinha', GDF promete levantamento do patrimônio histórico. **G1 DF**, 01 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/01/apos-demolicao-da-casa-da-dona-negrinha-gdf-promete-levantamento-do-patrimonio-historico.ghtml> Acesso em: 20 nov. 2020.

PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. **Historiæ**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 360-382, 2015.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: a metrópole em crise – ensaios sobre urbanização**. Brasília: UnB, 1989.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – suas faces durante o século XX (1933/1999)**. Salvador: UFBA, 2003.

PIPPI, Luis Guilherme; LAUTERT, Alice Rodrigues. Praças como espaços públicos relevantes: aspectos pertinentes ao projeto. **Revista Projetar: projeto e percepção do ambiente**, v. 4, n. 1, p. 112-124, abr. 2019.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

**Placemaking Plus**. Disponível em: [https://issuu.com/petergroenendaal/docs/placemaking\\_plus\\_en\\_2017\\_sep](https://issuu.com/petergroenendaal/docs/placemaking_plus_en_2017_sep). Acesso em: 25 abr. 2020.

PRIETO, Carlos. **A mineração e o novo mundo**. São Paulo: Cultrix, 1976.

PROJECT FOR PUBLIC SPACE. Disponível em: <https://www.pps.org/>. Acesso em: 10 out. 2020.



PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **How to turn a place around**: a handbook for creating successful public spaces. Nova York: Project for public spaces, 2005.

QUINTAS, Fábio Lima. Juízes-administradores: a intervenção judicial na efetivação dos direitos sociais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 53, n. 209, p. 31-51, jan./mar. 2016.

RAMOS, Elival Silva. **Ativismo judicial**: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2015.

REIS, Émillien Villas Boas, VENÂNCIO, Stephanie Rodrigues. O direito à cidade e a participação popular no planejamento urbano municipal. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4. p. 1205-1230, UERJ, 2016.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural**: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

REVITALIZAÇÃO da pracinha do museu. **G1 DF**. 29 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/videos/t/todos-os-videos/v/moradores-se-mobilizam-para-revitalizar-praca-do-museu-no-df/4772685/>/. Acesso em: 27 out. 2019.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EdUSP, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais**: mediação e comunicação sensorial. São Paulo: FAPESP, 2015.

SAULE JÚNIOR, Nelson. O Direito à cidade como centro da nova agenda urbana. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU)**, n. 15, p. 73-76, jul./dez. 2016.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUSA, Humara Carla Araújo de. *Placemaking*, produção, gestão e usos dos espaços livres públicos. In: **VI Semana de Arquitetura e Urbanismo**. Macapá: UNIFAP, 2018. p. 56-60. Disponível em: <https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/SOUSA-C-A-HUMARA-A.-2.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro de. **Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Coleção Clínica Psicanalítica)

TENÓRIO, Gabriela de Souza. **Ao desocupado em cima da ponte**: Brasília, arquitetura e vida pública. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TRIGUEIRO, André. **Cidades e soluções**: como construir uma sociedade sustentável. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. (1987). **O Plano Piloto de Brasília**. Distrito Federal. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445> Acesso em: 2 ago. 2020.

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 Agenda for sustainable development. Resolution adopted by the General Assembly. 2015b. p. 21-22. Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_70\\_1\\_E.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf). Acesso em: 22 ago. 2020.

VALERA, Carlos Alberto. **Avaliação do novo Código florestal**: as áreas de preservação permanente – APPs e a conservação da qualidade da água superficial. Jaboticabal: UNESP, 2017.

VANIN, Fábio Scopel. **A política pública de intervenção urbanística e o regime jurídico dos grandes projetos urbanos**: os limites e as possibilidades de inovação no exercício da competência municipal. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2020.

VITORELLI, EDILSON. **O devido processo legal coletivo**: representação, participação e efetividade da tutela jurisdicional. Curitiba: UFPR, 2015.

VITORELLI, Edilson. **Processo civil estrutural**: teoria e prática. Salvador: JusPODIVM, 2020.

YÁZIGI, Eduardo. **Reencantamento da cidade**: miudezas geográficas e devaneio. São Paulo: Scortecci, 2013.

ZUQUIM, Maria de Lourdes; MAZO, Liliana María Sánchez. A democracia na construção de cidade: participação social na política urbana brasileira e na colombiana. In: XIII SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO (RII), **Anais [...]**, Salvador, 2014.

## APÊNDICE

### **Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento (TCLE) encaminhado aos participantes da pesquisa**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

#### **INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: ANÁLISE DO CASO DA PRAÇA HISTÓRICA CORONEL SALVIANO GUIMARÃES EM PLANALTINA – DF**

Responsável: Yara Maciel Camelo

Número do CAAE: \_\_\_\_\_

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é encaminhado por meio eletrônico, assim como o questionário sobre a intervenção urbanística ocorrida na praça histórica Coronel Salviano Guimarães em Planaltina – DF (2016-2018).

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de responder ao questionário, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

#### **Justificativa e objetivos:**

Esclarecer, em linguagem clara e acessível ao participante da pesquisa, a justificativa e os objetivos do estudo.

#### **Procedimentos:**

Preenchimento de questionário.

#### **Observações:**

Este questionário foi elaborado de maneira a tornar fácil e compreensível o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, estimamos que o tempo necessário para preenchimento das respostas não leve mais do que 10 minutos.

#### **Desconfortos e riscos:**

A pesquisa não apresenta riscos previsíveis.

Mas você não deve participar deste estudo se:

Se sentir desconfortável em responder quaisquer das perguntas aqui apresentadas;

Sentir discriminação ou possibilidade de estigmatização a partir do conteúdo apresentado;

Sentir que as questões abordam assuntos sensíveis relativos à intimidade do sujeito.

#### **Benefícios:**

Essa pesquisa tem como objetivo fundamentar um exercício acadêmico que visa identificar o interesse da população em participar de intervenções urbanísticas em espaços públicos quando chamada para tal fim. Essas ações visam uma melhora da vivência nos espaços públicos, de maneira a beneficiar toda a comunidade.

**Acompanhamento e assistência:**

Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a possíveis danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, provocados por essa pesquisa, pelo tempo que for necessário.

O participante terá direito ao acesso aos resultados da pesquisa, sempre que solicitado.

**Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável:

Yara Maciel Camelo

E-mail:

Celular/ Whatsapp -

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UniCEUB pelo telefone (61) 3966-1511.

**O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP):**

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

**Consentimento livre e esclarecido:**

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento por meio eletrônico. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(Nome da Pesquisadora)

## **Perguntas encaminhadas aos grupos de participantes da pesquisa**

### **Grupo Propositores**

#### **A. Coletivo MOB**

- 1.A praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina, que foi objeto de oficina de placemaking realizada pelo Coletivo MOB em 2016, teria valor histórico? Por que?
2. Na oficina de placemaking realizada pelo Coletivo MOB em 2016 relativa à praça Coronel Salviano Guimarães, como foi a população chamada a participar?
- 3.Na referida oficina de placemaking foi possível perceber a motivação ou interesse da população em participar das atividades propostas? Por que?
- 4.Na elaboração do desenho final para a praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina, resultado da referida oficina de placemaking, houve participação da população?
- 5.Houve preocupação com o patrimônio cultural no desenho final apresentado para a praça Coronel Salviano Guimarães pelo Coletivo MOB em 2016? Por que?

#### **B. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal**

- 1.A praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina, que foi objeto de intervenções como a oficina de placemaking realizada pelo Coletivo MOB em 2016, teria valor histórico? Por que?
2. Na oficina de placemaking realizada pelo Coletivo MOB em 2016 relativa à praça Coronel Salviano Guimarães a população foi convidada a participar por diversos meios. No processo de intervenção realizado pela Administração Regional de Planaltina em 2017-2018 a população foi convidada a participar do projeto ou opinar sobre o mobiliário a ser implantado? Por que?
- 3.Seria relevante considerar o que foi decidido pelos participantes da oficina de placemaking em 2016 na praça Coronel Salviano ou pela população, se convidada a participar, em projetos de intervenção relativos a espaços públicos como a mencionada praça? Por que?
4. Houve preocupação com o patrimônio histórico cultural no que concerne à praça Coronel Salviano no projeto implementado pela Administração Regional de Planaltina em 2017-2018? Exemplifique.
5. Como a população poderia ser motivada a contribuir na elaboração de um projeto de intervenção urbanística na praça Coronel Salviano em Planaltina?

**Grupo Gestores**

- 1.Você considera que a praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina teria valor histórico? Por que?
- 2.No processo da oficina de placemaking em 2016 você considera como efetivo o modo como foi chamada a população a participar? Por que?
- 3.Você considera que a população se sentiu motivada ou interessada em participar na oficina e também na intervenção levada a efeito pela Administração Regional de Planaltina? Por que?
- 4.Você considera que houve preocupação com o patrimônio cultural nos desenhos apresentados para a praça Coronel Salviano Guimarães pelo Coletivo e pela Administração Regional de Planaltina? Por que?
- 5.A ausência de participação popular no processo de intervenção na praça foi uma das motivações para o ajuizamento de ação judicial? Por que?

**Grupo Comunidade**

- 1.Você considera que a praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina teria valor histórico? Por que?
2. Você se sentiu motivada (o) ou interessada (o) em participar da oficina de placemaking realizada em 2016 relativa à praça Coronel Salviano Guimarães? Por que?
3. Você considera que o desenho final da praça Coronel Salviano Guimarães em Planaltina apresentado como resultado da oficina realizada pelo coletivo MOB em 2016 teria valor histórico? Por que?
4. Você foi chamada (o) a participar da intervenção levada a efeito na praça Coronel Salviano Guimarães pela Administração Regional de Planaltina em 2016-2018?
- 5.Você considera que houve preocupação com o patrimônio cultural nos desenhos finais apresentados para a praça Coronel Salviano Guimarães pelo Coletivo MOB em 2016 e pela Administração Regional de Planaltina em 2016-2018? Por que?



## ANEXO



# O QUE PLANALTINA QUER?

## OFICINA REVITALIZAÇÃO PRACINHA DO MUSEU

Elaboração:



Brasília, março de 2016.

# PLANALTINA ' DF

Cercada de casarões da era colonial, a praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães, em Planaltina/DF, conserva uma atmosfera bucólica que remete a um significativo papel na história da cidade. Conversando com usuários mais frequentes, porém, tem-se a impressão de que o espaço não vive sua melhor época.

De certa forma, a "pracinha do museu" – como é carinhosamente chamada por parte da população – caracteriza e ilustra a relação que a comunidade de Planaltina tem com a cidade como um todo. Recheada de sítios e edificações históricos, Planaltina tem visto sua economia migrar do antigo centro (hoje chamado de "centro histórico") para bairros mais recentes, de traçado urbano mais orientado ao carro do que ao pedestre.

Não seria exagero dizer que, nesse sentido, Planaltina é representativa de um processo de transformação urbana pelo qual passaram praticamente todas as cidades do Brasil ao longo do século XX, de forma que a iniciativa da comunidade local de resgatar e recuperar a pequena praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães se insere num revolucionário processo global, de recuperação do espaço público como palco central da vida humana nas cidades.

A oportunidade de transformar esse lugar partiu do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A Promotoria de Meio Ambiente do MPDFT foi além da simples alocação dos recursos e trouxe embutida em si uma exigência de que o dinheiro fosse gasto de acordo com os sonhos e visões da população para o local.

Nesse contexto a Fundação Aron Birmann e o Coletivo MOB – Movimento e ocupe seu bairro – foram convidados a realizar uma oficina participativa com a comunidade de Planaltina, visando à produção de um conjunto objetivo de propostas e diretrizes a serem observadas no processo de requalificação da praça.

Após o emprego de algumas metodologias especificamente desenvolvidas para esse tipo de atividade, foi possível mapear a visão comum e coletiva da comunidade planaltinense para este espaço.

A revitalização da Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães é uma oportunidade de demonstrar que basta uma pequena mudança de atitudes para se transformar completamente o paradigma da nossa relação com o espaço público, para que se desenvolvam soluções antes inimagináveis, para que se encontrem convergências onde antes existia apenas distância e apatia e, principalmente, para demonstrar que uma pequena praça pode ser um grande exemplo para o resto do Brasil.

## **Oficina de revitalização da Pracinha do Museu em Planaltina, DF**

Realização da oficina:

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT

Fundação Aron Birmann

Associação Amigos do Centro Histórico de Planaltina - AACHP

Coletivo MOB

Apoio:

Governo de Brasília

Subseção Planaltina da OAB-DF

Urbanizadora Paranoazinho - UPSA

Rádio Utopia 98,1FM

Comunicação Comunitária UnB

Brasília, março de 2016.



# O QUE VOCÊ DESEJA PARA ESSA PRAÇA?

Cinco lousas estiveram posicionadas por duas semanas em pontos de referência na cidade de Planaltina: Pracinha do museu, Igreja Matriz, Fórum e Administração Regional. Sempre que os quadros se encontravam completamente preenchidos, as respostas eram apagadas depois de serem fotografadas. Além de coletar dados, era estratégia de divulgação e promoção de reflexão e debate pelos moradores.

acessibilidade

CORETO

parquinho  
infantil

BANHEIRO PUBLICO

BEBEDOURO

MAIS  
POLICIA

iluminação

mais  
utilizada

BANCOS  
MELHORES

SEGURANCA

DIVERSOES  
CULTURAIS

Wi-Fi

limpeza

# 12 PRINCÍPIOS DE QUALIDADE DA PAISAGEM DO PEDESTRE

O questionário, originalmente desenvolvido pelo escritório Gehl Architects, foi adaptada pela Fundação Aron Birmann, e figurou a primeira atividade apresentada aos moradores de Planaltina na oficina.

Conforme chegavam à praça, após realizarem um cadastro básico, os participantes da oficina recebiam uma prancheta com o formulário abaixo reproduzido e foram instruídos a caminhar pela praça e avaliá-la de acordo com os critérios pré-estabelecidos em uma escala simples de apenas três opções: "BOM", "NEUTRO" e "RUIM".

Os doze critérios foram apresentados em três grandes grupos – Proteção, Oportunidades e Conforto – além de estarem individualmente acompanhados de exemplos de aspectos do espaço a serem observados:

Os 46 participantes da atividade avaliaram de forma bastante negativa a sensação de "proteção" do local. De todas as avaliações nos três aspectos desta categoria, mais de 60% das respostas foram negativas e apenas 15% foram positivas. Nos grupos "Oportunidades" e "Conforto", por outro lado, as avaliações se distribuem de forma mais homogênea ("Bom", "Neutro" e "Ruim" aparecem distribuídas em praticamente 1/3 das respostas) não sendo possível tirar qualquer conclusão preliminar.



# PAINEL DE REFERÊNCIAS

Depois de serem instigados a exercitar um olhar mais específico acerca dos problemas da praça, os participantes votaram nas imagens do Painel de Referências. Cada pessoa tinha direito a cinco votos representados em adesivos verdes.

Um mural de imagens de exemplos de urbanidade foi levado ao local com o intuito de criar e/ou aumentar o repertório arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos presentes. Além disso, é uma tentativa de propor soluções para as deficiências específicas da praça em questão. Cada um poderia votar nas cinco imagens que mais lhe agradassem, a contabilização da pontuação revelaria a cara que os moradores querem dar àquela praça.

A escolha das imagens baseou-se na dúvida de qual o conceito era esperado para o processo de revitalização do local: uma intervenção mais radical e de caráter contemporâneo ou a preservação da identidade local presente nos elementos históricos de estética colonial. Assim, dois grandes grupos puderam ser vistos nas imagens correspondendo à dúvida citada.

Além desses dois grandes grupos a urbanidade foi outro eixo de pesquisa para eleição de repertório. Pirenópolis em Goiás com sua rua destinada a pedestres, quiosques estimulando atividades comerciais, mobiliário favorecendo a permanência, cinema ao ar livre e etc.

Importante ressaltar que as imagens também foram eleitas como propostas para sanar ou amenizar problemas que entendíamos que poderiam ser levantadas pelos participantes da oficina.

## RANKING QUADRO REFERÊNCIAS

Referências	Qtd. Votos
Coreto	24
Iluminação antiga	20
Mesas na rua	20
Cinema ao ar livre	18
Quiosques e bancas	16
Pavimento colorido	14
Bancos para deitar	14
Bicicletário	12
Jardins utilizando materiais recicláveis	10
Caminhos de madeira	9
Grama misturada com pavimentação	8
Trepadeiras e hortas urbanas	6
Bancos com encosto	6
Fachadas históricas coloridas	3
Bancos diversos (sem encosto)	3
Árvore com banco em volta	2
Redes	2
Bancos curvos	2
Araxá	2
Praça Central em Sucre	2
Contato com água	1
Rua para pedestres	1
Bancos e mesas	1
Pavimentação de pedras	1
Diferentes desenhos de piso	1



# GRUPOS DE DEBATE



## GRUPO 1

Otimizar a acessibilidade; Centro de Atendimento ao Turista com infraestrutura completa (WC, etc); Informações com mapa do contexto histórico; Políticas públicas permanentes e compartilhadas; Restauração das fachadas e do entorno; Coreto com cobertura e estrutura para iluminação e pontos de energia; Proibir o tráfego de carros aos finais de semana e feriados; Museu aberto aos finais de semana se tornando um elo integrador na cidade; Integração entre as praças; Iluminação em escala humana e colonial.



## GRUPO 2

Palco com boa iluminação; Bancos com encosto; Bancos com design; Coreto com cobertura; Proibir o tráfego; Otimizar a acessibilidade; Colocar mais cor na praça; Paisagismo do jardim; Esconder a fiação; Otimizar a acessibilidade; Iluminação em escala humana e colonial.





### GRUPO 3

Bancos com encosto; Preservar as árvores; Otimizar a acessibilidade; Palco com pontos de energia e iluminação; Banheiros; Melhorar atividades com a comunidade (todas as idades); Integração das atividades com a praça, ex.: skate; Segurança pública; Restaurar e preservar as fachadas do entorno; Proibir tráfego de veículos pesados; Retirar poluição sonora e visual; Faixas de pedestres; Proteção da Av. Goiás; Iluminação em escala humana e colonial.



### GRUPO 4

Preservar as árvores; Viabilizar o roteiro turístico; Contextualizar história; Restaurar e preservar fachadas; Promover mais eventos; Iluminação em escala humana e colonial; Proibir tráfego de carros; Otimizar a acessibilidade; Banheiros; Bebedouros; Viabilizar o acesso ao museu; Promover o contexto cultural em escolas; Retirar poluição visual e sonora; Disponibilizar equipamentos e apoio para atividades.



# DIRETRIZES DE PROJETO

## PRIORIZAÇÃO DE PEDESTRES

**1.** Alargamento das calçadas, garantindo passeio desobstruído e nivelado de pelo menos 1 metro de largura nas ruas que contornam as praças do museu, da matriz e da igreja histórica, bem como nas vias de ligação entre elas. Especialmente na via entre as praças do museu e da matriz, redução da caixa da via de rolamento.

**2.** Criação de passeio desobstruído e nivelado de largura mínima de 1 metro no contorno das praças do museu, da matriz e da igreja histórica, em percurso retilíneo acompanhando o formato das praças.

**3.** Pintura de marcações de distância, criando circuito de caminhada no contorno de cada praça, bem como na calçada geral, ao redor das três praças.

**4.** Restrição de tráfego de veículos pesados ao redor da praça do museu. Instalação de pórtico nas vias de acesso, impondo limitação de altura.

**5.** Implementação de novos pontos de travessia para pedestre ao longo das vias de contorno das três praças, bem como das ruas de ligação entre elas. Nos contornos das praças, implementar travessias no nível da calçada ("traffic calming"), com pintura de destaque, indicando sujeição dos veículos motorizados à prioridade dos pedestres.

**6.** Instalação de lombadas nas proximidades das três praças, especialmente Av. Goiás, impondo redução de velocidade dos veículos.

**7.** Eliminação de degraus, guias elevadas e outros obstáculos no piso da praça do museu, bem como dos circuitos tortuosos existentes, viabilizando acesso integral a toda a superfície da praça a pessoas com mobilidade reduzida.

**8.** Sinalização horizontal e vertical conscientizando motoristas a respeito do centro histórico e da preferência a modais não motorizados.

## CONFORTO E ESCALA HUMANA

**9.** Instalação de iluminação pública em postes baixos, em escala humana e estilo colonial, começando pela praça do museu e possivelmente se estendendo às outras duas (matriz e igreja histórica).

**10.** Convênio com restaurantes e lojas para utilização dos banheiros pela população.

**11.** Incentivo aos comerciantes adjacentes à praça do museu que ocupem as calçadas, especialmente com mesas e bancos levando sua clientela ao espaço aberto. Nos finais de semana, possibilidade de instalação de mesas e cadeiras diretamente no espaço da praça.

**12.** Eliminação de bancos de concreto. Eliminação de bancos sem encosto. Instalação de bancos de madeira, em estilo tradicional, com encosto e apoio para o braço.

**13.** Instalação de lixeiras em diversos pontos das três praças, bem como das vias de contorno e ligação.

**14.** Proibição de carros de som ao redor das três praças, acompanhada de sinalização.

## CARACTERIZAÇÃO

**15.** Incentivo à recuperação de edifícios históricos (especialmente ao redor da praça do museu e na via de ligação desta com a praça da igreja histórica).

**16.** Pintura dos edifícios ao redor da praça do museu, revitalizando as fachadas.

**17.** Abordagem aos proprietários de lotes adjacentes à praça do museu em que haja muro ou fachada cega. Proposta de ativação das fachadas e integração com a praça por meio da remoção dos muros.

**18.** Abordagem à paróquia local propondo remoção da grade ao redor da igreja da matriz e sua integração à praça.

**19.** Abordagem dos proprietários de lotes privados adjacentes à praça do museu, visando à remoção dos outdoors.

**20.** Integração do Forró à praça.





Planta  
esquemática  
da Pracinha do  
Museu com  
indicação de  
algumas  
diretrizes de  
intervenção.  
Fonte: Autoria  
Coletivo MOB.



Imagem atual da praça.  
Fonte: Google Street View.



Imagem ilustrativa de como ficaria a praça  
do acordo com as diretrizes propostas.  
Fonte: Autoria Coletivo MOB.



#### PRIORIZAÇÃO DOS PEDESTRES



1. Alargamento de calçadas
2. Passeio em volta da praça
3. Pista de caminhada com marcações de distância
4. Novos pontos de travessia no nível da calçada
5. Sinalização de preferência de modais não motorizados

#### CARACTERIZAÇÃO E ESCALA HUMANA



6. Instalação de iluminação pública em postes baixos estilo colonial
7. Instalação de mobiliário urbano em estilo colonial
8. Sinalização educativa (patrimonial, ecológica e comunitária)
9. Instalação de coreto de aspecto tradicional, resgatando elemento histórico do local.



Imagem atual da praça.  
Fonte: Google Street View.



Imagem ilustrativa de como ficaria a praça  
do acordo com as diretrizes propostas.  
Fonte: Autoria Coletivo MOB.



#### ESCALA HUMANA E GESTÃO

1. Incentivo aos comerciantes que ocupem as calçadas, especialmente com mesas e bancos levando sua clientela ao espaço aberto.
2. Possibilidade de fechamento de certas vias aos domingos para tráfego de pedestre, incentivando a sua ocupação por pedestres e outras atividades (feira de artesanato, mercado, etc)
3. Estruturação de convênio ou parceria com Poder Público visando a realização de atividades recreativas, esportivas, culturais, gastronômicas e pedagógicas nas três praças, respeitando a vocação de cada espaço.



Planta esquemática do entorno da Praça da Matriz, Praça do Museu e Praça da Igrejinha com indicação de algumas diretrizes de intervenção. Fonte: Autoria Coletivo MOB.

#### Oficina de revitalização da Pracinha do Museu em Planaltina, DF

Elaboração de documento:  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT  
Fundação Aron Birmann  
Coletivo MOB

Diagramação e ilustração:  
Coletivo MOB

Contatos:  
[fundacao@fundacaoaronbirmann.org.br](mailto:fundacao@fundacaoaronbirmann.org.br)  
[contato@coletivomob.com](mailto:contato@coletivomob.com)

Brasília, março de 2016.



